

PUBLICAÇÃO MENSAL • CR\$ 5.600,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

173

EXCLUSIVO:
BRIGADEIRO FEROLA DEFENDE ESTATAIS

1994: O POVO DECIDE

ABRIL:

Argentina e
El Salvador

MAIO:

Panamá, Equador
e Colômbia

JUNHO:

Colômbia (2º turno)

AGOSTO:

México e
República Dominicana

OUTUBRO:

Brasil

NOVEMBRO:

Uruguai



CADERNOS



1974-1994

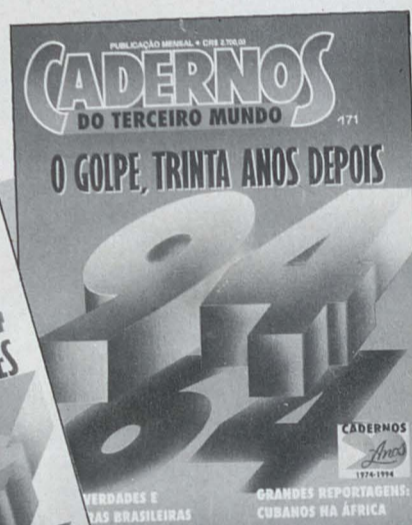
**GRUPOS DE AUTO-AJUDA:
A UNIÃO DOS FRACOS
FAZ A FORÇA**

ENTENDER O MUNDO PARA ATENDER A VOCÊ



A revista bilíngüe
que acompanha a
construção da
integração econômica
latino-americana

Edição em língua
espanhola de Cadernos
do Terceiro Mundo,
contendo, ainda, um
suplemento ecológico



A revista que
reporta o
Terceiro Mundo
e o Brasil no
novo contexto
mundial



Uma publicação que
defende a natureza sem
esquecer o direito ao
desenvolvimento

LEIA E ASSINE NOSSAS REVISTAS

Editora Terceiro Mundo

Rua da Glória, 122 - Grupos 101/102, 105/106 - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021) 252-1742/ 232-3372/242-1957 - Fax: (021) 252-8455

POSTAL NORTE SUL



O BARNABÉ DE BRASÍLIA

Flávio Bruno Von Sperling
Os bastidores da construção da capital do país, vistos e mostrados com bom humor por um dos pioneiros na vida de Brasília. Memórias e história se misturam.
177 pp
E-333
CR\$ 8.000,00

O CORONEL TEM UM SEGREDO: PAULO WRIGHT NÃO ESTÁ EM CUBA

Debora Jan Wright
A história dramática de Paulo Stuart Wright, filho de missionários, ex-deputado estadual e dirigente de uma organização clandestina de 1964 a 1973, contada por sua sobrinha. Ele é um dos desaparecidos durante a ditadura militar brasileira.
132 pp
E-331
CR\$ 19.000,00

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves
Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.
Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadro e tabelas atualizadas. Complementa o Guia do Terceiro Mundo, cuja nova edição está sendo preparada.
327 pp
E-318
CR\$ 35.000,00

DOMINAÇÃO PELA FOME - ECONOMIA POLÍTICA DO ABASTECIMENTO

Miranda Neto
A persistência da fome nas sociedades subdesenvolvidas não é consequência da incapacidade produtiva. Ela resulta da intermediação sobre a produção e da deficiência de comercialização.
135 pp
193 CR\$ 12.000,00

OS DONOS DO CONGRESSO

A farsa na CPI do Orçamento
Gustavo Krieger, Fernando Rodrigues e Elvis Cesar Bonassa
Uma análise aprofundada e ágil sobre um dos maiores escândalos políticos brasileiros dos últimos tempos. A informação a serviço da consciência nacional. Prefácio de Boris Casoy.
237 pp
E-335
CR\$ 12.000,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.
182 pp
E-286
CR\$ 13.500,00

"FICAR COM"

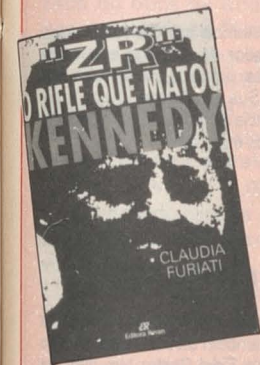
Jacqueline Chaves
Um fenômeno recente que ocorre sobretudo na adolescência é analisado neste volume, originalmente uma tese de mestrado. Seria uma nova forma de relacionamento criada pelos jovens, ou a falta de compromisso do "ficar com" reflete apenas uma sociedade consumista e anti-social?
154 pp
336
CR\$ 21.000,00

O ESTADO QUE NÓS QUEREMOS

Vários autores
Ação estatal em discussão: Antonio Salgado e Argemiro Pertence Neto (petróleo), Armando Ferreira Vidigal (militares), Berta Becker (Amazônia), César Guimarães e Roberto Amaral (TV), Fábio Erber (cooperação), Fernando Cotrim (siderurgia), Luiz Alfredo Salomão, Fernando Peregrino e Inês Patrício (tecnologia), Luiz Pinguelli Rosa (eletricidade) e Maria da Conceição Tavares (globalização)
230 pp
E-323
CR\$ 17.000,00

ANIMA(L)

Lúcio Autran
Num momento em que a poesia praticamente não tem vez no mercado editorial, o autor se coloca como poeta de fôlego, tratando, entre outros, dos temas do amor, relacionamento e do cotidiano
332 pp
E-334
CR\$ 16.500,00



ZR - O RIFLE QUE MATOU KENNEDY

Claudia Furiati
Vasculhando arquivos do serviço secreto de Cuba, jornalista brasileira mostra morte de Kennedy como produto de conspiração de setores do próprio governo dos EUA em parceria com a Máfia e com militantes contra-revolucionários cubanos.
207 pp
326 CR\$ 20.000,00

NÃO VERÁS NENHUM PAÍS COMO ESTE

Sebastião Pereira da Costa
Relato cronológico da ascensão e queda do poder militar no Brasil desde a conspiração que depôs João Goulart em 1964 até o final do ciclo, em 1985, passando pela luta armada.
400 pp E-310
CR\$ 25.000,00

ALLENDE E AS ARMAS DA POLÍTICA

Joan Garcés
O autor estava no palácio de La Moneda quando Salvador Allende foi morto em 73. O presidente ordenou-lhe que saísse para que pudesse analisar mais tarde aqueles anos. O livro é um testemunho único dos acertos e erros da experiência socialista chilena
335 pp
279 CR\$ 28.000,00

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Vários autores
Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bernal.
191 pp
E-295 CR\$ 17.500,00

SEM FÉ, LEI OU REI - BRASIL 1500-1532

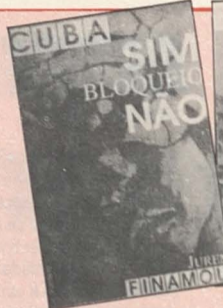
Guilherme Giucci
A descoberta do Brasil dentro do contexto do expansionismo da Renascença européia. As motivações e contradições que moveram os personagens históricos nas três primeiras décadas, dentro de uma visão crítica e estilo refinado
239 pp
328 CR\$ 25.000,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

160pp E-306 CR\$ 18.000.00

142 pp. E-321 CR\$ 14.000,00



66 pp
E-314 CR\$ 5.000,00



A INSÂNIA
DA RADIOATIVIDADE À ATOMICA

ROBERTO CALMON

197 pp
E-322 CRS 24,000.00



74 pp E-316 CR\$ 5.000,00

Enviar para Depto. de Assinaturas • Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Rio de Janeiro - RJ • CEP 20241-180 • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELOS TELEFONES (021) 252-7440/232-3372 OU PELO FAX (021) 252-8455

CAPA

Sete países da América Latina enfrentam este ano o desafio das urnas, num contexto de apatia do eleitorado

2 CARTAS

ENTREVISTA

4 Brigadeiro Sérgio Ferola: 'O Estado mínimo é uma nova forma de colonialismo'

COMPORTAMENTO

9 O estudo do homem em alta

12 A união faz a força

16 Elas apanham de pais que apanham da vida

CULTURA

18 Identidade fortalecida

20 Os caminhos de Rondon

MATÉRIA DE CAPA/ELEIÇÕES

23 América Latina - 1994: O povo decide

24 **Argentina:** A prova do desencanto

26 El Salvador, Equador, Panamá, Colômbia e República Dominicana

30 Um regresso ao México *bravo*?

33 **Uruguai:** Uma eleição diferente

ÁFRICA

35 **Malawi:** O desafio da democratização

ECONOMIA

36 O desafio do desemprego

DIPLOMACIA

38 Por uma nova relação Norte/Sul

GRANDES REPORTAGENS

40 Panamá - Omar Torrijos: 'Um país ocupado é um país ressentido'

PÁGINA ABERTA

44 **Ásia:** O outro lado da moeda

SUPLEMENTO

EDUCAÇÃO

2 Ensina-me a viver... em paz

5 A Toca efervescente

SAÚDE

6 A volta da peste bubônica

8 A peste medieval

9 Cuba: A reintegração dos aidéticos

10 Nicarágua: Em nome dos nossos filhos

12 **PANORAMA INTERNACIONAL**

SUMÁRIO

Pelo menos 16 grupos anônimos de auto-ajuda funcionam no Brasil, estimulando as pessoas a deixar o álcool e os comportamentos compulsivos



12

Antropologia, a ciência que se ocupa do homem, está em expansão no Brasil



9

Em uma entrevista dada em outubro de 1980, o general panamenho Omar Torrijos, morto em um estranho acidente em julho do ano seguinte, abordou temas relevantes para a América Latina, como a relação entre o Exército e os civis, o papel das Forças Armadas no poder, a soberania do Panamá e a situação na América Central



40

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Cláudia Guimarães, Elias Fa-
jardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribe-
ro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo
Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Carlos Lopes (Brasil) e Roberto
Bardini, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina
Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor
e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V.
de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda,
Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e
Rosângela Vicente Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa
(chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE: Ari J. Silva e Carlos Eduardo
Mendonça

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil

☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Ira-
que), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El
Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Pales-
tina), e o pool de agências dos Países Não-Ali-
nhados. Intercâmbio com as revistas: Africa News
(EUA), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World
Network (Malásia), Israel and Palestine Political
Report (Paris) e Against the Current (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, Recife - (081) 224-4488
/ 224-1421, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061)
226-6644 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1912,
Rio - (021) 252-7440 / 232-3372, SP - (011)
573-8562 / 571-9871, Porto Alegre - (051) 227-4772,
Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041)
264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034)
333-1835, Campina Grande - (083) 322-7536,
Macapá - (096) 222-0855, Maceló - (082) 326-4922,
Salvador - (071) 242-2077

CARTAS

Sugestão

Sou assinante desta conceituada
revista, que muito contribui para
manter-me atualizado sobre os pro-
blemas do Terceiro Mundo. Gosta-
ria de ver publicada uma reporta-
gem sobre a utilização da televisão
na educação do povo chinês.

Ruy da Silva Rocha
Niterói - RJ

Presos injustamente

Parabenizo esta revista por ser
uma das poucas publicações que
tem abordado o caso da brasileira
Lamia, detida em Israel. Gostaria
de pedir que fosse enfocada também
a situação de outros dois compatrio-
tas detidos arbitrariamente no exte-
rior: Sebastião Hoyos, na Suíça,
onde foi acusado de colaborar no as-
salto a um banco, sem provas con-
vincentes, e também Tania Regueira,
detida e torturada no Chile pós-Pino-
chet, onde quiseram envolvê-la como
suposta guerrilheira, também sem
qualquer fundamento, tanto que já
foi libertada e já voltou ao Brasil.

Orlando Oliveira
Rio de Janeiro - RJ

Boff

Em sua entrevista dada a ca-
dernos do terceiro mundo, nº
170, Leonardo Boff afirma que o so-
cialismo fracassou. A China, cres-
cendo a uma taxa anual superior a
10%, contraria a tese de Boff. Outra
inverdade é a afirmação de que os
países do Leste europeu já estão no
capitalismo. Até agora, só a Polô-
nia, a República Tcheca e a Hun-
gria tentam entrar numa economia
de mercado.

Após a queda do muro de Ber-
lim, a euforia inicial deu lugar ao
desalento. Na Alemanha Oriental,
onde não havia desemprego, hoje
milhares de alemães orientais per-
deram seus empregos. Na Polônia e
na Lituânia, os comunistas vence-
ram as últimas eleições.

Na Rússia de Boris Yeltsin, 30%

da população estão abaixo da linha
da pobreza. Como resultado, os co-
munistas e os ultranacionalistas ven-
ceram também as últimas eleições.

É a desilusão desses povos com a
economia capitalista, que beneficia
poucos e marginaliza muitos.

Antônio Silva Porto
Itabuna - BA

Fontes de conhecimento

Quero parabenizar a Editora
Terceiro Mundo pelas edições das
revistas Ecologia e Desenvolvi-
mento e cadernos do terceiro mun-
do, que estão acima da média em
suas publicações mensais. Fontes
de conhecimento de grande valia e
que contribuem para a formação de
nossa população de forma clara e
sem tendência a denegrir a comuni-
cação, tenho indicado as revistas ao
meu círculo de amizades e as utilizo
muitíssimo.

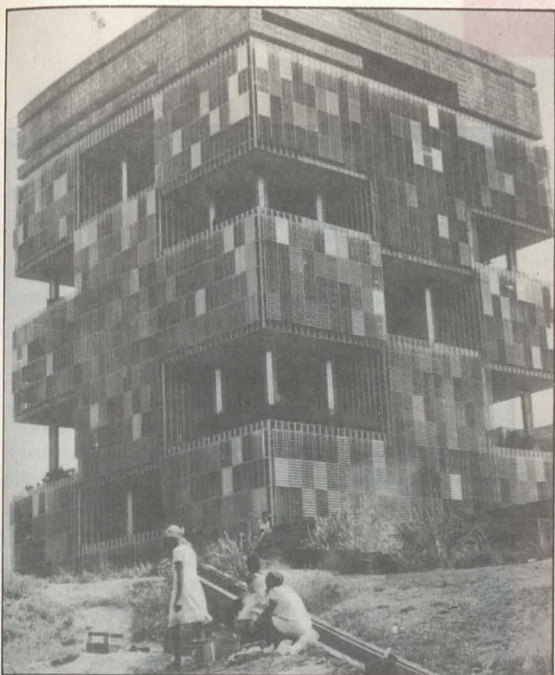
Arno Emilio Gerstenberger
Prefeitura de Curitiba
Curitiba - PR

Boa impressão

Ao ler, pela primeira vez, cader-
nos do terceiro mundo, fiquei co-
movido e, ao mesmo tempo, pasmo
por ainda não termos nesse nosso
"Brasil do Carnaval" uma mídia es-
crita a quem se possa dar realmente
credibilidade por divulgar as infor-
mações como elas são, e não distor-
cendo as mesmas como fazem deter-
minados órgãos.

Por isso, não meço elogios aos or-
ganizadores desta instituição. Que
suas raízes continuem livres de for-
ças que ocultam a realidade da si-
tuação. Vão à luta e conquistem o
seu espaço e sua identidade, levan-
do o "esclarecimento dos aconteci-
mentos" dos mais longínquos pon-
tos do planeta para essa massa lu-
dibriada e injustiçada. Quem sabe
a humanidade dominada, um dia,
possa fazer a sua própria História!

Francisco de Assis Pinto Bezerra
Belém - PA



Exploração

O Brasil pobre, endividado e com quase 500 anos de submissão política, econômica e militar, discute à exaustão a privatização de suas estatais. Elas são, agora, culpadas de tudo. Não existiam antes dos anos 50. Durante 450 anos o Brasil experimentou o domínio do capital estrangeiro e do poder colonialista. Tudo era explorado por multinacionais; faltava luz e energia para nosso desenvolvimento, telefones para nossa comunicação, petróleo e derivados para nossas indústrias.

Já os países ricos discutem, em termos de estratégia, como preservar grandes mercados (blocos econômicos em formação), como garantir suprimento de matéria-prima (a Guerra do Golfo e investimentos japoneses em minério, alumínio e alimentos). Em países pobres – mas com alto sentido de soberania – discute-se o desenvolvimento tecnológico, a alavancagem possível da economia nacional, o poder de indução de suas grandes empresas estatais e privadas.

Por outro lado, as grandes multinacionais buscam o domínio de todos os setores, para a globalização da economia e o domínio do mercado mundial por um pequeno grupo de companhias. Grandes e modernas fábricas eliminam a concorrência.

Marcas mundiais com intensa propaganda não permitem a concorrência. Tecnologia é desenvolvida na matriz e repassada a alto preço nos produtos e nas novidades do mercado. Ou, então, o lucro é buscado no eterno superfaturamento do que vem das matrizes e do superfaturamento do que é exportado.

Não há espaço para os pequenos, somente espaço marginal. O que antes se conseguia com as armas (colonialismo), depois com armas e dominação política (imperialismo), hoje se consegue com poderio econômico (gestão da dívida) e com poderio tecnológico/comercial da imagem e da comunicação.

O grupo dos sete países ricos reúne-se para acertar suas estratégias e orientar o planeta. E os países pobres nada discutem, apenas abrem seus mercados, vendem suas empresas, deixam entrar o capital estrangeiro. É o jogo das corporações estrangeiras dos países ricos. Enfraquecer a Petrobrás, vender a Vale do Rio Doce, desfazer-se da Eletrobrás. Pulverizar a Telebrás é a última cartada para o Brasil voltar a ser uma simples colônia fornecedora de matéria-prima. A privatização representa a renúncia de soberania no trato das questões econômicas. Tentam esconder o lado sadio de algumas corporações e o benefício que trazem ao país.

Nós vamos plantar soja, árvores, produzir minério e belas frutas para alimentar quem pode pagar. E seremos um eterno país tropical, pobre e com fome. O pau-brasil, o ouro, os diamantes, as pedras preciosas acabaram, como querem que ocorra com o petróleo. A não ser que o debate nacional se faça preservando a soberania e os interesses da nação.

Movimento pela Soberania Nacional
Baixada Fluminense – RJ

Revisão constitucional

Um grupo de congressistas corruptos, ligados a interesses do grande capital e em final de mandato, insiste em promover, a qualquer custo, um verdadeiro golpe nos poucos direitos que restam à população brasileira. Defendem propostas como: acabar com o salário-mínimo, retirando o turno de seis horas e aumentando a jornada de trabalho; extinguir a aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez permanente, reduzindo benefícios de aposentados e pensionistas; acabar com a indenização do Fundo de Garantia nas demissões; reduzir a licença-maternidade de 120 para 60 dias; eliminar verba para a educação; aprovar o voto distrital misto (voto de cabresto), tirando a liberdade do povo de escolher diretamente seus partidos e representantes e outras mais.

Quanto às estatais, citaremos alguns fatos para elucidar o que querem entregar, com a revisão: na Argentina, a energia elétrica, depois de privatizada, subiu 139%; em relação ao mesmo período (1987/92), no Brasil subiu apenas 11%. No México, as empresas foram privatizadas pelo capital privado, provocando aumento de importações, queda no nível de emprego, que chegou a acarretar protestos populares em Chiapas, tal a miserabilidade das massas.

No Brasil, os problemas só serão resolvidos com a sociedade mobilizada e participativa. Não será entregando nossas riquezas, nossas empresas e nos acostumando com a falta de escolas, saúde, segurança ou ignorando que seremos eternamente um país com mão-de-obra barata, desqualificada, que estaremos caminhando para um futuro com justiça social, livre e soberano.

Vamos nos unir no Movimento Nação Brasil, que defende a soberania nacional.

Telefones: (021) 233-6132 / 7642, fax: (021) 253-0509.

André de Paula
Rio de Janeiro – RJ

ENTREVISTA

BRIGADEIRO SÉRGIO FEROLA

'O Estado mínimo é uma nova forma de colonialismo'

Comandante da Escola Superior de Guerra analisa os principais problemas do país e aponta a urgência de organizar os interesses nacionais para melhor barganhar com o Primeiro Mundo

José Augusto Ribeiro

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tem uma história tão antiga e de tais compromissos com as liberdades públicas e de tal resistência ao ciclo militar iniciado no Brasil em 1964, que o convite chegava a ser estranho.

Os conselheiros já o tinham recebido, impresso, mas mesmo assim o presidente da associação, Barbosa Lima Sobrinho, pedia com insistência que todos fôssemos ouvir a palestra do comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) sobre a tecnologia no Brasil.

O comandante da ESG é um militar e era difícil entender que desejasse falar a uma instituição como a ABI.

Uma ou duas reuniões depois, o Conselho da ABI recebe um convite da ESG para um seminário de dois dias sobre comunicação social e segurança nacional. Lá fomos, pois, bom número de nós, dispostos a ouvir o que teriam a dizer esses senhores fardados da Escola Superior de Guerra – e surpreendemo-nos ao descobrir que estávamos lá muito mais para se ouvidos do que para ouvir.

Nem a conferência do brigadeiro Sérgio Ferola nem o seminário de dois dias na escola tiveram na grande imprensa a cobertura que mereciam. Esta entrevista procura, portanto, resgatar alguns temas e teses dos



Foto: A. C. Junior

dois eventos e de um seminário recente que a ESG promoveu sobre o petróleo. Ela contribuirá para que os leitores compreendam como tinharazão Barbosa Lima Sobrinho ao promover a conferência do brigadeiro Ferola na ABI. E por que tantos jornalistas aplaudiram tão apaixonadamente o que ouviram desse lúcido e admirável servidor de seu país.

■ A ESG realizou um painel sobre o monopólio estatal do petróleo. Por que a escola está preocupada com o petróleo neste momento?

— Por ser um tema que consideramos estratégico. O petróleo não pode ser visto como uma commodity convencional. Ele sempre motivou a cobiça dos homens. Tivemos recentemente o fenômeno da Guerra do Golfo, que foi por causa dele, que dezenas de bilhões de dólares foram gastos para ocupar os campos de petróleo da Arábia Saudita e proteger os campos do Kuwait. Portanto, é um produto muito importante, em tendência para exaurir-se nos próximos 80, 100 anos. Vai ficar tão raro que seu custo será imprevisível. E o Hemisfério Norte não pode viver sem ele. Simplesmente não existe vida no Hemisfério Norte sem petróleo, hoje em dia.

■ Na revisão constitucional, o senhor foi a favor de manter o monopólio do petróleo

ou acha que deve haver alguma alteração?

— Acredito que o monopólio em si deva ser mantido, porque é uma questão, como eu disse, muito importante. Nossas reservas nos garantem uma sobrevivência de 30 anos. No caso da falta de petróleo, então, isso é ainda mais importante, considerando que países como os Estados Unidos têm reservas para apenas cinco anos (no caso do Japão, zero ano). Nós, entretanto, já temos uma condição de barganha no caso de falta ou escassez de petróleo ou de uma crise no Oriente Médio.

Ninguém pode garantir que o fluxo do produto continuará normalmente. Hoje, o custo dele está muito baixo no mercado internacional. Então é até vantagem importar, aproveitando essa oportunidade de economizar. Mas as nossas reservas têm que ser para uso do Brasil, e não para exportação, para ganharmos meia dúzia de bilhões de dólares e depois perdermos completamente a capacidade de sobreviver. Mas não sou contra certa flexibilização da Petrobrás, para que possa associar-se em *joint-ventures*, e, inclusive, dar mais dinâmica ao setor, mas ela comandando o processo.

■ Quando o senhor fala nessa possibilidade de flexibilizar, pensa em contratos de risco, que foram permitidos e depois proibidos?

— Poderia, acho perfeitamente possível. Desde que o Estado tenha condição, idoneidade e competência técnica para negociar, não vejo nada demais, porque a Petrobrás tem conhecimento para isso. Ela poderia perfeitamente negociar, se houvesse interesse de empresas estrangeiras. O que aconteceu na época do governo do presidente Ernesto Geisel, quando foram autorizados contratos de risco, é que as empresas que vieram não encontraram nada. Porque a geologia do petróleo é um processo interpretativo. Então, é preciso muito conhecimento da área para, a partir daquela interpretação, inferir onde pode ter ou não petróleo. É uma atividade de muito risco e investimento, e, portanto, não atrai tanto. O que atrai a empresa transnacional de petróleo, o que ela principalmente quer, é o refino para ganhar dinheiro. Agora vem a pergunta: elas fariam o refino aqui, ou vão trazer o produto pronto lá de fora? Porque é muito mais fácil importar a gasolina, importar o óleo diesel. A dúvida que se coloca é essa. Era preciso que a Petrobrás analisasse, caso a caso, o que é conveniente para o país e o que é de interesse do capital internacional, principalmente do capital privado do setor.

"É preciso manter o monopólio do petróleo. Nossas reservas devem ser usadas e não vendidas no exterior, perdendo a capacidade de sobreviver"

■ A Petrobrás achou petróleo na bacia de Santos, em lugares onde as multinacionais não acharam nada. Como explica esse êxito?

— Exatamente o problema da geologia. Tive oportunidade de visitar umas plataformas na bacia de Campos e de conversar com geólogos. Eles mostraram as dificuldades que enfrentam. É como se fosse uma tomografia da terra, daquele segmento que está sendo analisado, sismicamente analisado. Exige-se uma interpretação muito acurada e muito conhecimento da geologia local. A configuração geológica do Brasil é completamente diferente, por exemplo, da do Oriente Médio, que as empresas transnacionais conheciam muito bem. A Petrobrás descobriu o que podíamos chamar de o pulo-do-gato. Ela sabe interpretar melhor. E as empresas estrangeiras, apesar de terem recebido da Petrobrás todas as informações, não conseguiram chegar a um resultado. Eraram, às vezes, simplesmente porque interpretaram a possibilidade de petróleo, mas foram furar em local errado.

■ O senhor tem grande experiência profissional na área da tecnologia. Como avalia a contribuição da Petrobrás para a formação de um patrimônio tecnológico brasileiro?

— É realmente sensacional e reconhecida internacionalmente. A Petrobrás ganhou, podíamos dizer assim, o Oscar do petróleo recentemente, pela exploração em águas profundas, quando atingiu a faixa dos 700 metros. Isso é recorde mundial. E agora já está começando a trabalhar na faixa de mil metros, onde encontrou muito petróleo.

Esse é um fato auspicioso, a consolidação de um trabalho de muitos anos. Imagine a dificuldade de operar com comando remoto a um quilômetro de profundidade em alto-mar, com a quantidade de lama terrível que tem no fundo, para poder colocar a sonda, fazer o furo para a extração, e processar o petróleo. Mas a Petrobrás domina 100% esse conhecimento. Além disso, estamos fazendo tecnologia, usando a indústria brasileira para produzir os equipamentos, que é outro aspecto importante.

O caráter gerador de novas contratações da Petrobrás precisava também ser reconhecido. É outro fato importante na discussão sobre a quebra do monopólio. Na hora em que uma empresa estrangeira tiver autorização para fazer o refino no Brasil, ela vai trazer a refinaria pronta, porque já tem a refinaria lá fora. Enquanto isso, a Petrobrás gera o projeto e encomenda na indústria brasileira a maior parte dos componentes. É

um fator de multiplicação que ocorre na indústria brasileira como um todo, consequência da tecnologia da empresa, que tem que ser preservada.

■ *A questão do petróleo no Brasil foi, na verdade, levantada pelas Forças Armadas, no famoso memorando de 1936 que o general Horta Barbosa mandou ao general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e ao general Dutra, ministro da Guerra, que lhe tinham confiado a Diretoria de Engenharia do Exército. Horta Barbosa verificou que as Forças Armadas não dispunham de combustível para duas semanas de marcha, se houvesse necessidade. De lá para cá, o papel das Forças Armadas foi fundamental na definição da política petrolífera. Hoje qual é o papel do monopólio na equação da defesa nacional?*

— Aqui na ESG, falamos muito em poder nacional, segurança nacional, desenvolvimento. Isso faz parte da doutrina da escola. Mas quando nos referimos a poder nacional, procuramos tornar bem claro, na nossa doutrina, que não é poder “militar” nacional. O poder nacional tem diferentes expressões. Temos a expressão política, a econômica, a psicossocial. E agora também ciência e tecnologia, incluída no ano passado por nós, que está se colocando como uma das grandes expressões do poder atual, *vide* Japão. Da mesma forma, temos a expressão militar do poder nacional. A militar é uma das expressões do poder nacional, e só é usada quando o poder nacional chega a conclusão de que é preciso recorrer à força para garantir sua soberania, desenvolvimento e integridade territorial.

Aí entram as Forças Armadas. Os conceitos de soberania, segurança nacional e poder nacional têm de ser da sociedade e não das Forças Armadas. No caso do Brasil, é importante dispor de uma empresa de petróleo que possa fornecer dentro do território nacional os insumos de combustível e lubrificantes para operação das Forças Armadas: operação, bem entendido, intrafronteiras, porque nossa função é de defesa, não temos nenhuma opção de ataque, Deus nos livre. Nossa concepção de guerra é simplesmente de defesa. Devemos apenas negar a um possível invasor ou inimigo o direito de entrar no nosso território. Então, é importante ter uma empresa estatal que garanta o suprimento, porque não poderíamos elaborar nenhuma hipótese de guerra com combustível importado. Se tira o navio, acabou a

guerra, no dia seguinte não tem mais movimentação nenhuma.

■ *Em 82, na guerra das Malvinas, a economia argentina foi salva porque o governo brasileiro e a Petrobrás forneceram catalizadores para o refino de petróleo, que o Brasil já produzia e a Argentina ainda não. A Argentina não estava conseguindo importar catalizadores da Inglaterra, sua adversária; dos Estados Unidos, aliados da Inglaterra; e dos outros países do Primeiro Mundo. Que influência o senhor acha que teve esse episódio na formação de uma mentalidade favorável ao desenvolvimento de programas tecnológicos na área do petróleo e em outras?*

— Esse acontecimento consolidou algumas idéias que surgiram na época das guerras de Israel com os países árabes, principalmente na guerra dos Seis Dias e, depois, na do Yom-Kipur.

Na guerra dos Seis Dias, Israel viu seus aviões, na maioria importados, ficarem sem suprimentos. Foi uma dificuldade muito grande, porque o país dependia de suprimentos importados. A partir daí, passou a desenvolver uma indústria própria, que lhe desse condições, pelo menos, de sobrevivência.

Isto serviu de estímulo para nós. Ficou clara a importância de uma indústria nacional capaz de fornecer para as Forças Armadas, pelo menos por um certo período, independente do suprimento estrangeiro.

Na Argentina, sem os catalizadores eles ficaram sem aviões nem navios, porque imediatamente foi cortado o suprimento. E, inclusive, em emergência, pediram e a Embraer forneceu aviões de patrulha para eles. Aliás, isso serviu para quebrar o gelo, que já vinha sendo quebrado, entre Argentina e Brasil, porque nunca houve problema maior entre os dois países. Na minha opinião, os problemas sempre foram fomentados de fora. Porque não há interesse em que o Cone Sul se una, há interesse em que seja desunido.

Isso tudo veio demonstrar a importância de uma indústria local capaz de fornecer insumos mínimos. É a história de, em vez de dar o peixe, dar a vara de pescar. Queremos ter a vara de pescar.

■ *Outra indústria desenvolvida no Brasil a partir da iniciativa das Forças Armadas foi a siderúrgica, nos anos 30. No Estado Maior do Exército começou a discussão mais séria sobre a siderurgia e as concessões ao grupo da Itabira Iron. Hoje, as siderúrgicas estatais*

“A soberania e segurança devem ser da sociedade e não das Forças Armadas. O militar é apenas um dos aspectos do poder nacional”

já foram praticamente todas privatizadas. Foi uma decisão acertada ou teria sido melhor mantê-las sob controle estatal?

— Não sou contra a privatização. Ela é importante em alguns setores, pois o Estado não consegue arcar por toda a vida com esse investimento. Na época, um investimento estratégico, tinha que ter siderurgia. Foi uma luta, inclusive, do governo brasileiro. Até para entrar na guerra, ele exigiu que houvesse aqui uma siderurgia. Era um passo rumo à independência e autonomia industrial.

Depois de consolidado o parque industrial, nossa siderurgia se expandiu bastante, com participação de grupos privados idôneos, que são nacionais e defendem os interesses nacionais. Não é só o governo que defende o interesse nacional.

Temos muitos exemplos mas vou citar um, na área de metais e materiais. Há uma empresa de Campinas mais dedicada ao país do que muita empresa estatal: é a Eletrometal, do doutor José Diniz. Ela produz aços finos, de alta qualidade, exporta para o mundo inteiro, produz este mesmo produto para nossos foguetes — projeto desenvolvido no Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Nesse projeto, quando o banco foi escolher um parceiro para transferir a tecnologia, optou pela Eletrometal de Campinas, um exemplo de indústria de Primeiro Mundo, naquilo que se pode chamar de Primeiro Mundo — no sentido elogiável, porque tem outras coisas que não são muito elogiáveis...

O que às vezes nos deixa contrariados, e com isso não me conformo, é a verdadeira destruição do patrimônio público por valores não-equivalentes ao valor do investimento. Fez-se aquela propaganda do elefantinho, dizendo que a empresa era altamente onerosa e ineficiente, um carro de boi, e aí ofereceram à venda as ações. A empresa era subavaliada, por valores muito inferiores ao seu patrimônio, com relação a seu valor de mercado. Mesmo avaliada por baixo, veio depois o leilão, ela foi leiloada por menos ainda e o fulano ainda pagou a metade em moeda podre e a outra metade era financiada pelo BNDES. Com isso não é possível concordar.

■ *Quando fala de privatização, sua preferência é por empresas brasileiras, de capital nacional? Como vê o capital estrangeiro nos setores mais estratégicos de tecnologia de ponta?*

— Prefiro que seja capital nacional. É claro que

pode haver parceria, joint-ventures, mas o comando da empresa precisa ser nacional.

■ *Numa conferência na ABI, o senhor citou o exemplo de um dos aviões produzidos pela indústria aeronáutica brasileira em regime de cooperação entre a estatal Embraer e empresas privadas, como a Eletrometal, mostrando que um deles se tornou campeão de vendas.*

— Tivemos vários exemplos. Esse define muito bem a necessidade de um projeto nacional. O Brasil, numa determinada época, dizia assim: o país sem avião não funciona. São distâncias longas e não se pode imaginar o automóvel como meio de transporte para Belém. Tem que ter avião.

■ *Na batalha mundial pelo controle de tecnologias, e agora no caso da legislação de patentes que nos é cobrada, qual a importância de o país ter cacife tecnológico? Dá algum poder de barganha?*

— Dá o poder de dialogar. Quando começamos a fazer o programa espacial, tínhamos foguetes de sondagem para ensaios meteorológicos — naquela época, a rigor, não pensávamos num programa espacial. A pesquisa espacial com fins meteorológicos é quase uma questão de comprimento: um balão meteorológico vai até entre 12 e 15 quilômetros. Já o satélite vai acima de 300 quilômetros. Então eu tenho, aí no meio, um gap que exige o lançamento de um foguete. Se quiser fazer sondagem na ionosfera, tenho que lançar foguete. Começamos a trabalhar em cooperação com a Nasa, agência espacial do governo norte-americano. Como tínhamos aqui desenvolvido um propelente para os foguetes de sondagem meteorológica, resolvemos fazer nas horas vagas foguetinhos para treina-

mento da Força Aérea, substituindo os importados. Então, fizemos o que foi chamado de Sistema Brasileiro Ar-Terra (Sbat): um foguete convencional, com uma cabeça de guerra, uma ogiva que o piloto lança contra certo objetivo. Bom, no momento em que nós começamos a fazer uma quantidade mínima desses foguetes para a Força Aérea, pararam de nos vender um componente do propelente que se chamava perclorato de amônia. No mundo não tinha, ninguém podia vender, estava em falta o perclorato de amônia.

No CTA da Aeronáutica, em São José dos Campos, fizemos um pequeno laboratório, e, no dia em que começamos a produzir gramas de perclorato de amônia, abriu-se o mercado: "Já tem

"Não sou contra privatizar. O que critico é a destruição do patrimônio público por valores inferiores aos das empresas no mercado"

perclorato, pode comprar agora à vontade". O raciocínio é: melhor eu vender, senão o comprador fabrica. Observe como é o jogo internacional. E isso tem acontecido em várias áreas. Os países desenvolvidos sabem muito bem o que os outros estão fazendo. E quando vêem que existe capacidade em laboratório, abrem o mercado. Então, o desenvolvimento tecnológico, mesmo que não desemboque em produto industrial, nos dá capacidade de barganha, dizendo assim: você me vende, senão eu faço. É isso que muitos países em desenvolvimento vêm fazendo.

■ *O Brasil recentemente fez um acordo com a China, para comprar sistemas de direção de foguetes. Parece que não conseguiu comprar essa tecnologia nos Estados Unidos.*

— O acordo com a China no campo espacial é do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que quer desenvolver junto com os chineses o satélite de sensoriamento remoto. Fizemos agora um satélite nacional simples, de coleta de dados, e pretendemos evoluir para satélites de telecomunicação e científicos.

O satélite científico da China é de grande porte, de sensoriamento remoto. Então, é muito importante que a gente aprenda. E o Brasil está entrando talvez com 30 milhões de dólares, para ser parceiro minoritário num projeto chinês que é uma maneira também de aprender.

E desde que a China nos aceitou, o Inpe está participando. Na área de controle de foguetes lançadores, não tivemos no mundo inteiro ninguém que nos fornecesse. Queremos controlar nosso lançador de satélites. Mas não existe programa de mísseis no Brasil, em primeiro lugar porque não temos nem inimigo.

Nossa idéia era fazer um lançador de satélites comprando componentes no mundo inteiro. Aliás, seria a maneira inteligente de nos controlarem. Bastava vender o componente e saber o que a gente está fazendo. Mas não. Como eles têm idéias imperialistas, dizem: não pode fazer. E aí também tem o aspecto comercial: não pode fazer senão vai ganhar dinheiro.

Quando fizemos o Bandeirante, passamos a vender principalmente para os Estados Unidos e para a Europa. Além do aspecto militar, tem o aspecto econômico. Nós estamos sendo obrigados a desenvolver tudo, item por item. Não temos podido comprar porque é proibido por um acordo internacional chamado Regulamento de Controle da Tecnologia de Mísseis (MTCR) pelo qual os países signatários são proibidos de negociar com-

ponentes que permitam o desenvolvimento de mísseis. Eles acham que nosso veículo lançador de satélites poderá se transformar num míssil, no futuro. Por isso, estamos bloqueados.

■ *Está muito em moda defender a idéia de um Estado mínimo que cuidaria apenas de educação, saúde, polícia etc. Os avanços tecnológicos que o Brasil realizou nas últimas décadas teriam sido possíveis se tivéssemos entrado nessa idéia do Estado mínimo?*

— Jamais teria sido possível. Não se trata do tamanho do Estado, e sim da natureza do Estado. O Estado tem que ser suficiente para definir as diretrizes, os caminhos que o país deve seguir, e para incentivar aquelas áreas onde ele julgue que o desenvolvimento é importante, principalmente na área social, na interiorização do país.

Hoje em dia, por exemplo, a gente sente a necessidade de ocupar o Oeste do país. Aliás, já estamos começando a ocupar. Então, o Estado tem que ser politicamente forte. A iniciativa privada tem de operar com lucro. Assim, ela não vai botar telecomunicações nem combustível no interior da Amazônia, não vai desenvolver o Oeste brasileiro porque o que dá lucro é Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, o litoral sul do Brasil. Ninguém vai querer nada com o Nordeste, com a Amazônia, mas isso tudo é Brasil. Então, como o país é muito heterogêneo, é importante que o Estado tenha capacidade de tirar investimentos da nossa área mais desenvolvida para investir em áreas menos desenvolvidas, que são de interesse social e do país.

No campo da aviação civil, só para dar um exemplo, quem dá lucro à Aeronáutica na Infraero? Santos Dumont, Galeão, Cumbica ou Guarulhos? Muitos aeroportos do Oeste do Brasil, por exemplo, Cuiabá, dão prejuízo.

Mas Cuiabá é importante, é uma capital de estado. Então o dinheiro que a Infraero arrecada no Galeão vai incentivar o aeroporto de Cuiabá, vai botar aeroporto em Roraima ou Rondônia. Ninguém vai querer um aeroporto que dá prejuízo. Mas ele é importante para o país. Fico preocupado cada vez que ouço falar nesse Estado mínimo. Não que eu seja partidário do Estado máximo. Defendo o Estado suficiente para atender às suas responsabilidades: a soberania do país, o desenvolvimento econômico e a justiça social. O Estado mínimo que nos propõem vai aprofundar e perpetuar o quadro de desigualdade social e regional em que vivemos. Ele é, portanto, uma nova forma de colonialismo.

"O Estado mínimo vai perpetuar as desigualdades sociais e regionais em que vivemos. O Estado precisa ter o tamanho certo para cumprir sua missão"

O estudo do homem em alta

Reunião nacional marca a expansão da Antropologia brasileira, considerada uma das melhores do mundo na atualidade



O objeto de investigação é o ser humano em sua totalidade física e sócio-cultural

Patrícia Costa

Você sabe qual é a ciência que se interessa em estudar retratos de família, música popular, violação dos direitos humanos, comédia grega, as páginas policiais de um jornal sensacionalista, o tamanho de cérebros fósseis, meninos de rua, aborto, minorias raciais e econômicas, o corpo do travesti ou os traços genéticos de um povo?

A Antropologia, em sua definição clássica, é a ciência que se propõe a estudar o ser humano, em sua totalidade física e sócio-cultural (linguagem, organização econômica, social e política, sistema de crenças etc.). Em outras palavras, estuda a trama complexa das relações sociais estabelecidas dentro de uma sociedade determinada, segundo

seu código de normas e valores chamado cultura.

Desde o seu surgimento, em fins da Idade Média, até os dias de hoje, a Antropologia sofreu algumas transformações e muitas fragmentações, dando origem a subdisciplinas autônomas que também cresceram em suas especificidades. Porém, seus aspectos fundamentais se mantêm: o estudo físico e o estudo sócio-cultural do ser humano.

No caso da Antropologia brasileira, um particular crescimento tem sido evidenciado principalmente nos últimos 15 anos, acontecendo inclusive no período da ditadura militar, durante o qual toda tentativa de mobilização intelectual ou política por parte da sociedade civil era reprimida imediatamente.

Luiz Eduardo Soares, professor da Universidade do Estado do Rio de Ja-

neiro (Uerj) e do Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisador do Instituto de Estudos da Religião (Iser), afirma que, naquela época, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) só funcionava burocraticamente, o que incomodava seus membros mais jovens e idealistas. Quando, numa assembléia, em 1978, houve uma pequena "revolução" dentro da diretoria da ABA, com eleições que

arejaram alguns setores conservadores, a ABA adotou uma função política, a exemplo do que ocorria com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): "Foi como um despertar da ABA para a realidade brasileira. Tal abertura foi mais uma consequência do que uma causa do crescimento da Antropologia no país." Ele afirma que o interesse pela matéria era provocado pela própria condição do Brasil: uma nação que sofria com a repressão, onde o discurso político não combinava com a realidade social e econômica. Havia entre os estudantes uma vontade de conhecer o país a fundo. "As teorias sociológicas haviam se mostrado ineficazes e distantes da realidade. A

Antropologia, por sua vez, era baseada na observação direta, diferente da abordagem sociológica", diz o professor. Para ele, o convívio direto permitia uma análise mais profunda da realidade brasileira, conhecendo os grupos para além das denominações sociais.

O professor não descarta também o fato de que o país é *sui generis* no que diz respeito à sua sociedade: "O Brasil tem uma diversidade cultural imensa, grande campo de estudos para a Antropologia. E somente ela poderia dar um estatuto de cidadania acadêmica às minorias raciais, étnicas e sexuais brasileiras, até então claramente ignoradas não só por outras áreas de estudo como também pela própria sociedade."

Efervescência – Tanto ao nível da graduação, com cada vez mais alunos

ANTROPOLOGIA



O tamanho do cérebro dos antigos e as angústias dos contemporâneos interessam aos antropólogos

interessados na matéria, como no da produção de trabalhos, elevando vários nomes brasileiros ao reconhecimento internacional, como Roberto Da Matta, Luís de Castro Faria, Tales de Azevedo e Darcy Ribeiro, a Antropologia nacional vem evoluindo e agora está passando por seu momento mais efervescente, fato confirmado pela XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, ocorrida em março na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói.

No encontro, que contou com a participação de cerca de 800 pessoas e teve mais de 400 trabalhos inscritos, foram apresentados e discutidos sobretudo temas das áreas social e étnica, o que demonstra que a Antropologia está afiada com o seu tempo e é atuante.

O professor Arno Vogel, coordenador geral da comissão organizadora

do encontro, explica que essas reuniões não são temáticas, mas sim grandes painéis da Antropologia nacional: "É uma disciplina em franca expansão e a diversidade da cultura e da sociedade brasileira estimula muito o seu desenvolvimento." Para ele, dentro de um contexto internacional, a Antropologia brasileira é uma das mais fortes e desenvolvidas em termos de número de departamentos, de programas de pós-graduação, de trabalhos publicados e de profissionais no país — a ABA tem quase 800 sócios. "Um fator a ser destacado é que, nos últimos 40 anos, se fez um grande investimento na formação de profissionais e isso se deve basicamente aos programas de pós-graduação e à expansão dos campos de trabalho", diz o professor.

Para ele, tal expansão se explica pelo fato de que a Antropologia — ciência voltada tradicionalmente para o estudo de culturas primitivas — possui um grande campo de pesquisa proveniente do crescimento das sociedades chamadas complexas — contemporâneas e mo-

Aliança étnica

O sociólogo Marcos Chor Maio, que faz doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ), escolheu para tema de seu trabalho um assunto curioso: a aliança entre negros e judeus através da criação, em 1992, no Rio de Janeiro, da Frente Contra o Racismo, cujo objetivo era combater os ataques neonazistas que ocorreram pelo Brasil na época. Intitulado "Negros e Judeus no Rio de Janeiro: um Ensaio de Movimento pelos Direitos Civis", seu trabalho destaca a relação confusa na sociedade brasileira entre etnia e cidadania. E ex-

plica: "No Brasil, é difícil agir em termos étnicos, na política. Quando defendem seus direitos, os judeus estão se defendendo como cidadãos ou como judeus? E os negros? Surge uma relação de ambigüidade na questão étnica, pois não há uma consciência de pluralidade política. Nos Estados Unidos, por exemplo, há o judeu norte-americano, o negro norte-americano etc. Aqui, não há o judeu brasileiro, ou se é uma coisa ou se é outra, assim como o negro."

O pesquisador destaca que há muitas diferenças entre os dois grupos étnicos, algumas estereotipa-

das: há muito mais negros do que judeus no Brasil; os judeus são ricos e os negros, pobres; a íntima relação dos judeus com Israel e a força dos movimentos negros principalmente no Terceiro Mundo; e até a reação ao neonazismo pois, para os judeus, reagir a esse movimento é um ato reflexo, não há o que discutir, mas, para os negros, é mais uma demonstração racista e discriminatória contra a qual se deve lutar.

E apesar das diferenças, os grupos se uniram para lutar contra esse inimigo comum, e eles dizem que os ataques diminuíram bastante.

Marcos Chor conta que tamanha eficiência teve uma conseqüência estranha: depois de quatro meses, assim que o objetivo foi alcançado (acabar com os

ataques), a aliança se dissolveu. Para o estudioso, isso é só mais uma prova de que os brasileiros não possuem ainda a consciência da união a longo prazo por interesses comuns. Mas houve um aspecto positivo: os ataques neonazistas provocaram a criação da primeira Delegacia para Assuntos Raciais, em São Paulo, que funciona até hoje. É o reconhecimento, pelo Estado, da existência do racismo no Brasil, coisa que sempre foi muito dissimulada e até negada. "E a estrutura é muito séria, pois há um conselho consultivo formado por entidades nordestinas, negras e judaicas, os principais alvos de preconceitos naquela cidade", explica o sociólogo. Segundo ele, tudo isso contribuiu para a politização da questão racial no Brasil.

ANTROPOLOGIA

dernas. Temas como imagem, violência, cidadania, direitos de minorias, meio ambiente, saúde etc. são levados para a dimensão antropológica.

Vários estudos – Um dos trabalhos apresentados versa sobre um tema da Terceira Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, que se realizará em agosto, no Cairo, organizada pela ONU: os direitos reprodutivos. Cecília de Mello e Souza, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), escreveu "Direitos Reprodutivos e Consumo Médico: o Banco de Esperma na Califórnia, Estados Unidos", onde relata a pesquisa realizada com mulheres solteiras ou lésbicas de São Francisco que buscaram o banco de espermas para formar famílias. Através de várias entrevistas, constatou que cada vez mais pessoas estão procurando tecnologias de reprodução assistida, postura que revela a desvinculação entre sexualidade e reprodução. Apontou também o perigo da medicina dos anos 90 de se apropriar do corpo feminino e do processo reprodutivo, da concepção e do nascimento promovendo o consumo caro de tecnologias médicas de risco, ainda ineficientes, e cujo uso tem complexas implicações éticas.

Este ano, a reunião da ABA homenageou dois grandes nomes da Antropologia brasileira: os professores Luís de Castro Faria e Tales de Azevedo que, segundo Arno Vogel, contribuíram muito para dar a esta ciência "um nível que nada fica a dever à Antropologia de alguns países do Primeiro Mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e França". Duas outras comemorações também deram a esta reunião um caráter especial: os 30 anos do curso de Ciências Sociais da UFF e os 25 anos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, onde funciona o curso. Para o professor, essas datas são significativas para a compreensão da importância da resistência desta cadeira durante os "anos de trevas" da ditadura militar. "Foi neste período que saíram daqui alguns dos principais nomes da Antropologia. Construímos uma tradição antropológica na UFF."

Outro tema debatido numa das mesas-redondas, "Infância, Casa e Rua", teve diversas produções de várias partes do país. Uma delas, realizada pelas antropólogas Marina Albuquerque e

Maria Filomena Gregori, da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP), intitulada "Os Meninos de Rua, a Violência e a 'Viração'", é baseada nos resultados de pesquisas sobre as experiências de vida e sociabilidade dos meninos da cidade de São Paulo. A pesquisa, realizada em duas fases (a primeira em oito meses e a segunda em nove meses), foi de campo, com as pesquisadoras convivendo com os meninos diariamente e testemunhando suas relações internas e com outros grupos como polícia, instituições, comerciantes, pedestres etc.

Uma das surpresas foi o fato de que todos os menores estudados têm família, não são abandonados. "São famílias marcadas por um grande despreparo para promover sua própria sobrevivência. Por causa disso, a rua é vista como um universo possível para se viver, para trabalhar e até para crimes", afir-

ma Marina Albuquerque. Ela e sua colega identificaram um padrão a que chamaram "de circulação": a ida e vinda dos menores para a casa e para a rua.

Um aspecto presente em todos os testemunhos é a noção de liberdade que a rua traz para essas crianças. "A violência familiar e a do bairro, e a vontade de melhorar de vida pesam, mas a busca pela liberdade é muito mais forte", diz ela.

Há códigos rígidos dentro do grupo que devem ser respeitados e a infração é obrigatória para a sobrevivência. É o que eles chamam de "viração" (para viverem, se viram). Outra surpresa é o fato de que os meninos têm mais medo dos outros grupos de menores do que da própria polícia, pois têm a noção de que a polícia mata porque está "cumprindo o seu dever". Já os outros grupos matam porque as regras rígidas são desrespeitadas. Marina conta que durante a pesquisa três menores foram mortos por disputas entre os grupos.

Segundo o trabalho, o fenômeno da "viração" se dá até os 18 anos. Depois dessa idade, os menores têm projetos como casar, constituir família, arrumar um emprego. Mas tais projetos quase nunca se concretizam, pois eles tendem a assumir para si próprios estigmas pelos quais são marcados pela sociedade, como marginais.

Em alta – A magnitude do encontro evidenciou o crescente interesse das pessoas pela Antropologia. A "descoberta", nas culturas primitivas, de mecanismos que aliam progresso e preservação do meio ambiente, é uma das grandes contribuições desta ciência para o desenvolvimento da humanidade.

No caso do Brasil, a Antropologia pode ser um instrumento para "enfrentar o dilema da pluralidade cultural", segundo o professor Luiz Eduardo Soares. Para ele, integrar e desenvolver uma sociedade democrática respeitando as diferenças, sem que isso gere corporativismos e fragmentações dentro dela própria, é o maior desafio: "O Brasil até hoje viveu no fio da navalha, sem grandes tensões e conflitos sociais. O multiculturalismo funciona com um certo grau de tolerância. Cabe à Antropologia viabilizar a estruturação formal dessa diversidade, construindo a cidadania em bases sólidas", conclui ele.

As culturas ditas primitivas têm mecanismos que aliam progresso e preservação ambiental



A união faz a força

Patrícia Terra

Para tentar deter comportamentos compulsivos, milhões de pessoas vêm se reunindo em grupos anônimos de mútua ajuda. A filosofia deles é usada pelos Alcoólicos Anônimos (AA) desde 1935, para melhor administrar as dificuldades comuns surgidas da prática destes comportamentos.

Hoje, há cerca de 55 grupos do tipo, dos quais, além dos AA, pelo menos 15 funcionam no Brasil. São eles: Alanon (familiares e amigos de alcoólicos anônimos), Alateen (crianças e adolescentes que convivem com alcoólicos), Fapaa (filhos adultos de pais alcoólicos anônimos), NAA (narcod dependentes), Naranon (familiares e amigos de narcod dependentes), NA (neuróticos anôni-

mos), EA (emocionais), CCA (comedores compulsivos), Dasa (dependentes de amor e sexo), SA (sexólics), FA (fumantes), JCA (jogadores compulsivos), PA (HIV positivos), Coda (co-dependentes) e Sasa (sobreviventes de abusos sexuais).

A compulsão - Em todos os grupos, há pessoas que se fixaram em hábitos, coisas, pessoas ou lugares, na esperança de obter prazer, alívio ou bem-estar. Mas fracassaram. "A repetição do comportamento vem da dificuldade de obter bem-estar através do equilíbrio das diversas atividades da vida. Se a pessoa não tem essa capacidade, exage-

Aqueles que estão decididos a superar comportamentos compulsivos encontram nos grupos anônimos de mútua ajuda instrumentos para atingir essa meta



A medicina não pode fazer muito por quem come e bebe compulsivamente. Mas a solidariedade grupal funciona

ra em alguma atividade e estabelece caminhos para sua tendência compulsiva. Só que a compulsão é progressiva, incurável, de término fatal e, por isto, precisa ser detida", avalia o psiquiatra Ricardo Esch.

A medicina e a psiquiatria ainda não descobriram remédios ou tratamentos que curem. As causas da compulsão também são discutíveis, mas sabe-se que a base é uma dificuldade na obtenção natural de prazer. Uma corrente atribui o problema a desvios adquiridos durante a vida. Segundo outra teoria, defendida pela Escola Alemã de Psiquiatria, as origens seriam orgânicas.

Esta teoria descreve no compulsivo um quadro clínico chamado alexitimia. Nele, uma barreira impede a integração dos três sistemas responsáveis pelo prazer no sistema nervoso central: o sensorial, que recebe o estímulo; o límbico, onde se dá o prazer psíquico; e o vegetativo, onde a sensação física é produzida. O prazer, por sua vez, se divide em três tipos: o saciatório, que vem dos atos de comer, ter orgasmo etc.; o excitatório, gerado pelo perigo, o jogo, o trabalho e a sedução; e o da fantasia, produzido pelo sonho, a atividade artística, a oração e a meditação. "Cada uma destas atividades estimula o sistema nervoso central, mas como no compulsivo não há integração dos sistemas, ele

COMPORTAMENTO

abusa de uma atividade na esperança de obter mais prazer", explica Ricardo Esch, que acredita nas causas bioquímicas da compulsão.

Na compulsão por drogas ou álcool, as substâncias químicas alcançam o sistema nervoso central via corrente sanguínea, agilizando a necessidade de exagero para o prazer imediato.

O médico esclarece: "Uma droga depressora, como o álcool, substitui as substâncias responsáveis pelos prazeres saciatórios, reduzindo a atividade cerebral; a droga estimulante, como a cocaína, entra no lugar das que levam a prazeres excitatórios, acelerando a atividade cerebral; e a droga alucinógena, como o LSD, gera prazer psíquico produzido por fantasias, distorcendo as mensagens entre os neurotransmissores."

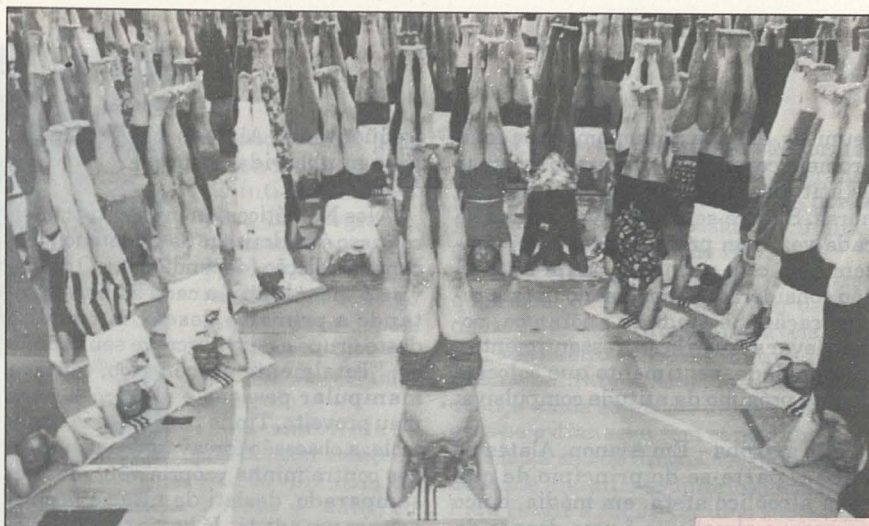
O psiquiatra acredita que a compulsão é consequência de um mal funcionamento do cérebro. "Trata-se de uma doença física e a ação das drogas sobre um sistema nervoso com problemas neurofisiológicos só vai agravar o quadro clínico", afirma. Para ele, a maioria da população sofre de algum distúrbio compulsivo.

O psiquiatra Cid Merlino acha que as alterações no metabolismo das substâncias mediadoras das reações químicas, que se dão no sistema nervoso central, são as principais causas da compulsão. "Tais alterações geram estresse químico-celular que desregula fome, sono e prazer, e o indivíduo procura algo para melhorar seu humor, mas não tem sucesso por muito tempo", avalia.

A força dos grupos – Os Alcoólicos Anônimos vêm salvando vidas desde 1935, antes que a Organização Mundial de Saúde reconhecesse o alcoolismo como doença, na década de 70. Eles descobriram que, para impedir o avanço da compulsão, o único jeito é evitar o primeiro gole.

Todos os grupos anônimos de mútua ajuda usam o método de evitar a primeira atitude que acione o processo da compulsão específica e, a partir daí, procurar uma ampla reformulação de vida nos moldes da proposta dos AA.

Para o psicanalista Eduardo Mascarenhas, autor do livro *Alcoolismo, drogas e grupos anônimos de mútua ajuda*, o "achado" do AA é a forma mais eficien-



te de se enfrentar alcoolismo, toxicomania e doenças de fundo emocional. Ele trabalha para abrir os serviços públicos de saúde aos grupos, admitindo a impotência da medicina e da psicanálise nestes casos. "Compulsões não são estantes. Costumam se comunicar. Quem possui uma, corre o risco das demais", alerta o médico.

Enquanto a medicina pesquisa a doença, os grupos de mútua ajuda expandem sua estrutura informal. O AA, criado nos EUA, é o maior deles: tem mais de 2,5 milhões de membros em 186 países.

Tudo começou quando Bill e Bob, um corretor da Bolsa de Valores de Nova Iorque e um médico de Akron, dois bebedores-problema, se encontraram. Não suportando mais as consequências de seu mal (que incluíam várias internações psiquiátricas), Bill teve a idéia de contar sua história a alguém que, em situação semelhante, pudesse compreendê-lo. A partir do encontro em que os dois compartilharam suas experiências, surgiu o primeiro grupo anônimo. Bill morreria depois de 40 anos sem beber e Bob viveria seus últimos 15 anos evitando o primeiro gole.

Os Doze Passos – O programa dos Doze Passos – que devem ser praticados todo dia – busca evitar retomar o processo compulsivo. "Eles disciplinam a obtenção do bem-estar através de um sistema estruturado de busca. São um roteiro para a reformulação do indivíduo. O prazer passa a ser gerado pelo investimento em si próprio", avalia o psiquiatra Ricardo Esch.

A fórmula dos Doze Passos deu tão certo que, aos poucos, foi sendo adotada também por aqueles que sofriam com outras compulsões.

A meditação e a ioga são formas de obter bem-estar e prazer

Como funciona – Para participar de qualquer grupo anônimo, o único requisito é querer parar com a compulsão. O cartão de visitas dos grupos é a frase: "Se quer sofrer, o problema é seu; se quer parar de sofrer, o problema é nosso". A doença é autodiagnosticada pela consciência do sofrimento de cada um. Todos sofrem da mesma compulsão que motiva as reuniões. A identificação é feita pelo primeiro nome e não se guarda registro dos membros. O anonimato pessoal nos meios de comunicação deve ser mantido.

Não se trata de filantropia nem de caridade, mas ninguém paga mensalidades para frequentar as reuniões. Os grupos são auto-suficientes, graças às contribuições voluntárias de seus membros, não aceitam ajuda de terceiros e não têm fins lucrativos. Quem coordena as reuniões é um doente encarregado de garantir seu bom andamento, tendo sempre em mente o trinômio Unidade-Recuperação-Serviço.

Apesar de não estarem ligados a movimento político, seita ou religião, as reuniões são abertas e encerradas com a oração: "Concedei-me, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não posso modificar; coragem para modificar as que posso; e sabedoria para distinguir umas das outras".

Experiências, descobertas e dificuldades são compartilhadas durante as

reuniões, em que cada membro se compromete consigo mesmo a não retomar às atitudes doentias nas próximas 24 horas. Sugere-se que se viva um dia de cada vez, sem preocupações com o ontem nem com o amanhã. Expectativas são consideradas um veneno para a recuperação. Segundo os anônimos, podem levar à frustração, ressentimento e autopiedade, sentimento que coloca o doente próximo da atitude compulsiva.

Os grupos – Em Alateen, Alateen e Fapaa, parte-se do princípio de que cada alcoólico afeta, em média, cinco pessoas: o alcoolismo é uma doença da família. Os membros destes grupos admitem no Primeiro Passo sua impotência perante o álcool, mas se referem ao alcoolismo do outro. O que devem evitar é a primeira discussão. "Procuramos esclarecer nosso papel na relação com o alcoólico e buscar nossas próprias falhas. Só podemos modificar a nós mesmos: não somos responsáveis pela doença nem pela recuperação do outro. Devemos aprender a não manipular situações que facilitem a progressão da doença dele", diz C., que frequenta Alateen há sete anos.

O marido dela é AA e não bebe também há sete anos. "Antes, eu pagava as contas da casa, enquanto ele ia parar no hospital ou na polícia. Me batia sempre, não fazia sexo comigo e eu me considerava, ao mesmo tempo, vítima salvadora e provocadora das bebedeiras dele. Era cheia de raiva, ressentimento e competição. Hoje, com os dois em recuperação, a relação não é tão doentia e podemos até namorar."

Alateen é uma ramificação de Alateen e segue os mesmos princípios. Nele, reúnem-se jovens de sete a 20 anos para compartilhar as complicações extras que um alcoólico na família acrescenta às dificuldades normais do crescimento.

A. tem 20 anos e frequenta o grupo desde os dez. O pai dela tentou suicídio na linha do trem antes de entrar para o AA. "Quando eu tinha doze anos, ele saiu do programa e caiu em porre seco: começou a agir como se estivesse bebendo e só queria saber de briga. Tive que me agarrar no meu programa para não entrar no carrossel armado por ele para beber. Eu não podia topa a primeira discussão. A doença é contagiante, mas

freqüentando Alateen fico protegida. Vivo minha vida, sem querer viver a dele", afirma.

Nos Narcóticos Anônimos, o primeiro passo é a admissão da impotência perante a adicção (dependência). O que se visa é "ficar limpo" a cada 24 horas evitando a primeira dose. Um membro deste grupo assim descreve seu processo: "Totalmente egocêntrico, tentava manipular pessoas e situações para meu proveito. Tinha perdido todo o controle: a obsessão forçava-me a usar drogas contra minha própria vontade. Desamparado, desisti de lutar e aceitei que era um adicto. Já havia tentado mé-

*Cada dependente
precisa viver
o presente.
Expectativas são
consideradas um
veneno para a
recuperação*

dicos, psiquiatras, clínicas, mudanças de emprego, casamentos, divórcios e tudo em vão. Parecia não haver esperança, mas em NA a encontrei."

Tanto em NA como em AA, fala-se que a doença leva o dependente a três caminhos: à cadeia, ao hospital psiquiátrico e ao cemitério.

Para seus familiares e amigos, existe Naranon, em que os membros seguem as mesmas recomendações sugeridas em Alateen.

Neuróticos Anônimos surgiu por iniciativa de um AA que, considerando-se neurótico além de alcoólico, percebeu que o programa poderia ajudar na recuperação de pessoas com problemas mentais e emocionais, mas sem problema com o álcool. Neurótico para eles é qualquer pessoa cujas emoções descontroladas interferem em seu comporta-

mento. Fobias, depressão, angústia e somatização são algumas motivações que levam as pessoas a procurar ajuda em Neuróticos Anônimos.

Os Emocionais Anônimos têm propósitos bastante semelhantes aos dos neuróticos. Eles tentam, através dos Doze Passos, conter desequilíbrios emocionais de ordens diversas. Em EA, a pressa e a indecisão são dois males enfocados por um dos principais lemas do grupo: "Se quiser ter tempo, devo me decidir a usá-lo".

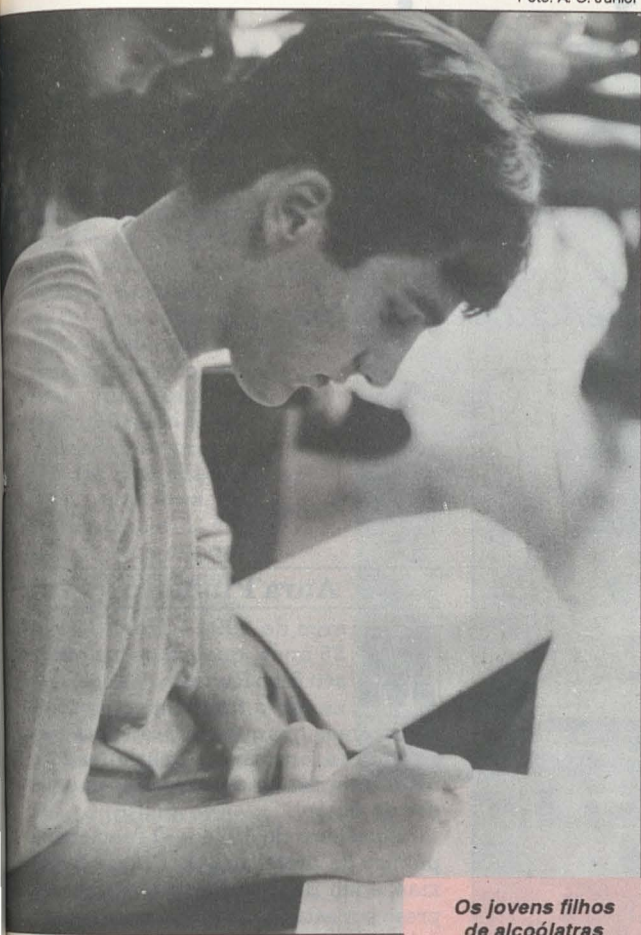
Admitir a impotência perante o cigarro e evitar a primeira tragada é o que pretendem os membros de FA. Os que comem compulsivamente e objetivam colocar a comida no seu devido lugar também lançam mão do programa de passos.

Os Comedores Compulsivos Anônimos se admitem impotentes perante a gula e evitam a primeira mordida compulsiva. Há um plano pessoal de abstinência e recomenda-se a consulta a um profissional para estabelecer um plano adequado às necessidades de cada um. No Brasil, fazem juntos o programa os que sofrem com anorexia nervosa (não conseguem comer nada), os bulímicos (ingerem até 20 mil calorias por vez e depois induzem o vômito ou jejuam) e os que comem muito em situação de ansiedade. Em CCA, diz-se que os membros devem "evitar comer qualquer emoção mais forte".

Em Jogadores Compulsivos Anônimos, a impotência perante o jogo e a sugestão de se evitar a primeira aposta são o carro-chefe. O grupo funciona em São Paulo e está em formação no Rio. "Eu jogava todo o meu salário. Comecei a jogar para pagar dívidas com agiotas. A família tinha que me dar dinheiro, comida e roupas usadas. Cheguei a pensar em suicídio, deixava mulher e três filhos em casa passando necessidade e fugia para jogar", conta F., que pediu ajuda no Hospital Pínel, antes de procurar o grupo de neuróticos. "Em três meses, já não tinha aquela necessidade de jogar. Percebi que através do jogo estava me isolando, apesar da ilusão de que me relacionava com as pessoas. Parei de fazer fezinha na expectativa de que a vida fosse melhorar e redirecionei a minha fé. A sorte grande encontrei no programa dos Doze Passos", afirma F., que hoje não tem dívidas e conta até com cartão de crédito.

COMPORTAMENTO

Foto: A. C. Junior



Os jovens filhos de alcoólatras ou drogados aprendem a apoiar os pais sem se envolver demais

A compulsão afetiva e sexual é abordada no Brasil por pelo menos dois grupos anônimos. Para os sexólicos, a impotência é perante a luxúria e a sobriedade sexual é a meta. Não se trata de uma sociedade de indivíduos hiperativos; não é lugar para conhecer parceiros nem para aprender a controlar gozo e luxúria. Apenas pretende ajudar a pessoa a deter comportamentos sexuais que a levam a sofrer mas que sozinha ela não consegue deixar de praticar.

Dos Dependentes de Amor e Sexo Anônimos, fazem parte aqueles que têm necessidade compulsiva de sexo e os que têm dependência extrema de uma ou mais pessoas. O programa, que visa a comunhão social, relacionamentos, casamentos, proximidade e amizade, também funciona para os que eles chamam de anoréticos: que evitam compulsivamente dar e receber nutrição sexual, social e emocional. "São os dois lados da mesma doença. A promiss-

cuidade sexual pode esconder uma fuga da intimidade", explica um integrante, afirmando que o dependente precisa ficar de bem consigo mesmo para depois dividir seu bem-estar em um relacionamento.

A inabilidade em manter relações saudáveis com os outros e consigo mesmo é a motivação específica de um outro grupo: os Co-dependentes Anônimos. Trata-se de dependentes de alguém que é dependente de alguma coisa. Nesta categoria, se enquadram pessoas em situações diversas, mas que seguem dois padrões autodestrutivos: os de controle, em que o parceiro precisa manipular o dependente, e os de complacência, em que o parceiro assume a responsabilidade pela vida dele e vive para agradá-lo.

Adultos que sofreram abusos sexuais e espancamentos na infância também se reúnem em busca de superar problemas e, para tanto, seguem os Doze Passos. Sugere-se evitar a vitimização. "Quem sofreu abuso vê o mundo como se todos estivessem contra ele. O objetivo é sair do papel de vítima, para não participar de situações que levem à repetição do abuso", explica uma Sasa em recuperação. "A tendência é provocar novos abusos compulsivamente. Quem foi espancada na infância geralmente se casa com um homem violento. Quem sofreu abuso sexual se expõe a shows de exibicionismo e outras agressões sexuais. A pessoa está sempre próxima de acontecimentos que façam com que ela reviva a situação ocorrida na infância", descreve.

Os Positivos Anônimos são formados por aidéticos que usam o programa de Doze Passos e o plano das 24 horas para viver melhor, apesar das limitações impostas pelo vírus HIV.

No Rio, o grupo foi criado por um frequentador de AA e NA, por ser dependente de álcool e drogas injetáveis. Em PA, o Primeiro Passo é admitir a impotência perante a Aids, mesmo que a doença ainda esteja assintomática. Sugere-se evitar sexo sem camisinha, depressão e uso de drogas. "A imunidade depende muito do equilíbrio emocional. Para reagir à Aids e ter uma sobrevivência maior e melhor, o organismo precisa produzir mais endorfina que adrenalina, e acreditamos que os Doze Passos interfiram neste metabolismo", diz H., que já apresenta doenças oportunistas devido ao vírus. "Tento substituir os pensamentos ruins e me apegar na oração com muita fé, até porque a ciência já provou que orar induz à liberação de endorfina no cérebro. A espiritualidade é fundamental na nossa recuperação", acrescenta.

Algo semelhante sobre a necessidade de espiritualização como combate aos distúrbios compulsivos ouviu Bill, o co-fundador de AA, de um dos maiores expoentes da psiquiatria, o contemporâneo de Freud, Carl Gustav Jung.

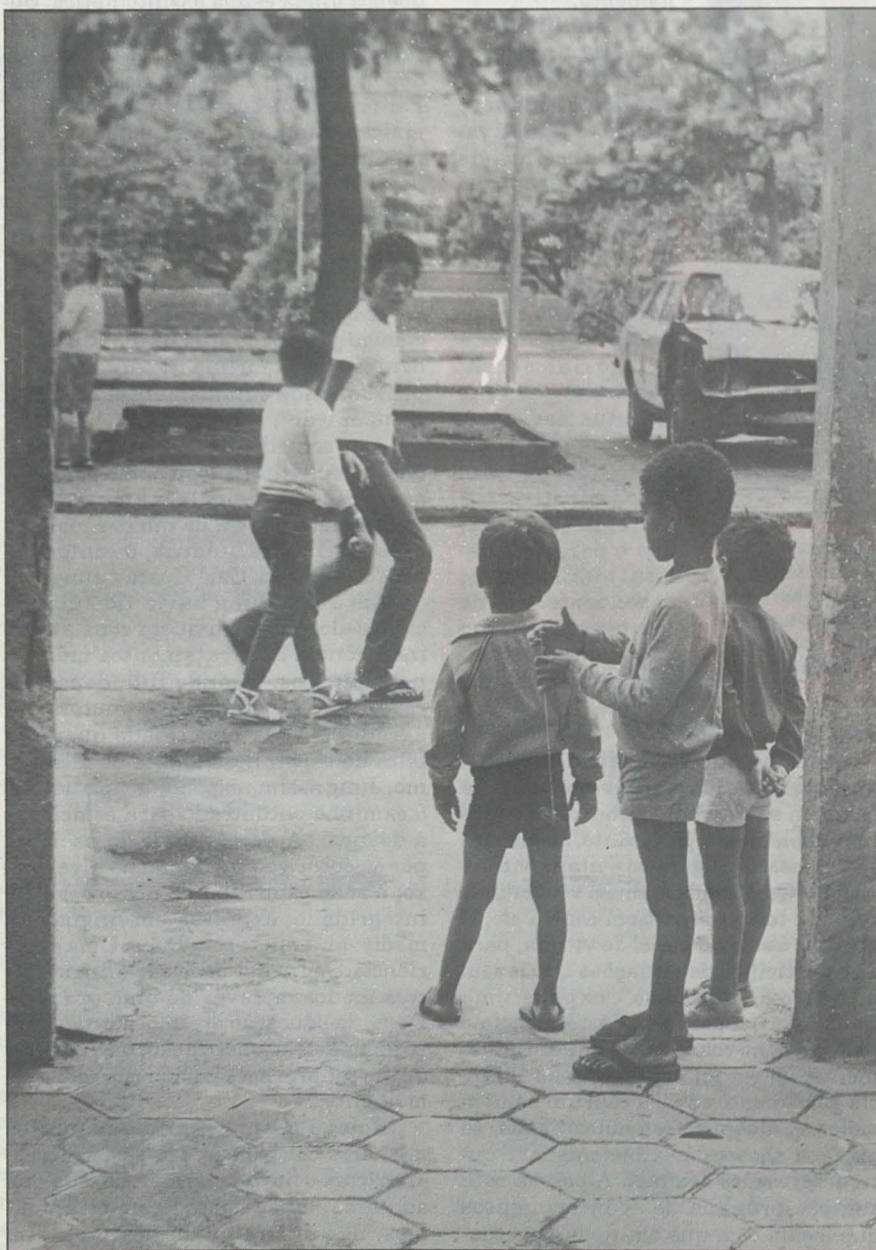
Em 1930, Jung havia tido um paciente alcoólico, em quem constatou a ineficiência dos tratamentos médico-psiquiátricos. Quando Bill, depois da criação de AA, escreveu ao doutor para agradecer sua honestidade quanto à falta de esperanças diante do alcoolismo, Jung assim respondeu, aplaudindo o caminho encontrado para estacionar a doença: "A necessidade do paciente por álcool era equivalente, no nível baixo, à sede espiritual de nosso ser pela integridade, expressa em linguagem medieval, à união com Deus. Uma experiência espiritual pode ser atingida de três modos: através de uma graça de Deus, da educação aprimorada da mente além da racionalização, ou por meio de um contato pessoal honesto com o semelhante."

Hoje, é neste contato que muitos membros dos grupos, por serem ateus, amparam o novo programa de vida que adotam, e que, como dizem os anônimos, não é para quem precisa e sim para quem quer.

Elas apanham de pais que apanham da vida

Entidades recebem cada vez mais denúncias de crianças e adolescentes que sofrem abusos e violência de adultos

Foto: Walter Santos



A maior parte das vítimas é agredida pela própria mãe

Aura Pinheiro

Março de 1994 – Hely Cerioli, 35 anos, quebra os braços de seu filho Rudmir, 9 anos, deixando-o também com vários hematomas, porque ele tirou nota baixa em Matemática. A espancadora usou uma tábua de carne e um socador de feijão.

Fevereiro de 1994 – O funcionário público da prefeitura de Duque de Caxias, João Batista Peixoto, 36 anos, é preso por estuprar e manter em cárcere privado uma menina de 13 anos, bisneta de sua mulher, Juracy Wilma, 62 anos.

Casos como esses já não surpreendem tanto a população do Rio de Janeiro. Segundo dados da Associação Brasileira de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrapia) – entidade que há seis anos recebe denúncias de violência contra a infância e a adolescência –, no ano passado, 1.548 crianças e adolescentes foram vítimas de todo o tipo de agressão no estado. As violências físicas lideram as estatísticas (50% dos casos) e as vítimas são agredidas principalmente pelas suas próprias mães (49%). Em janeiro deste ano, só de abuso sexual, a Abrapia registrou 30 casos, todos de crianças de quatro a oito anos violentadas por familiares.

A psicóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Victoria Ruth Fahlberg, norte-americana de Ohio e radicada no Brasil há cinco anos, diz que a melhor maneira de combater a violência familiar é dar assistência às famílias de vítimas de maus-

COMPORTAMENTO



Foto: A. C. Junior

Victoria Fahlberg: a melhor maneira de combater a violência é dar assistência às famílias

tratos. "Depois que as crianças e adolescentes fogem de casa, virando 'meninos de rua', fica muito mais complicado tratar do problema." Segundo Victoria, é preciso começar da raiz, ou seja, atender aos jovens juntamente com suas famílias. A maior dificuldade encontrada por profissionais que trabalham nesta área, de acordo com ela, é a falta de uma organização governamental de apoio ao trabalho.

"Até existem organizações não-governamentais eficientes como a Abrapia, onde já trabalhei, e o grupo Pró-Vida, entidade onde atuo atualmente. Mas falta um órgão governamental para centralizar todos os trabalhos e tornar o serviço mais efetivo", diz a psicóloga, acrescentando que nos Estados Unidos

cada estado tem uma organização governamental que assiste a casos de violência doméstica.

No Brasil vem aumentando o interesse de profissionais pela especialização em violência familiar. O Departamento Social da PUC está promovendo o curso de pós-graduação "Atendimento às crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica", com aulas dadas pela própria professora Victoria Fahlberg. São cerca de 20 profissionais que trabalham em juizados de menores, grupos religiosos e no Centro Brasileiro em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A maior preocupação dos alunos já é a aplicação do aprendizado teórico à dura realidade de trabalhar com crianças violentadas.

Victoria diz que é muito difícil especificar qual a melhor maneira de atender às crianças e suas famílias. "Muitas

vezes, a questão financeira é apontada como a principal responsável pelas agressões. Mas há outras variáveis que influenciam o risco de abuso e negligência, como as causas políticas e sociais." Ela explica ainda que em vários casos as famílias usam de violência porque acham que, assim, podem resolver problemas evidentemente sociais.

SOS Criança - O pediatra Lauro Monteiro, diretor-executivo da Abrapia desde a sua fundação, tem uma explicação mais prática para o problema de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: "Pais apanham da vida e filhos apanham dos pais." Ele lembra que a frase resume o principal motivo da violência e já foi inclusive usada para ilustrar o cartaz de uma das campanhas da Abrapia, realizada em 1992.

Quanto à violência familiar, o pediatra diz que a pobreza é a sua causa mais frequente. "Mas também há muitos casos registrados em famílias de classe média e alta." Em uma escola pública da Zona Sul do Rio, uma aluna chegou na sala de aula babando. A mãe havia colocado em sua boca um ovo com casca, recém-saído da fervura, porque ela tinha se atrasado para o colégio.

Em 1993, a Abrapia atendeu 6.783 famílias envolvidas em situações de maus-tratos, e 7.656 crianças e adolescentes vítimas.

O SOS Criança, da Abrapia, é o projeto mais conhecido da entidade. Com apoio do governo federal, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e de empresários, o trabalho é feito basicamente a partir de denúncias, pelo telefone, de

crianças e adolescentes vítimas de violência. "Recebemos e checamos as histórias pessoalmente. Caso a denúncia se confirme, encaminhamos o caso aos nossos psicólogos e assistentes sociais. Se preciso, providenciamos intervenções jurídicas", explica Lauro Monteiro.

Este mês, a Abrapia está iniciando o SOS Trabalho da Criança e do Adolescente (SOS TCA), que funcionará nos mesmos moldes do SOS Criança, contando com a assistência jurídica de três advogados. Durante um ano, o novo projeto receberá o financiamento do governo holandês.

A maior queixa do diretor-executivo da Abrapia, no entanto, é em relação à falta de apoio da Prefeitura do Rio que, segundo Lauro Monteiro, decidiu entregar o imóvel ocupado pela Abrapia, em Laranjeiras, à Sociedade Viva Cazuza.

Identidade fortalecida

Países de língua portuguesa preparam formação de aliança com objetivos de integração econômica e de defesa do idioma comum



Marcelo Monteiro

O final do século XX vem sendo caracterizado pela formação de blocos de integração e associações entre países, que buscam a união para fortalecer suas economias num cenário mundial cada vez mais competitivo. Além de ser peça-chave do Mercosul e de participar do Pacto Amazônico, o Brasil é o autor da proposta de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunindo também Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ainda no primeiro semestre deste ano, a aliança deverá ser formalizada numa reunião em Lisboa entre os chefes de Estado das sete nações que têm o português como língua oficial.

Segundo o idealizador do projeto, o embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido de Oliveira, a criação de

um espaço político-econômico comum entre os sete países "é uma imposição da realidade mundial. Além disso, as nações mais ricas ensinam que, até para elas, a formação de blocos de natureza geoeconômica ou histórico-cultural tem um aspecto de sobrevivência" das culturas e das economias. A comunidade teria como primeiras tarefas a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e a reconstrução de Angola, devastada pelo conflito entre o governo e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), que desencadeou uma guerra civil de consequências dramáticas. Para o embaixador brasileiro em Lisboa, a paz em Angola é um aspecto "inseparável do projeto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa".

Identidade - "Se queremos ter a nossa identidade demarcada no espaço cultural do mundo do futuro, temos que

encontrar entre os povos que falam a nossa língua outros pontos de entendimento além do idioma. Não há nada de mais importante para estabelecer o entendimento do que a solidariedade e a cooperação econômica", afirma José Aparecido.

O embaixador acredita que os problemas políticos e econômicos enfrentados pelos países africanos que têm o português como língua oficial não são entraves para a consolidação da comunidade. Essas dificuldades poderiam ser solucionadas até com maior rapidez com a integração entre os países, segundo ele.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, garante que a formação da comunidade é o projeto prioritário da política externa do governo. O chanceler brasileiro espera que a aliança entre as sete nações, além de permitir a implantação de acordos nas áreas política e econômica, incentive também o intercâmbio cultural, científico e técnico.

O projeto inicial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa também deverá incluir a realização de um encontro entre parlamentares dos sete países, a formação de um fundo financeiro proporcional aos recursos de cada país-membro e a criação de casas de cultura, editoras e publicações (jornais, dicionários) comuns que permitam a troca de informações entre as sete nações. O apoio ao Timor-Leste, ex-colônia portuguesa administrada pela Indonésia e reduto do idioma português na Ásia, também deverá ser analisado pelos membros da comunidade.

Ameaças à língua - Além da cooperação econômica e política entre as nações, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa também tem como objetivo fundamental a preservação do idioma comum aos sete integrantes da aliança. Com cerca de 210 milhões de falantes, o português é a terceira língua

com maior índice de difusão no Ocidente, atrás apenas do espanhol e do inglês. Quarenta e cinco países consideram o inglês como a língua oficial ou como um dos idiomas oficiais.

A língua portuguesa encontra obstáculos para a sua consolidação e expansão especialmente nas nações africanas, onde enfrenta a concorrência com dialetos locais, a alta taxa de analfabetismo, o número reduzido de publicações e a influência cada vez mais forte de idiomas de países economicamente poderosos, como o inglês e o francês. "É falsa a impressão de que a língua portuguesa está estabelecida nos países africanos de forma permanente", diz o embaixador Ítalo Zappa, ex-representante do Brasil em Moçambique.

Em Cabo Verde, o português é o idioma oficial e de instrução, mas não é considerado como língua materna. A maioria da população fala um dialeto crioulo que mescla o português arcaico e línguas africanas. Na opinião de Ítalo Zappa, o português falado em Cabo Verde não é a língua que conhecemos: "É praticamente um dialeto."

Já em Guiné-Bissau, país africano de cerca de um milhão de habitantes, 44% da população declararam numa pesquisa realizada em 1983 que falavam o dialeto crioulo semelhante ao de Cabo Verde. Apenas 11,1% dos entre-

vistados disseram utilizar o idioma introduzido pelos colonizadores portugueses. No país, o índice de analfabetismo é de 63,5% (dados de 1990). Para Ítalo Zappa, o francês exerce uma influência significativa em Guiné-Bissau, concorrendo com o português nas regiões de fronteira, especialmente com o Senegal.

Nas ilhas de São Tomé e Príncipe, a maioria dos cerca de 120 mil habitantes fala com mais frequência os dialetos forró e moncó, além de línguas de Angola, do que o português.

Em Moçambique, a possível volta ao país de três milhões de refugiados em países vizinhos, onde se fala o inglês, é encarada como uma ameaça ao idioma português. Falado por cerca de 25% dos 15 milhões de moçambicanos, o português só é considerado como língua materna por 1,2% da população. A maioria fala línguas africanas, como o banto, muchope e ronga.

Segundo Antônio Gomes da Costa, presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil e Luso-Brasileiras, o uso do inglês em anúncios veiculados na imprensa de Moçambique e em correspondências comerciais é cada vez mais frequente: "Se os dirigentes brasileiros e portugueses ficarem de braços cruzados, não será surpresa que, dentro de alguns anos, o português en-

colha ainda mais em Moçambique, desapareça em Guiné-Bissau e fique ameaçado em Angola. Em ex-colônias alemãs, já não se fala mais o alemão, e sim o inglês." Alerta semelhante foi feito pelo escritor moçambicano José Craveirinha, que afirmou que a língua portuguesa corre o risco de desaparecer em seu país.

Em Angola, o português deverá se consolidar não apenas como o idioma nacional, mas também como a "língua efetiva", na opinião do embaixador Ítalo Zappa. Para o diplomata, o português tem importância fundamental para a unidade angolana e vem resistindo a investidas de outras línguas européias, como o francês.

Cerca de 60% dos habitantes de Luanda declararam numa pesquisa feita em 1983 que o português era a sua língua materna. O idioma oficial convive com línguas africanas, como o bango, quimbundu, ovimbundu e chacue.

Estrangeirismos - Os problemas enfrentados pela língua portuguesa não são "privilegios" dos países da África. O membro da Academia Brasileira de Letras, Lêdo Ivo, afirma que é no Brasil onde o português está mais ameaçado. Como a maior nação que tem o português como língua oficial (150 milhões de falantes), o Brasil é o "centro de gravidade da língua, onde recai a grande responsabilidade sobre os destinos dela", na opinião de Ivo.

Para o poeta, a ameaça é causada por dois fatores: a má qualidade da educação pública brasileira e a invasão lingüística, especialmente do inglês. A substituição do ensino de gramática por uma "coisa" chamada Comunicação e Expressão fez com que, na opinião do acadêmico, os brasileiros passassem a se expressar sem conhecer as normas.

Lêdo Ivo critica também o uso cada vez mais frequente de expressões estrangeiras no país, especialmente termos técnicos ligados à informática. "Até mesmo os operários mais humildes das grandes fábricas utilizam esse vocabulário em inglês. Este é um dos grandes problemas da língua portuguesa: não ter se aparelhado para o século XXI. Não temos as palavras para o mundo que nós começamos a viver", lamenta ele.



A reconstrução de Angola, devastada pela guerra, é uma das metas da comunidade

Os caminhos de Rondon

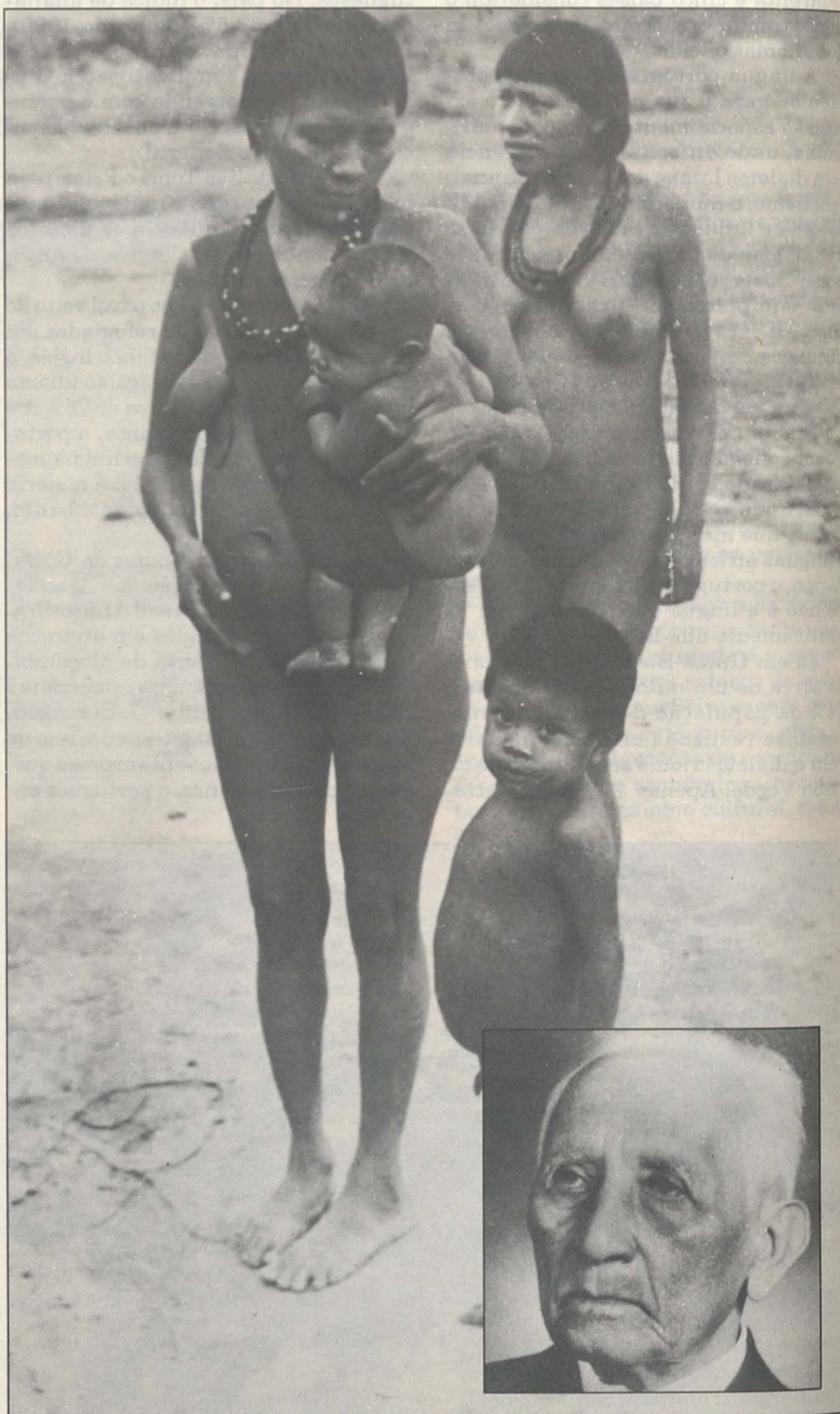
Quando a TV Manchete colocar no ar, em agosto, a minissérie sobre Cândido Mariano da Silva Rondon, os brasileiros poderão relembrar sua memória sobre o homem considerado o maior pacifista da nossa história

Anelena Gomes

Figura presente e obrigatória nos livros escolares, onde aparece como herói, o Marechal Rondon será o protagonista (ou o eixo) de uma nova direção de Tizuka Yamazaki.

O seriado televisivo é de autoria de Elói Santos, tem direção da própria Tizuka e Valter Campos e dois atores encarnam o marechal: um jovem, ainda não escolhido, e um maduro, vivido por José Dumont. As filmagens dos 20 capítulos começam neste mês de maio no cerrado, pantanal, na floresta mato-grossense, e também na própria Rondônia.

Na minissérie, quem faz a passagem entre os trechos de realidade quase documental para os outros de tratamento ficcional é o repórter mato-grossense Cacá de Souza, um apaixonado por Rondon. E aqueles que criticam o marechal poderão dimensionar melhor a sua figura: um homem que desbravou



Rondon (no detalhe) pedia licença para chegar até os povos primitivos

Questionário

Nossos leitores sabem que desde o começo de 1994 estamos comemorando os vinte anos de **cadernos do terceiro mundo**, que se cumprem em setembro deste ano. A proximidade do nosso vigésimo aniversário nos levou a criar uma nova seção, "Grandes Reportagens", onde estamos republicando os principais artigos desse período. Dessa forma, almejamos a que os leitores mais conscientes conheçam melhor a trajetória de nossa publicação e os mais antigos avaliem, à luz das novas realidades, a cobertura que demos a fatos que marcaram estas duas décadas.

Mas a data não pode ser comemorada só olhando o passado. Pretendemos projetar nosso trabalho para o futuro, levando em consideração as mudanças produzidas nestas duas décadas e as novas expectativas de nossos leitores. Assim, queremos estabelecer um "diálogo" com nosso público para conhecer sua opinião sobre a revista, suas diferentes seções, o tratamento dos temas, a diagramação etc.

O questionário que publicamos a seguir é uma tentativa de estabelecer com nossos leitores uma relação mais direta. Desde já, agradecemos o tempo que dedicarem a respondê-lo.

As respostas devem ser dirigidas a:

Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122, Gr. 105-106
Glória - CEP 20241-180
Rio de Janeiro
Brasil

1. Que seções você considera mais interessantes?

- | | |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> América Latina | <input type="checkbox"/> Minorias |
| <input type="checkbox"/> África | <input type="checkbox"/> Drogas |
| <input type="checkbox"/> Ásia | <input type="checkbox"/> População |
| <input type="checkbox"/> Oriente Médio | <input type="checkbox"/> Mulher |
| <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Outras |

2. Quais seções lhe parecem menos interessantes?

.....

3. Interessa que incluamos outras regiões?

- ☐ Sim ☐ Não

Quais?

4. Gostaria que tratássemos de outros temas?

- ☐ Sim ☐ Não

Quais?

5. Você considera bom o tamanho dos artigos?

- ☐ Sim ☐ Não

Explique porquê

6. O que você acha de nossas capas?

- ☐ Boas ☐ Ruins
☐ Regulares

7. Alguma em particular chamou a sua atenção?

- ☐ Sim ☐ Não

Lembra qual foi o número da revista?

8. Você considera adequado o nome da revista?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê?

9. O que você acha da apresentação visual dos temas?

- ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim

10. Qual a sua opinião sobre o Suplemento?

- ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

11. Tem algum outro comentário ou sugestão sobre nosso trabalho?

.....

FIQUE DO NOSSO LADO ASSINE

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

**PROMOÇÃO
ESPECIAL**

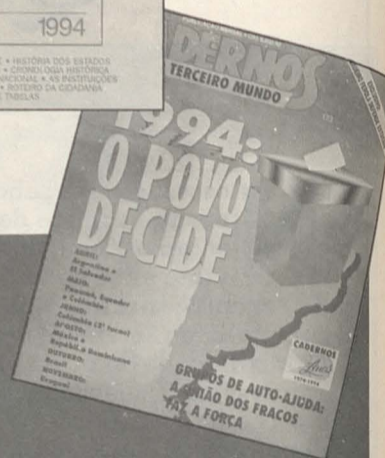
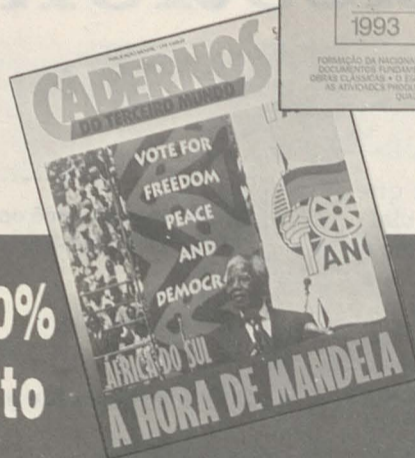
**Desconto de 10%
para pagamento
à vista**

ALMANAQUE
B · R · A · S · I · L



1993 1994

FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE • HISTÓRIA DOS ESTADOS
DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS • CRONOLOGIA HISTÓRICA
OBRAS CLÁSSICAS • O ESPAÇO URBANO • AS INSTITUIÇÕES
AS ATIVIDADES PRODUZIDAS • O SISTEMA DA CIDADANIA
QUÊSITOS E TABELAS



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

TIPO DE ASSINATURA	À VISTA: (Já com 10% de desconto) cheque nominal e vale postal	À PRAZO: Pagamento por cheque nominal ou cartão
1 ANO	A CR\$ 60.300,00	B 1 Cheque de CR\$ 67.000,00 para 30 dias
1 ANO + Almanaque	C CR\$ 91.800,00	D 2 Cheques de CR\$ 51.000,00 para 30/60 dias

Para pagamento por reembolso postal o preço é de CR\$ 67.000,00 (1 ano).
Assinatura + Almanaque é de CR\$ 91.800,00

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Enviar para **Editora Terceiro Mundo Ltda.**
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455
Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

Cadernos

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A)(B)(C)(D)(E)(F)

A opção do meu amigo é: (A)(B)(C)(D)(E)(F)

Estou efetuando o pagamento por:

- ☐ Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.
☐ Por telefone
☐ Reembolso Postal (fornecer o nº do cartão de crédito)
☐ Vale Postal Ag. Lapa
☐ De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____ (nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

CARTÃO DE CRÉDITO SERÁ COBRADO EM URV's

DATA: ____/____/____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/06/94



O sertanista já chamava a atenção para a dívida da civilização com os índios

fronteiras em todos os sentidos. A discussão sobre as relações de brancos com índios evoluiu de tal forma que hoje o seu pacifismo pode parecer questionável, assim como as modernas teorias inventadas agora por antropólogos poderão estar superadas dentro de 20 anos. Mas isso não tira o mérito do seu legado.

Nascimento – Cândido Rondon nasceu em Mimoso (MT), em 1865. Seu bisavô casara-se com uma filha de índios bororos e seu pai morreu de varíola antes dele nascer. A mãe faleceu quando ele tinha dois anos e, filho único, foi criado pelo tio, em cuja homenagem adotou o nome Rondon.

Como todo garoto pobre da época, seus destinos possíveis teriam sido ser padre ou militar. Escolheu o segundo e sentou praça como voluntário no Terceiro Regimento de Artilharia a Cavalos, em Cuiabá. Veio para o Rio, então capital do Império, para cursar a Escola Militar. Em 1889, entrou para a Escola Superior de Guerra, onde lecionava Benjamim Constant, líder republicano e positivista. Adotou o positivismo, doutri-

na que seguiu pelo resto da vida.

Aos 24 anos, recém-formado em engenharia militar, engenharia astronômica e matemática e falando francês e alemão, tendia a ser professor, quando foi convidado por um antigo mestre, Gomes Carneiro, para ser seu ajudante na construção das linhas telegráficas entre Cuiabá e o Araguaia. Acabou substituindo o mestre na chefia da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas e, em seguida, foi encarregado de construir parte da rodovia Cuiabá-Araguaia, que era um pedaço da chamada “estrada estratégica” que uniria aquela cidade ao Rio de Janeiro.

Em 1889, voltou ao Rio e foi admitido na igreja positivista, onde, posteriormente, seu casamento foi revalidado.

Em 1900, recebeu a tarefa de estender a ligação telegráfica a partir do Rio até as fronteiras com Paraguai e Bolívia, em que ficou até 1906. Em meio a deserções e mortes de soldados por malária e beribéri, a expedição colheu ainda grande quantidade de amostras de minérios, flora e fauna da região.

Rondon, influenciado pelos iluministas e positivistas, exerceu uma tare-

fa objetiva e, ao mesmo tempo, simbólica: fazer a comunicação entre extremos do Brasil. E realizou algo ainda mais importante: estabeleceu, pela primeira vez, contato com tribos primitivas. Com relação ao território dos índios, pedia licença antes de chegar, pois sabia estar entrando em casa que tinha dono. Conseguiu a aproximação com os bororos, que eram um obstáculo à sua expedição. Tentou proteger os índios do massacre dos brancos bugreiros, defendendo suas terras, nas quais pregava uma placa para dizer quem era o dono. O curioso é que o lidar com os índios era algo fora de suas atribuições oficiais na missão.

Ele escreveu: “Temos para com os índios grande dívida contraída desde os tempos de nossos maiores, que lhes foram invadindo os territórios, devastando a caça, furtando o mel, para não falar em males muito maiores, mais graves, vergonhosos e infames.” Adotou o lema: “Morrer se preciso for, matar nunca”.

Defendia o contato respeitoso com relação à cultura indígena, mas não se furtou de entregar às tribos instrumentos que iriam mudar radicalmente o seu dia a dia. Habitados ao machado de pedra, os índios adotaram, por sugestão de Rondon, a enxada e o machado de ferro, aprenderam técnicas de agricultura e a reconhecer terras mais adequadas ao plantio.

As andanças de Cândido Rondon contribuíram para o levantamento topográfico e geográfico do território brasileiro. Ele levava em suas expedições cientistas e naturalistas, botânicos, cartógrafos, geógrafos e médicos. A construção de linhas telegráficas ganhava caráter científico. Roquete Pinto, o pioneiro radiotelegrafista, foi um dos que o acompanhou pelo interior. Nos 50 anos que passou embrenhado nas matas, ajudou a redesenhar o mapa nacio-

nal, descobriu rios e o estado de Rondônia leva este nome em sua homenagem.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, onde Rondon foi seu primeiro diretor. Em 1922, o então presidente Epitácio Pessoa indicou-o para participar da comissão da inspeção de obras contra a seca no Nordeste. Em setembro de 1924, depois de um movimento político rebelde iniciado em São Paulo em julho, Rondon foi designado para comandar as forças do governo contra os revoltosos no Paraná e em Santa Catarina. Combateu diversas vezes contra os inimigos do governo até junho de 1925 quando, já reunidas naquela que foi chamada de Coluna Prestes, estas forças se deslocaram rumo ao Norte. O comando de Rondon, promovido a general-de-divisão em 1924, foi extinto e ele voltou a inspecionar linhas telegráficas.

Expedição Rondon-Roosevelt

Em 1913, depois de ter deixado o governo dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt quis percorrer os vales dos rios Paraguai e Amazonas. Pela posição que ocupava, Rondon foi indicado para chefiar a expedição.

Roosevelt trouxe cientistas norte-americanos que, ao lado de brasileiros, participaram de uma viagem de seis

meses por terra e água com um total de 20 pessoas.

Rondon era contra a cristianização dos índios que o padre Zham, amigo de Roosevelt, tentava fazer. O marechal não permitia que os índios fossem batizados, achava que deviam ser respeitados em suas crenças. Na longa viagem, segundo o repórter Cacá de Souza, o marechal viu o padre Zham, exausto, montar um índio para ser carregado por ele. Indignou-se e imediatamente ordenou o desligamento do padre da expedição. Roosevelt assistiu à cena e apoiou Rondon.

Em outro momento, o comandante brasileiro da expedição teria se desentendido com o próprio Roosevelt. Um soldado matou o cozinheiro que estava roubando comida. Roosevelt queria que o soldado assassino fosse justificado ali, na hora, em frente de todas as pessoas, para servir de exemplo. Rondon se opôs; achava que todo mundo tem o direito de ser julgado antes de ser condenado.

A expedição teve também seu lado cômico, que a minissérie certamente deverá explorar. Quando Roosevelt teve um furúnculo nas nádegas, o médico da expedição, doutor Cajazeiras, pouco pôde fazer porque havia perdido seus bisturis. Rondon fez uma caminhada até o rio Madeira onde havia um navio à espera com recursos médicos.

Mas para poupar o ex-presidente americano da humilhação de ser visto de bruços, teria esperado o anoitecer para embarcá-lo. A expedição durou de dezembro de 1913 a maio de 1914 e sobre ela Roosevelt escreveu o livro *Through the Brazilian wilderness*, publicado em 1914.

A minissérie vai contar alguns momentos curiosos do comportamento do marechal. Como quando, ao lado de um cacique, ele descobriu um cemitério de índios. Então, bateu continência em louvor aos mortos. Ele não fumava nem bebia, mas era capaz de fazê-lo para participar de um ritual indígena. Numa ocasião, homenageado por cerca de 250 índios, vestiu sua farda de gala, de lá, para a cerimônia. Além disso, quando seu cão Caí morreu, em 1917, fez uma solenidade em sua homenagem. Era Caí que, nas expedições, levava o diário de Rondon na boca.

Rondon obteve em vida reconhecimento nacional e internacional por seu trabalho. Em 1911, a política indigenista defendida por ele foi considerada um avanço no setor pela Sociedade das Nações, em Genebra. Em 1945, a Unesco sugeriu uma política indigenista (precursora da ONU) mundial baseada na prática de Rondon. Em 1952, com 87 anos, foi ele quem levou ao presidente Getúlio Vargas o projeto de lei criando o Parque Nacional do Xingu.

Ele ajudou a explorar também o valor do cinema e da fotografia nas pesquisas etnográficas. Filmava os índios e se credita a ele a primeira vez que foi exibido um nu frontal de índio. Sua expedição deixou 15 mil fotos arquivadas. Quase cego, antes de morrer aos 93 anos no Rio, recebeu uma visita de vários chefes indígenas. Eles vieram tentar levá-lo para suas aldeias onde, diziam, ele viveria eternamente. Rondon não atendeu ao pedido, mas, ao se retirarem, os índios disseram que levavam o espírito dele. Na cena final da minissérie, ele aparece sentado em uma cadeira de balanço, meditando sobre sua vida e obra.



A floresta mato-grossense é um dos cenários da minissérie

AMÉRICA LATINA

1994: o povo decide

A presença dos cidadãos nas urnas, de norte a sul do continente, dá a este ano uma característica toda especial. Os processos eleitorais – seja um plebiscito, uma eleição geral ou a renovação dos parlamentos – marcam a vida política de nove países latino-americanos: México, El Salvador, República Dominicana, Panamá, Colômbia, Equador, Brasil, Uruguai e Argentina.

Até poucos anos atrás, esta situação seria impensável. Em um mundo bipolar, no qual ainda estavam em vigor os critérios políticos da Guerra Fria, a América Latina atravessava a era das Forças Armadas no poder: as linhas estratégicas eram ditadas a partir de Washington, os políticos civis ocupavam apenas um obscuro segundo plano e os setores populares buscavam suas próprias formas de expressão, nem sempre pacíficas.

Hoje, a receita militar não funciona, nem sequer nos casos em que o diagnóstico sobre o corpo social sugere a administração de terapias de longo alcance ou a aplicação de tratamentos de choque.

No entanto, os atuais governantes e os que pretendem sê-lo se movem em um cenário muito distante do ideal, sobretudo para os governados. À crise econômica, aos planos de ajuste – sobre os quais a população nunca é consultada – e ao empobrecimento gradual da maior parte dos habitantes, se acrescentam outros dois fatores intimamente relacionados: os casos de corrupção nas esferas do poder e a deterioração da imagem dos homens públicos. As consequências são, naturalmente, a progressiva falta de credibilidade ou o ceticismo em relação aos partidos políticos. Este, talvez, seja um dos maiores desafios que a América Latina enfrenta nesse delicado ano eleitoral.

A prova do desencanto



Embora o governo negue e a União Cívica Radical não o esperasse, surgiu nas eleições de 10 de abril uma terceira força política, que obteve uma esmagadora vitória na Capital Federal e ganhou na província de Neuquén

Marcelo Montenegro

“Depois do Acordo de Olivos, a única oposição política que há no país é a Frente Grande.” A declaração foi feita pelo deputado Carlos Chacho Alvarez, em novembro do ano passado, pouco depois do presidente Carlos Menem e o ex-presidente Raúl Alfonsín surpreenderem a nação com o anúncio do acordo para a reforma constitucional, que inclui a possibilidade de que o atual mandatário tente a reeleição.

Entre essa declaração do dirigente da Frente e as eleições de 11 de abril, quando se escolheram os

representantes da Assembléia Geral Constituinte que reformará a Carta Magna, se passaram mais de 130 dias durante os quais outros fatos se somaram para confirmar sua previsão.

Para começar, houve um levante popular em Santiago del Estero, em dezembro, que culminou no incêndio dos símbolos do poder político provincial (estadual): a Casa de Governo, a sede da Assembléia Legislativa e o edifício do Poder Judiciário.

As casas particulares dos dirigentes locais do Partido Justicialista (PJ) – o mesmo do presidente Menem e que detém o governo nessa província – também foram queimadas e saqueadas em sinal de protesto contra a corrupção e os baixíssimos salários do setor público, do qual a maioria da população depende.

A resposta de Menem não se fez esperar. Interviu no Executivo provincial, depois de reprimir a rebelião, e posteriormente investiu quase sete milhões de dólares em equipamentos para a polícia, prevenindo futuras manifestações violentas em outras províncias argentinas.

E estas terminaram acontecendo. Houve confrontos em Salta e, pouco antes das eleições constituintes, em Jujuy, onde foram utilizadas bombas de gás contra funcionários públicos que protestavam contra os baixos salários e as demissões.

Desemprego e corrupção – A crescente indignação gerada pela insensibilidade social do governo aumentou quando se tornaram públicos, em janeiro, os índices de desemprego, que mostram que 13% da população economicamente ativa está sem trabalho.

A isso se acrescentaram as denúncias de corrupção no Pamí, órgão que presta assistência médico-social aos aposentados, envolvendo sua presidente, Matilde Menéndez, uma integrante da lista de candidatos do Justicialismo da Capital Federal, que foi apoiada nada mais nada menos que pelo próprio Menem para um dos primeiros lugares.

Assim, o espectro do desencanto com um governo que em outubro do ano passado obteve 43% dos votos foi se generalizando em quase todo o país e chegou aos mais amplos setores sociais. Nas eleições de 11 de abril, em regiões de grande politiza-



Carlos Chacho Alvarez: candidato dos descontentes e dos indecisos, foi a revelação

CAPA

ARGENTINA

ção do eleitorado – como a Capital Federal, a província de Buenos Aires, Neuquén, Córdoba, Entre Ríos e outras províncias – surgiu de forma maciça e surpreendente uma nova força política, que chegou a romper a bipolaridade que nos últimos 10 anos manteve entre 70 a 90% do eleitorado votando sucessivamente na União Cívica Radical (UCR) ou no Partido Justicialista (peronistas).

A Frente Grande, cujos máximos dirigentes provêm do PJ, do radicalismo, de grupos marxistas e da centro-esquerda e conta com o apoio do Partido Comunista, conseguiu expressar em votos esse sentimento de protesto.

Segundo uma enquête do jornal *Clarín*, realizada na boca de urna no dia da eleição, 55,3% dos que votaram na Frente o fizeram “por ser a única alternativa de oposição ao pacto Menem-Alfonsín”. Outros 16,8% foram sensibilizados “pelas suas propostas e a coerência de seu discurso”. Cerca de 10% justificaram sua escolha “porque são os mais éticos e honestos” e 7,3% “devido à figura de Chacho Alvarez”.

De acordo com os resultados da mesma pesquisa, só 39,5% dos que optaram pelo Partido Justicialista votaram em defesa do plano econômico e apenas 11,9% disseram que votaram no PJ apoiando o pacto Menem-Alfonsín.

Prováveis conseqüências – O crescimento eleitoral da Frente Grande pode trazer muitas e importantes conseqüências. Em primeiro lugar, pela atitude de um dos principais líderes do radicalismo de Buenos Aires, Jesús Rodríguez, que, tão logo se divulgaram os resultados na capital, deixou o comitê da UCR, onde assistia à recontagem dos votos, e foi cumprimentar o vencedor.

Ainda não recuperado do choque produzido pela derrota, que fez cair os índices de apoio da população à UCR a 19% em todo o país (o mais baixo em 104 anos), Rodríguez propôs uma aliança de radicais e frentistas para se opor ao menemismo nas presidenciais de 1995.

“Tenho a imagem do Chile, onde coexistem desde o socialismo até a democracia-cristã, passando pelo Partido Radical”, afirmou o ex-ministro radical, aludindo à coalizão que controla o governo no Chile há mais de quatro anos.

Por outro lado, no processo de reformas que se abre, a Assembléia Constituinte pode modificar a forma de escolher o presidente, mudando o atual sistema de Colégio Eleitoral. Se este sistema for substituído e se introduzir a eleição em dois turnos para os casos em que nenhum candidato venha a obter a maioria absoluta, não seria de descartar a hipótese – se essas tendências eleitorais se repetirem em um futuro imediato – de um segundo turno entre Carlos Menem e Chacho Alvarez.

Essa foi a conclusão de alguns analistas políticos na Argentina, para os quais dificilmente o radicalis-



Raúl Alfonsín e Carlos Menem: seu pacto se voltou contra eles

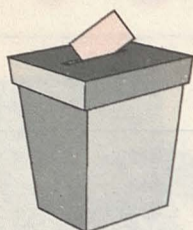
mo conseguirá recuperar seu perfil de oposição ao PJ, mesmo levando em conta sua tradição centenária que contrasta com os poucos meses de vida do grupo liderado por Chacho Alvarez e Fernando Solanas, entre outros.

Esses analistas acrescentam, por sua vez, que a ilusão que o plano econômico despertou em alguns setores populares, que objetivamente foram beneficiados pela estabilidade monetária, começa agora a ser apagada pelas cruéis evidências do desemprego, baixos salários, as dificuldades de sobrevivência dos aposentados e, em geral, pela situação que vivem os setores de menos recursos, que têm sido os mais prejudicados pelo plano econômico.

Outros observadores, porém, consideraram que o apoio à Frente Grande de setores maciços da classe média de Buenos Aires, assim como seu crescimento em outras províncias do interior, deve ser interpretado principalmente como um *Não* ao pacto de Olivos e um *Não* à corrupção. Mas não pode, pelo menos agora, ser lido como uma condenação peremptória ao plano de estabilidade do governo.

Justificando sua linha de raciocínio, esses analistas destacam que são conhecidos os temores que a possibilidade da inflação voltar despertam nesses setores da classe média. Ao mesmo tempo, afirmam, a Frente Grande não tem um projeto de poder que garanta a seus eleitores uma opção futura de um governo socialmente justo, com estabilidade.

Todos coincidem, porém, em que é muito cedo para tirar conclusões definitivas. Não se pode esquecer que o peronismo enfrentou quatro eleições no transcurso deste governo e ganhou todas. Embora em 11 de abril, pela primeira vez, a vitória tenha ficado com um forte sabor de derrota.



A hora das urnas

Claudia Guimarães, Roberto Bardini e Aldo Gamboa



A aliança entre os social-democratas e a FMLN se consolida em El Salvador, enquanto que no Panamá o PRD cresce eleitoralmente. A apatia caracterizou as eleições parlamentares no Equador e na Colômbia, os habituais índices de abstenção poderiam ser ainda maiores nas eleições gerais de maio. Já na República Dominicana, o pleito de agosto representará o último duelo de dois tradicionais adversários: Joaquín Balaguer e Juan Bosch



Calderón Sol

El Salvador

A prova de fogo

O desafio não era pequeno: reintroduzir a lógica das urnas em um país dominado durante décadas pela lógica das armas. Mas, confirmando os prognósticos mais otimistas, El Salvador passou no teste de fogo e conseguiu, em 24 de abril, realizar o segundo turno das eleições para presidente.

Para Calderón Sol, o candidato da governista Aliança Republicana Nacionalista (Arena), que havia obtido 49,3% dos votos no primeiro turno, realizado em março, o sabor da vitória não teve o gosto esperado há alguns meses, quando ainda tinha a expectativa de não precisar disputar um se-

gundo turno e, na pior das alternativas, de fazê-lo contra o candidato do Partido Democrata Cristão (PDC), Fidel Chavez Mena.

Porém, a abertura das urnas do interior, em março passado, demonstrou que a atividade político-militar da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), ao longo de 12 anos de guerra civil, havia deixado profundas marcas no país.

O segundo lugar obtido no primeiro turno por Rubén Zamora – cabeça da coligação de centro-esquerda formada pelos social-democratas da Convergência Democrática (CD) e pelos ex-guerrilheiros da FMLN – foi em si um marco na história de El Salvador. “O simples fato de estar participando das eleições já nos faz vencedores”, afirmou Zamora na ocasião.

De fato, conquistar o direito de enfrentar no segundo turno Calderón Sol – um expoente da ala mais dura da Arena, que sempre se opôs a conces-

CAPA

AMÉRICA LATINA

sões no diálogo com a guerrilha – foi uma grande conquista para as forças de centro-esquerda, que pela primeira vez participavam de uma disputa eleitoral.

Calderón Sol, como poucas figuras dentro da Arena, encarna tudo o que as forças da coligação liderada por Zamora combateram durante anos. Isso ficava claro nos seus comícios, quando Sol não perdia oportunidade de reivindicar a figura do falecido major Roberto D'Aubuisson, um dos fundadores da Arena, apontado por organizações de direitos humanos como um dos principais chefes dos esquadrões da morte que começaram a atuar em El Salvador a partir da década de 80.

Aliás, se alguma dúvida havia sobre o nível de participação de Calderón junto aos grupos de extrema-direita, estas se dissiparam com a inclusão do seu nome, em documentos secretos divulgados pelo governo norte-americano em novembro, como um dos patrocinadores dos esquadrões da morte (ver cadernos, nº 171, "As eleições do século").

Seu passado de militância junto à extrema-direita ressuscita, portanto, as incertezas sobre o futuro dos acordos de paz, que ainda possuem diversos aspectos inconclusos. Em seu programa de governo, Calderón tinha proposto dar continuidade à política do presidente Alfredo Cristiani e cumprir os acordos firmados com a guerrilha. Mas, de fato, só o tempo dirá se esses compromissos não passavam de meras promessas de campanha.

Hoje, a única coisa certa é que, desde as eleições, El Salvador já não é o mesmo. Independentemente do resultado, o país mostrou um claro desejo de mudança rumo à democratização e à paz. Cabe agora às forças organizadas da sociedade, com o apoio da comunidade internacional, fazer desse sonho uma realidade.

Equador

Indiferença e desconfiança

Insultos, acusações e promessas radicais de mudança caracterizaram a propaganda eleitoral dos partidos nos meios de comunicação, a um custo de 40 mil dólares por dia.

Nada disso, porém, conseguiu comover os mais de seis milhões de equatorianos que votaram nas eleições parlamentares do 1º de maio para renovar dois terços do Congresso unicameral de 77 membros e escolher os ocupantes de 661 cargos provinciais (estaduais) e municipais.

Pesquisas de opinião realizadas em janeiro revelaram que 90% dos cidadãos desconfiam dos políticos e não acreditam na democracia. Enquetes mais recentes advertiram que a abstenção teria aumentado 50% se o voto não tivesse sido obrigatório.

A eleição, porém, determinará o contexto político em que deverá se mover o presidente conservador Sixto Durán-Ballén em seus dois últimos anos de gestão. Só nove por cento das pessoas consultadas nas enquetes prévias ao pleito manifestaram apoio ao mandatário de 72 anos, que assumiu em agosto de 1992, um dos índices de respaldo mais baixos já registrados por um presidente equatoriano ao cumprir 20 meses de administração.

Outra circunstância que agrava ainda mais o panorama político é que Durán-Ballén confirmou em fins de março a realização de um plebiscito para revisar a Constituição equatoriana, apesar da posição contrária do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e das críticas da oposição. A consulta popular, afirmou o presidente, se efetuará depois das recentes eleições, "nos termos que decidir o governo e não o TSE".

Durán-Ballén pretende que os cidadãos se pronunciem sobre a reeleição para o cargo de presidente e outros postos públicos, atualmente proibida, assim como sobre a duração do mandato dos deputados e a atual obrigatoriedade do voto. A Constituição faculta ao mandatário a prerrogativa de convocar plebiscitos se considerar necessário, mas ao mesmo tempo assinala que qualquer tema de revisão constitucional deve passar primeiro pelo Parlamento.

O governo argumenta que não pretende realizar uma reforma direta, mas sim consultar o povo para que depois "os organismos correspondentes" canalizem as respostas obtidas e procedam às mudanças constitucionais pertinentes.

O conflito de poderes entre o Poder Executivo e o Tribunal Supremo Eleitoral revelou os limites que o governo impõe ao diálogo e, na opinião dos analistas, contribuiu para debilitar a confiança pública no regime democrático.

Panamá

O avanço do torrijismo

O "voto castigo" ao governo de Guillermo Endara e a possibilidade de que o opositor Partido Revolucionário Democrático (PRD) retorne ao poder foram as características mais



Voto castigo



Durán-Ballén

A hora das urnas

importantes do processo eleitoral que culminou em 8 de maio.

Nesse dia, cerca de um milhão e meio de panamenhos escolheram entre sete candidatos à presidência e seus respectivos aspirantes às duas vice-presidências, além de 71 deputados, 67 prefeitos, 510 representantes de Assembléias Legislativas e 24 vereadores. Segundo dados do Tribunal Eleitoral, tinham sido registrados 11 mil candidatos de 16 partidos para quase 1.500 cargos eletivos.

Ernesto Pérez Balladares, candidato à presidência pela coalizão Povo Unido – que o PRD encabeça, acompanhado pelos pequenos partidos Trabalhista e Liberal Republicano – continuava em primeiro lugar das preferências do eleitorado.

Contra a maioria dos prognósticos iniciais, Rubén Blades, do Movimento Papa Egoro (“Mãe Terra”, em língua indígena), começou a cair nas pesquisas de opinião. O popular cantor, ator e advogado, que incursiona pela primeira vez na política depois de 20 anos de uma bem-sucedida carreira artística, declarou que não teve recursos econômicos para fazer uma campanha publicitária à altura de seus adversários, mas disse que manteve sua candidatura para “plantar uma semente no futuro”.

O ex-procurador geral Rubén Darío Carlés e Mireya Moscoso representaram, separadamente, cada uma das duas facções em que se dividiu na disputa eleitoral a governante Aliança Democrática de Oposição Civilista (Adoc), após fortes choques surgidos em fevereiro passado sobre quem deveria encabeçar a chapa presidencial desse partido.

Após a cisão da Adoc, Carlés emergiu como candidato de uma coalizão liderada pelo cogovernante e direitista Movimento Liberal Republicano Nacionalista (Molirena) e outros dois partidos criados recentemente e com semelhante tendência ideológica. Moscoso, por sua vez, passou a ser a candidata do Partido Arnulfista, do pequeno Partido Liberal Autêntico e outros três grupos liberais que se integraram a essa frente eleitoral em meados de fevereiro.

Segundo especialistas em meios de comunicação, Pérez Balladares e Moscoso imprimiram a suas campanhas um “tom positivo” que contrastou com certas “mensagens negativas ou propaganda negra” realizada por Carlés.

Um autodenominado “Comitê Nunca Mais”, que porta-vozes do PRD associam ao candidato governista, lançou uma campanha em massa no rádio e televisão acusando Pérez de Balladares, ex-ministro do Planejamento Econômico durante o governo do general Omar Torrijos, de vínculos com supostos atos ilícitos cometidos durante o regime do deposto general Manuel Antonio Noriega. O PRD,

fundado por Torrijos em 1979, se encontrava no poder quando Noriega foi derrubado pela invasão norte-americana ao Panamá, em 20 de dezembro de 1989.

Os analistas estimavam que, além da campanha de “tom positivo” do PRD, existia a possibilidade de um “voto castigo” contra o governo de Guillermo Endara e a Adoc por causa dos erros cometidos após quatro anos de gestão. O grave problema do desemprego, os indicadores de pobreza absoluta, que já superam a casa dos 50% dos 2,4 milhões de panamenhos, e os cada vez mais frequentes escândalos de corrupção governamental foram, na opinião dos observadores, as causas da baixa popularidade dos candidatos governistas.

Cerca de 200 observadores internacionais, assim como outros 800 designados pela Igreja católica panamenha, foram autorizados pelo Tribunal Eleitoral a acompanhar de perto as eleições. Entre os observadores estrangeiros se encontravam representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, do National Democratic Institute dos Estados Unidos e de uma fundação dirigida pelo ex-presidente norte-americano James Carter.

Colômbia

Corrupção e abstencionismo

Após décadas de violência política, as eleições presidenciais de 29 de maio poderiam se ver virtualmente ameaçadas por dois fenômenos, diante dos quais as próprias autoridades e os partidos admitem sua perplexidade: a corrupção partidária e o abstencionismo.

Por um lado, sintomas alarmantes de corrupção já foram detectados por funcionários eleitorais. Autoridades judiciárias admitiram que existem mais de 500 processos em andamento contra candidatos do Partido Liberal (PL) e do Movimento Reserva Moral Século XX, sob suspeita de diferentes tipos de fraude eleitoral. A Procuradoria Geral da República solicitou à Corte Suprema de Justiça que abra uma investigação contra o candidato Juan José Romero, do PL, por utilização irregular de recursos. Também o responsável pelo Tesouro, Jorge García, revelou que pediu à Justiça a abertura de 136 investigações



Andrés Pastrana

CAPA

AMÉRICA LATINA

que vinculam candidatos e funcionários públicos com a utilização indevida de dinheiro oficial e a distribuição de material escolar com recursos do Estado.

Outro motivo de preocupação para as autoridades e os partidos políticos são os índices de abstenção, tradicionalmente altos na Colômbia, e que poderiam aumentar nas eleições de 29 de maio, especialmente para o segundo e decisivo turno, em 19 de junho. Esta data – e tudo indica que haverá um segundo turno – coincidirá com um jogo da seleção nacional de futebol na Copa do Mundo que se realizará nos Estados Unidos e, na opinião dos observadores eleitorais, o fato repercutirá de maneira direta no comparecimento às urnas.

Analistas citados pela imprensa colombiana prevêem uma abstenção ainda maior à verificada nas últimas eleições legislativas, quando alcançou 72% do eleitorado.

Embora existam 17 candidatos à presidência, todas as pesquisas de opinião indicam que só dois têm possibilidades reais de ganhar. O favorito é o candidato do Partido Conservador, Andrés Pastrana, seguido de perto pelo jornalista Ernesto Samper, do Partido Liberal.

Ex-prefeito de Bogotá e fundador de Nova Força Democrática – um movimento conservador no qual confluem diversos setores políticos colombianos –, Pastrana, de apenas 39 anos, terá um candidato à vice-presidência ainda mais jovem: Luis Fernando Ramírez, de 34 anos. A participação de Ramírez como companheiro de chapa tem o claro objetivo de conseguir o voto dos jovens, segundo admitiram fontes do próprio Partido Conservador.

República Dominicana

O fim de uma era

Um viajante que houvesse estado na República Dominicana nos anos 60 e volte agora, três meses antes das eleições presidenciais, talvez se surpreenda ao encontrar os mesmos adversários disputando a presidência.

De fato, dos três principais aspirantes ao cargo, dois já se enfrentaram em diversas ocasiões: o atual presidente, o conservador Joaquín Balaguer, de 87 anos, e o escritor de esquerda Juan Bosch, de 84 anos.

O contexto, porém, já não é o mesmo dos anos 60. Na atual disputa o nome com maior apoio popular, segundo as enquetes, é o do ex-prefeito da capital, Francisco Peña Gómez, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), um dos principais dirigentes latino-americanos da Internacional Socialista.

Segundo as últimas pesquisas, Peña Gómez lidera as intenções de voto, com uma margem de oito por cento a mais que Joaquín Balaguer, enquanto a candidatura de Juan Bosch registra queda. Essa pequena vantagem, desde agora, preocupa os círculos próximos ao ex-prefeito, já que, na sua opinião, poderia dar margem a fraudes em 16 de agosto.

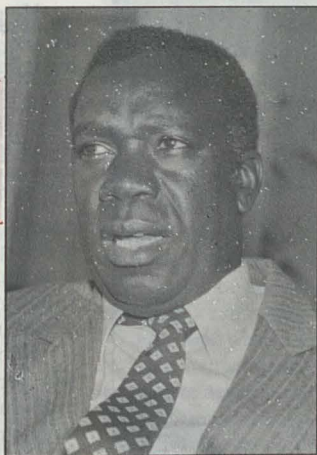
Preocupações dessa natureza encontram respaldo na história do país caribenho. Só para citar o exemplo mais recente, nas últimas eleições, em maio de 1990, Juan Bosch, líder do Partido da Libertação Dominicana (PLD), denunciou que a vitória de Joaquín Balaguer, do Partido Social Cristão (PSC), se devia “a uma colossal fraude”. A força das suas acusações levou o terceiro candidato, Peña Gómez, a propor que a população voltasse às urnas. Um segundo escrutínio foi realizado, dando uma apertadíssima vitória a Joaquín Balaguer, com 35% dos votos, seguido de Juan Bosch (34%) e Peña Gómez (23%).

Hoje, o fato da campanha girar em torno dessas tradicionais figuras políticas está tendo consequências imprevistas, como a revalorização do papel de vice-presidente. Se isso não é problema para o PRD de Peña Gómez, no caso do governista PSC e do opositor PLD, a avançada idade e os conhecidos problemas de saúde de Balaguer e Bosch estão transformando a luta pela vice-presidência no centro da disputa dentro dos dois partidos.

Para o PSC, a situação é particularmente preocupante, pois Balaguer está completamente cego, quase não ouve mais e caminha com muita dificuldade. Bosch, por sua vez, tem uma saúde mais sólida, mas, pelas dúvidas, seu partido decidiu escolher um jovem advogado de 40 anos, Leonel Fernández, como candidato à vice-presidência.

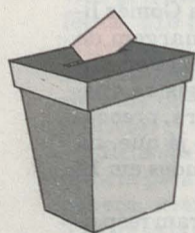
Seja quem for o ganhador da eleição, os analistas políticos consideram o pleito de agosto um acontecimento marcante para o país, pois vai representar o fim de toda uma era. “Será a última batalha entre dois caudilhos

que dominaram o cenário político dominicano por mais de 30 anos”, explica Juan Martínez, da Universidade Federal da República Dominicana.



Peña Gómez

Um regresso ao México *bravo*?



A rebelião zapatista em Chiapas e o assassinato do candidato Luis Donaldo Colosio produziram sérias divisões internas no PRI, que parece distanciar-se do tão reivindicado processo de democratização para voltar a trilhar o caminho do autoritarismo dos últimos 65 anos

Roberto Bardini



O sul do México, esquecido por governos tecnocratas que olham para o Norte, se fez ouvir em Chiapas

Até o último dia de dezembro tudo ia bem para o presidente Carlos Salinas de Gortari. A assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) da América do Norte era um fato e as relações com Washington se encontravam em seu melhor nível. A sucessão presidencial se desliza por suaves caminhos, estava garantida a continuidade de seu plano econômico e os poderosos setores empresariais e financeiros nacionais estavam satisfeitos. O país se mantinha calmo e Salinas havia logrado alguma credibilidade em relação à sua própria doutrina, o liberalismo social. Já havia assegurado – como lhe sussurravam seus assessores – um lugar de destaque na História: era o estadista latino-americano do final de milênio.

No primeiro dia de 1994, o mesmo da assinatura do TLC, começaram os problemas com o espetacular levante indígena-camponês do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas. Três meses depois, em 23 de março, duas balas calibre 38 mataram em Tijuana Luis Donaldo Colosio, o candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI) à presidência, nas eleições de 21 de agosto. Os disparos não só puseram fim à vida de quem quase certamente seria o mandatário do México durante os próximos seis anos, mas questionaram um férreo sistema político que nas últimas seis décadas exerce um controle total do Estado.

Não é um final feliz para o ambicioso Salinas e seu hermético grupo de assessores, que em algum momento tiveram intenções de modificar a Constituição para reeleger o governante, uma possibilidade expressamente proibida pela Carta Magna mexicana.

A revolta em Chiapas e o assassinato de Colosio – que poderia ter sido o presidente de dezembro deste ano até novembro de 2000 – produziram, do rele-

CAPA

MÉXICO



Ernesto Zedillo Ponce (na foto, ao lado do seu filho), um obscuro sucessor de Luis Donaldo Colosio

gado Sul do país até o Norte industrializado, outros efeitos: comprometeram seriamente o governo e o PRI, exibiram divisões internas – fundamentalmente, a existência de uma *linha dura* e outra *democratizadora* – e demonstraram que uma classe política que se vangloriava de estar conduzindo o país ao *Primeiro Mundo* terá que aceitar a presença do *outro México*, que tem muito mais em comum com Managua ou Tegucigalpa do que com Detroit ou Montreal.

A conspiração – As investigações iniciais sobre o assassinato de Colosio se caracterizaram por um absoluto hermetismo; depois por informações em doses homeopáticas e, mais tarde, por versões contraditórias em que muitos analistas viam mais um interesse em confundir do que em esclarecer. Desde o início, a Procuradoria Geral da República (PGR) descartou a hipótese de um complot e afirmou que o crime tinha sido uma ação isolada de um possível desequilibrado mental.

O assassino de Colosio, o ex-agente judiciário Mario Aburto Martínez, de 23 anos, se declarou “pacifista” e disse que só pretendia ferir o candidato do PRI. Afirmou que pertencia a uma seita política, na qual era conhecido como “Cavalheiro águia”, o mais alto *status* do império asteca, e embora tenha sido interrogado ininterruptamente durante 30 horas, afirmou que ainda que o torturassem não confessaria. Isto soou estranho, sobretudo porque é internacionalmente reconhecido que uma das características das corporações policiais mexicanas é, precisamente, sua enérgica capacidade para arrancar confissões rápidas.

Depois, quando apareceram outros suspeitos, fontes da Polícia Judiciária asseguraram que contavam com “pistas suficientes” para determinar que Aburto e seus possíveis cúmplices eram membros de um suposto “partido cardenista”. A alusão poderia ser uma referência ao Partido da Revolução Democrática (PRD) – uma organização de centro-esquerda cujo líder é Cuauhtémoc Cárdenas, filho do falecido ex-presidente Lázaro Cárdenas – ou ao Partido da Frente Cardenista de Reconstrução Nacional (PFCRN), um grupo pró-governista, financiado pelo PRI.

Aconteceu, então, algo imprevisto: um cinegrafista amador que filmou um vídeo a menos de dez metros do crime entregou a fita ao correspondente do noticiário *Telefe*, do Canal 11 da televisão argentina. A inesperada filmagem – copiada pelo informativo *Eco*, da cadeia mexicana Televisa – mostra como Aburto avança tranquilamente enquanto dois homens abrem caminho para ele na multidão, coloca o revólver na cabeça de Colosio e dispara. Também mostra que nenhum dos guarda-costas do candidato fez nada para evitar o atentado.

Em 4 de abril, diante da evidência, a Subprocuradoria especialmente criada para investigar o assassinato admitiu que pelo menos seis pessoas – todos policiais ou ex-policiais – facilitaram o *trabalho sujo* de Aburto. A PGR declarou, então, que as autoridades nunca negaram que o assassino pudesse ter colaboradores, embora esse fato não autorizasse a se falar de “uma conspiração”.

Pouco tempo depois, não obstante, a teoria do complot voltou a ganhar força quando uma versão di-

Um regresso



Colosio e Salinas: o candidato tinha tomado distância do presidente

vulgou que os detidos pertenciam a um misterioso grupo chamado "Tucan", sigla que, ao que parece, está formada pelas iniciais das seguintes palavras: "Todos Unidos Contra Ação Nacional".

O conservador Partido Ação Nacional (PAN) governa o estado de Baixa Califórnia Norte desde 1990, quando pela primeira vez em 80 anos ganhou as eleições locais um candidato não pertencente ao Partido Revolucionário Institucional. A derrota eleitoral do partido oficial foi atribuída a Colosio, à época líder do PRI.

Nos últimos dez anos, as autoridades não esclareceram convincentemente uma longa série de crimes políticos que incluem o do jornalista Manuel Buendía, titular de uma bem informada coluna no jornal *Excelsior* (1984), do curioso agente da Drug Enforcement Administration (DEA), Enrique Kiki Camarena (1985), o cardeal Juan Jesús Posada Ocampo (1993) e cerca de 300 jornalistas ou militantes do Partido Revolucionário Democrático assassinados na atual administração (1988-94). A esta lista teria que se acrescentar o suspeito acidente de carro no qual morreu Manuel Clouthier, líder do PAN, em 1989. É possível que a morte de Colosio também seja acrescentada a esta extensa lista de casos sem solução.

O dedo do senhor – O desaparecimento físico de Colosio provocou uma enorme dor de cabeça dentro do PRI em relação à sucessão presidencial porque – como assinalou Luis Javier Garrido, colunista de *La Jornada* – não morreu o candidato de um partido político, mas "o herdeiro de um cargo em um sis-

tema pré-moderno no qual a presidência se herda".

Começaram-se a evidenciar as divisões internas na monolítica organização que governa o país nos últimos 65 anos. Ramiro de la Rosa, dirigente da ala jovem do partido do governo, afirmou que Colosio era "vítima de uma conspiração urdida nas altas esferas do poder" e que sua morte seria usada por Salinas para "impulsionar uma candidatura que não conta com o respaldo das bases do PRI nem responde às expectativas do povo mexicano".

Mas de nada serviram as vozes que dentro e fora do PRI exigiram que o sucessor de Colo-

sio fosse designado por um processo de consulta democrática e voltou a impor-se a prática habitual da decisão exclusivamente presidencial, conhecida popularmente no México como o *dedazo*. O escolhido foi o amigo de Salinas, o economista Zedillo Ponce de León, de 42 anos, um apagado e incondicional tecnocrata que nunca ocupou cargos eletivos, ex-secretário de Educação e que até esse momento era chefe da campanha presidencial de Colosio.

Humberto Pérez, do grupo Democracia 2000, facção dissidente do PRI, reafirmou que esse partido de Estado "morrerá em 21 de agosto com as eleições porque só poderá confirmar Zedillo através da fraude eleitoral". Pérez foi mais longe: "Queremos outro candidato, Zedillo não é *prísta*."

O escritor Carlos Fuentes, apesar de ser um homem do sistema, considerou a designação de Zedillo um "ato lamentável que mostra a persistência da tradição autoritária no México". O famoso intelectual resumiu o estado de ânimo generalizado: "Não se consultaram as bases do partido, não se deu oportunidade à opinião pública de manifestar-se em favor de alternativas ou correntes diferentes e nos privaram novamente da oportunidade de conhecer os programas e personalidades de muitos mexicanos."

Sugestivamente, as únicas mensagens de simpatia que Zedillo recebeu partiram dos empresários privados mexicanos, do Departamento de Estado norte-americano e dos banqueiros de Wall Street. Diante da apatia generalizada dos eleitores, o abstencionismo – ou na pior das hipóteses, a fraude – será o único vencedor das eleições de 21 de agosto.

CAPA

URUGUAI

Uma eleição diferente

Consolidado o regime democrático, os uruguaio voltam às urnas para escolher entre candidaturas que se definem em torno do modelo econômico

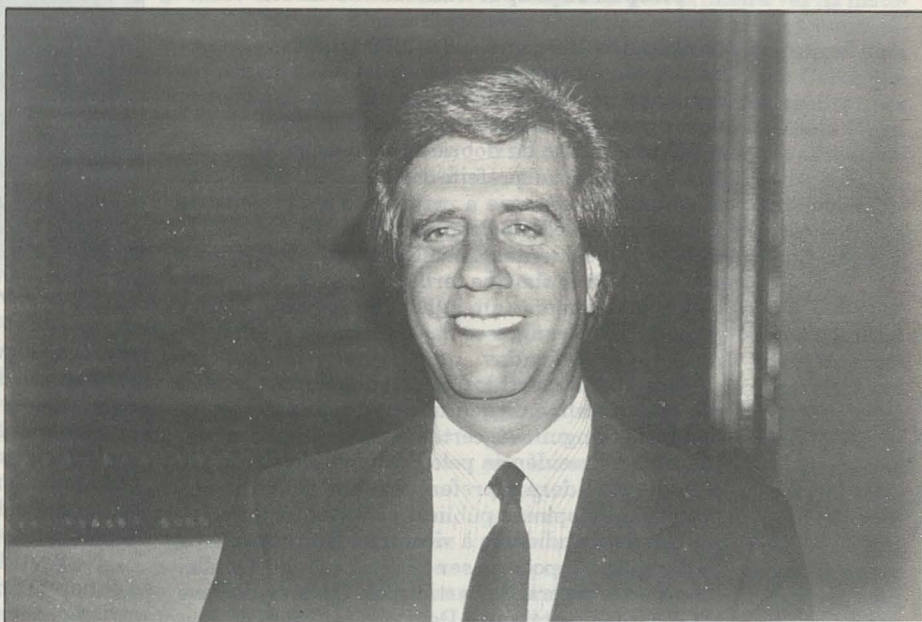
Beatriz Bissio

Em novembro de 1994 se realizará no Uruguai a terceira eleição desde o fim da ditadura. A primeira, em 1984, pode ser considerada uma eleição de transição, uma vez que as Forças Armadas impuseram as regras do jogo, impedindo o livre exercício da democracia. As candidaturas de Wilson Ferreira Aldunate, do Partido Nacional (Blanco) e do general (reformado) Liber Seregni, da Frente Ampla, os dois dirigentes mais importantes na luta contra o regime militar, foram proscritas. Venceu Julio María Sanguinetti, do Partido Colorado, que já em seu primeiro mês de governo concedeu uma anistia e libertou os presos políticos, atendendo a uma exigência da sociedade. No ano seguinte, devido às pressões das Forças Armadas, o Parlamento aprovou uma anistia aos militares. Nenhum dos acusados de violações aos direitos humanos durante a ditadura foi julgado.

Essa decisão motivou uma intensa mobilização da opinião pública. Uma Comissão de Cidadãos – utilizando um dispositivo constitucional – recolheu 500 mil assinaturas e conseguiu submeter a anistia a plebiscito. Mas a consulta popular, realizada em abril de 1989, ratificou a lei por 56% contra 42% dos votos.

As eleições de 1989 se realizaram em um país que já se sentia livre das amarras do autoritarismo e o eixo da discussão foi o modelo econômico. A opção pelo neoliberalismo feita por Julio María Sanguinetti – que havia começado a adotar a receita de ajuste estrutural do Banco Mundial – levou o Partido Colorado a ser castigado nas urnas.

A nível nacional venceu Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional, e – pela primeira vez na história do país – a esquerda derrotou os dois partidos tradicionais em Montevideo. O médico oncologista Tabaré Vázquez, candidato da Frente Ampla, assumiu a Prefeitura de Montevideo, onde reside mais da metade dos habitantes do país e se con-



Tabaré Vázquez: experiência na administração de Montevideo

centra o poder econômico. Começava uma experiência inédita no Uruguai de “co-habitação” de um governo central conservador com um governo de esquerda na capital.

Neoliberalismo questionado – Lacalle, por sua vez, ao contrário do que toda a sociedade esperava, aprofundou a política neoliberal de seu antecessor. Em fins de 1991, o Parlamento aprovou uma lei de privatização das estatais que havia sido proposta pelo governo, mas a oposição, usando novamente o dispositivo constitucional, juntou as assinaturas de 25% dos eleitores e convocou um plebiscito para revogar a lei.

Ao contrário do que tinha acontecido com a anistia aos militares, em 13 de dezembro de 1992, 70% dos uruguaio se pronunciaram contra a decisão do Parlamento e a lei teve que ser revogada. O pronunciamento popular – o primeiro repúdio de um país latino-americano à política de livre mercado – constituiu um duro golpe para o governo, pois a privati-

zação das estatais era o carro-chefe de sua proposta econômica.

É interessante assinalar que a política neoliberal do presidente Lacalle foi questionada inclusive dentro do seu próprio partido. Dirigentes das correntes mais avançadas, que tinham criado o Pólo Progressista – cujos expoentes mais significativos são o senador Alberto Zumarán e o prefeito do departamento (município) de Cerro Largo, Rodolfo Nin Novoa – votaram na oposição no plebiscito.

Chapas suprapartidárias – O modelo econômico se apresenta novamente como o eixo dos debates na eleição de 1994, que – se se concretizarem as negociações atualmente em curso – pela primeira vez poderia apresentar candidaturas majoritárias mistas, de dirigentes oriundos de legendas diferentes.

Este é o caso da dobradinha Tabaré Vázquez-Nin Novoa; o atual prefeito de Montevideo, da Frente Ampla, concorreria a presidente e o prefeito de Cerro Largo, do Pólo Progressista do Partido Blanco, a vice-presidente. É bem provável que a Frente lance essa fórmula, que teria um grande valor simbólico, mas somente em julho, mês para o qual está programado o congresso da coalizão, as candidaturas serão oficializadas.

Nos outros partidos as candidaturas também não estão totalmente definidas. O ex-presidente Julio María Sanguinetti certamente será um dos postulantes à Presidência pelo Partido Colorado, e até o momento lidera a preferência dos eleitores nas pesquisas de opinião pública.

Um dos candidatos à vice-presidência na chapa de Sanguinetti poderia ser o senador Hugo Batalla. Ex-secretário geral do Partido pelo Governo do Povo (PGP), integrante com a Democracia Cristã do chamado Novo Espaço – uma dissidência da Frente Ampla –, Batalla renunciou ao cargo por ter ficado em minoria dentro de seu partido, justamente por causa da aliança com os colorados. É possível que Batalla opte por reingressar no Partido Colorado,



Alberto Lacalle: dificilmente verá seu partido vitorioso



Julio María Sanguinetti: ainda é o primeiro na preferência popular, segundo as enquetes

porém só alguns poucos dirigentes do PGP o acompanhariam. Tudo indica, portanto, que o PGP estaria à beira de uma cisão.

A nova legislação uruguaia permite que se apresentem até três candidaturas presidenciais por legenda, mas entre os colorados só outro ex-presidente, Jorge Pacheco Areco, parece disposto a disputar o mais alto cargo da República.

No Partido Nacional, tampouco está claro ainda o panorama de candidaturas presidenciais. O Hererismo, setor ao qual pertence o atual presidente Luis Alberto Lacalle, lançaria o senador Juan A. Ramírez, enquanto que os grupos progressistas poderiam postular o senador Carlos Julio Pereyra.

Pesquisa realizada entre 26 de março e 4 de abril passado trouxeram como principal dado novo o virtual empate no segundo lugar da Frente Ampla e do Partido Nacional. A FA tem mais penetração nas áreas urbanas, onde chega a obter 29% das intenções de voto, mas cai para 20% quando se incluem as áreas rurais. O Partido Nacional está em torno de 19% das intenções de voto. Quando a pesquisa é feita só em Montevideo, a Frente Ampla salta para o primeiro lugar, com 32% dos votos, contra 29% do Partido Colorado e 12% do Partido Nacional.

Por várias razões, a eleição de 1994 será diferente das anteriores. Por um lado, se realizará em um contexto democrático mais consolidado e, por outro, julgará, pela primeira vez, a atuação de um governo de esquerda. A Frente Ampla, que agora disputa com chances a presidência, já não é uma novata na política uruguaia, e sim ostenta uma carta de apresentação: a administração municipal de Montevideo.

O desafio da democratização

As eleições deste mês de maio, se forem limpas e justas, podem conduzir esse país a um novo estágio da sua luta para a construção da democracia

Chakufwa Chihana*

O Malaui está no limiar de uma nova era. Em março de 1992, os bispos católicos publicaram uma carta pastoral que expôs publicamente as falhas do sistema: a debilidade econômica, as graves desigualdades sócio-econômicas, a profundidade e a extensão da pobreza, a corrupção bem assentada em altos escalões do governo e a perda de confiança do povo nos seus líderes.

Os estudantes foram os primeiros a se manifestar. As universidades e escolas de todo o país se levantaram em apoio à carta pastoral. O governo tentou suprimir essas manifestações usando todo o aparato à sua disposição – polícia, paramilitares, serviços de inteligência –, sem resultado. O governo foi obrigado a fechar as instituições de ensino.

Ativistas políticos nacionais e estrangeiros uniram-se aos protestos do clero e dos estudantes. Isto culminou na primeira Conferência sobre Perspectivas de Democracia em Malaui, realizada em Lusaka, Zâmbia, em fins de março de 1992. Foi nessa conferência que decidimos lançar a campanha por uma restauração pacífica dos direitos humanos em Malaui, incluindo direitos trabalhistas, sistema pluripartidário e governo democrático.

Rumo à transição – Graças à pressão popular, e ao apoio dos povos e governos democráticos do mundo inteiro, o regime concordou em libertar todos os prisioneiros políticos, restabelecer os direitos humanos, legalizar os sindicatos e reintroduzir um sistema democrático.

Estes esforços frutificaram. Hoje, estamos no limiar de um Malaui novo e democrático. O governo cedeu à pressão e concordou com a realização de um plebiscito para determinar se o povo desejava um sistema político pluripartidário. O resultado foi uma estrondosa derrota do governo. As forças democráticas venceram.

Atualmente, os partidos políticos estão negociando um processo de transição em igualdades de condições com o partido do governo no Conselho Nacional Consultivo (CNC) e no Conselho Nacional Executivo (CNE). O CNC e o CNE prepararam uma nova lei eleitoral e estão agora esboçando uma nova Constituição republicana para antes das eleições gerais, programadas para este mês de maio. A Constituição atual foi emendada para permitir que os partidos políticos se organizem. As leis que não condizem com a nova ordem política também foram banidas.

Armadas com a vitória política, as forças democráticas continuaram a pressionar o governo em favor de uma imprensa livre. Agora, de fato, estamos presenciando os primórdios de uma imprensa livre. Antes, havia apenas dois jornais governamentais circulando no país. Hoje, existem 15 semanários privados. Os prisioneiros políticos têm sido libertados e foi garantida a anistia geral para permitir a volta de exilados. Atualmente, há oito partidos políticos já registrados e diversas organizações não-governamentais envolvidas com a formação de uma consciência política.

Diversas reformas foram implementadas cobrindo ampla área do Código Pe-

nal – desde a redução da idade mínima para votar de 21 para 18 anos até a revogação da presidência vitalícia.

Também pela primeira vez na história do nosso país, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, com vistas a se redigir uma nova Carta que se tornará efetiva imediatamente após as eleições gerais. A Assembleia Constituinte concordou com o estabelecimento de um sistema presidencialista, uma Assembleia Nacional de duas Câmaras e a completa separação entre os três poderes do governo: o Judiciário, o Executivo e o Legislativo.

Garantir eleições livres e justas

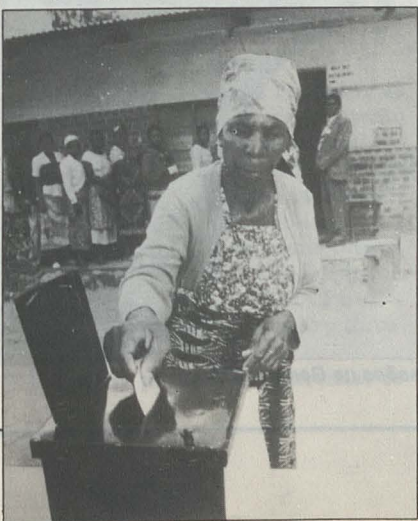
– O verdadeiro teste de nosso compromisso com a democracia dependerá em grande parte de nossa habilidade para garantir que as próximas eleições sejam livres e justas. Para isso, temos que assegurar que o processo eleitoral esteja livre de qualquer imperfeição que possa afetar o seu resultado. A futura prosperidade do país depende de nossa habilidade para construir as bases sólidas de uma nova cultura política, capaz de assegurar paz e estabilidade.

Um bom governo não pode se basear apenas em boas leis. Também dependerá do alto nível de conscientização do povo. Daí por diante, será dever da sociedade civil garantir que os governantes cumpram os seus compromissos.

Reconhecemos que a agenda a que nos propusemos não é fácil. O futuro do movimento democrático depende de nós; e a prosperidade da África meridional só pode ser assegurada pela existência de governos democráticos estáveis, dinâmicos e altamente responsáveis que garantam um padrão de vida decente. A pobreza é o maior perigo à paz e à prosperidade na sub-região. ■

* Discurso proferido em março passado por Chakufwa Chihana, presidente da Aliança Democrática (Aford) na reunião do Comitê Africano da Internacional Socialista, em Joanesburgo, África do Sul

No plebiscito de 1993 (foto) a população optou pelo sistema pluripartidário



O desafio do desemprego

O modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e depois projetado para o resto do mundo gerou deformações como o crescimento com desemprego e os distúrbios ambientais globais

Hazel Henderson*

O crescimento econômico com desemprego foi reconhecido pelos líderes do Grupo dos Sete (integrado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá) como uma grande contradição e uma ameaça para o futuro de suas nações.

Na reunião de cúpula do G-7 no ano passado, em Tóquio, eles manifestaram sua preocupação com o fato de existirem 23 milhões de desempregados em seus próprios países e marcaram um novo encontro, a fim de buscar as causas deste "crescimento econômico com desemprego".

Este fenômeno significa não só uma incoerência, pois se supõe que o crescimento econômico deva criar novas frentes de trabalho, como representa um trágico desperdício de recursos humanos.

Mas os sete grandes têm a resposta em baixo dos seus próprios narizes. Desde que a revolução industrial começou, há cerca de 300 anos, sua meta tem sido a de produzir mais bens com menos pessoas e isso está sendo obtido atualmente a escala mundial.

Hoje, ninguém mais se lembra dos debates da década de 60 sobre como poderiam ser compensados os efeitos da redução no número de empregos. Recomendava-se, então, a isenção dos impostos à renda, a diminuição da jornada de trabalho, a recapacitação profissional etc. Em vez disso, os políticos redistribuíram a nova riqueza tecnológica, dando melhores condições de vida a alguns, mas deixando de lado aqueles que não conseguiram se capacitar. Essa riqueza foi utilizada também em crescentes verbas militares, para aumentar a burocracia governamental e em programas destinados a favorecer seus currais eleitorais.

O relatório de 1993 sobre Desenvolvimento Humano, do Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud), mostra a enorme brecha existente em todos os países entre o crescimento econômico e os níveis de emprego. O informe adverte ainda que os níveis de emprego continuarão decrescendo mais ainda, a menos que os governos encarem a necessidade de ocupar-se diretamente deste problema.

Por que entre 1960 e 1987 França,



EUA: protesto contra demissões na General Motors

Alemanha e Grã-Bretanha viram suas economias duplicarem, ao mesmo tempo que suas taxas de emprego caíam? Por que menos de um terço de seu Produto Interno Bruto (PIB) correspondia neste período ao incremento da força de trabalho, enquanto que os restantes dois terços provinham de investimentos de capital?

A fórmula dos economistas tradicionais para o crescimento econômico calculado através do PIB (que não registra os custos sociais e ecológicos que sofrem os contribuintes e padecerão as futuras gerações) se preocupa somente em estimular a eficiência do setor privado.

Esta fórmula leva em conta a média da produtividade *per capita* das forças de trabalho – naturalmente se encaminhando no sentido de que cada vez menos trabalhadores, com cada vez mais sofisticadas máquinas, produzam cada vez mais bens – enquanto o desemprego aumenta.

A inutilidade das velhas fórmulas – Até a década de 70, em meio a grandes reestruturações sociais nos países industrializados, os níveis gerais de emprego foram mantidos graças ao crescimento do setor de serviços. Os governos tiveram que dedicar-se a coordenar sua atividade nesta nova e complexa situação, com cidades que cresciam e precisavam de mais serviços e com a necessidade de adotar regras para enfrentar os custos sociais e os impactos ambientais.

Agora, as nações mais poderosas do planeta devem atuar em um cenário onde se arrasta o déficit de orçamento e se produz um crescimento econômico com desemprego. Mas para tais sintomas não servem mais os velhos remédios.

Ao estrangular a inflação com elevadas taxas de juros se termina criando um círculo vicioso que detém o próprio crescimento, a criação de novos postos de trabalho e o consumo, pilar sobre o qual descansam essas economias.

Para piorar, o crescente déficit dificulta a aplicação de programas de tipo keynesiano, como o que Bill Clinton aprendeu. A liberalização do comércio

baseada nas velhas receitas econômicas não criará novos empregos. Em compensação, fará com que baixem os salários e aumente o desemprego em escala global, além de agravar o problema da dívida e a destruição do ambiente e de estimular a tendência à recessão em todo o mundo.

Deste modo a queda dos níveis de vida e do poder de compra impedirá recorrer a medidas “grandiosas” para fomentar o consumo e obter a recuperação econômica segundo a fórmula tradicional.

Voltar às origens – É necessário, por exemplo, estender o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt) para incluir equitativamente todas as nações

problemas do crescimento sem geração de empregos haverá que reorientar as políticas do Banco Mundial (Bird), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras instituições de desenvolvimento aproximando-as destes novos critérios.

Impõe-se também admitir que excessivas reduções de impostos aos investimentos que impliquem automatização – promovendo o crescimento econômico com desemprego – geram outros problemas. Em compensação, deverão ser implementadas reduções de taxas para favorecer as empresas que criam empregos.

Redução de impostos – Em uma economia global, os investidores são livres para percorrer o mundo e investir em qualquer parte, em vez de criar postos de trabalho em seu próprio país. Para motivá-los a isso, é preciso reduzir os impostos, assim como oferecer preços adequados para a energia e as matérias-primas.

Por outro lado, deveriam ser criados impostos que desestimulem o uso inadequado e a contaminação do meio ambiente.

Deste modo, todas as economias poderiam funcionar com uma menor utilização de capitais, energia e materiais e com um emprego maior e mais rico dos recursos humanos.

Tais mudanças poderiam reduzir o desemprego. Hoje, é claro que muitos dos novos postos de trabalho forçosamente terão que ser criados em áreas como a do controle da contaminação, da limpeza ambiental e desenvolvimento de mais eficientes tecnologias, empresas e serviços públicos ecológicos.

Ainda é possível acalantar a esperança de que a anunciada “Conferência de Cúpula de Desenvolvimento Social” possa conduzir o mundo por um novo caminho de verdadeira riqueza, progresso e desenvolvimento humano sustentável.

Hazel Henderson é analista de desenvolvimento internacional, membro do Conselho Consultivo do Escritório de Assessoramento Tecnológico dos Estados Unidos. Seu último livro foi: *Paradigms in Progress*



Moscou: o desemprego está criando uma legião de sem-teto

em uma Organização Internacional do Comércio (OIC), tal como se previu em 1945 em Bretton Woods. E sucessivamente ampliar as negociações da OIC para cobrir todos os atuais problemas que surgem por trás da questão comercial: o emprego, as redes de seguro social, diversos problemas culturais e o meio ambiente.

É necessário também repensar as fórmulas que associam o crescimento do PIB ao progresso, por outros indicadores mais amplos que incluam dados sobre alfabetização, mortalidade infantil, medidas de proteção ambiental e a qualidade geral de vida, como fazem, por exemplo, o novo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pnud e meus próprios índices (Country Futures Indicators-CFI).

Por outra parte, para enfrentar os

Por uma nova relação Norte-Sul



A guerra na ex-Iugoslávia não pôde ser controlada, apesar da presença da ONU

Emma Bonino*

A política internacional está em crise e as relações internacionais sofrem um déficit de democracias. Ao mesmo tempo, existem problemas que, por sua natureza, não podem ter soluções adequadas nos âmbitos nacionais. E, finalmente, não existem instrumentos transnacionais adequados para enfrentar de forma eficaz esses problemas.

Vivemos 40 anos em um mundo manipulado por duas superpotências: era a Ordem de Yalta ou, como prefiro chamá-la, a "Ordem do Terror". Acontecia qualquer coisa no Afeganistão e chegavam os tanques soviéticos; se espirrava

no Panamá e os *marines* norte-americanos pegavam um resfriado...

Esta "ordem" garantia que os conflitos se mantivessem em âmbitos regionais e permitiu que a Europa se dedicasse sobretudo a fazer dinheiro para se recuperar do desastre da Segunda Guerra Mundial, em uma espécie de *paz branca*, substancialmente racista, durante a qual não assumiu responsabilidades internacionais.

Durante 40 anos, a Europa só se ocupou de si mesma e fez negócios com os piores ditadores, sem pensar nas consequências, já que isso era um problema das grandes potências.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, este castelo de cartas caiu. A ve-

As Nações Unidas, criadas há mais de 40 anos, não têm mecanismos nem estruturas apropriadas para tratar adequadamente os problemas deste fim de século

lha ordem não existe mais, mas ninguém se pergunta qual é a *nova* ordem, se está baseada em regras, no direito ou em um pacto entre as nações e se há uma autoridade que obrigue todos a respeitá-la.

Na realidade, a autoridade não existe, porque a Organização das Nações Unidas (ONU), que é o único organismo com que contamos, é inadequada. Foi criada há 48 anos e continua sendo a mesma. Mas, antes, ninguém se interessou em que funcionasse, e agora pedem que ela intervenha em todas as partes: entre 1989 e 1993 lhe solicitaram 13 missões para a manutenção da paz, das quais cinco somente em 1992 (ver *cadernos* nº169; "Quem vigia os

DIPLOMACIA

vigilantes?"). Atualmente, há 14 missões em curso, mas seus instrumentos financeiros, jurídicos e militares não mudaram.

A democratização da ONU – É evidente que a ONU necessita ser reforçada, mas também democratizada. As intervenções continuarão e nós apoiamos o direito-dever de intervenção, mas com regras iguais para todos e não segundo o capricho de algum país do Norte. Hoje, impera a lei da selva: existe uma série de convenções, mas não são obrigatórias.

A Carta da ONU estabelece a criação de um poder policial sob seu controle direto, mas tal decisão jamais foi posta em prática. Assim ocorre, por exemplo, que na Somália há tropas de 20 países que nem se entendem entre si, nem estão, em geral, preparadas para este tipo de missão e, de fato, não dependem diretamente do secretário geral da ONU, mas dos governos de seus próprios países.

A idéia de criar uma força policial internacional é, em geral, aceita pelos países do Leste e as nações mais pobres, que necessitam de regras do jogo mais claras. O obstáculo mais difícil são os países ricos; eles não querem atrelar-se a nenhum tipo de lei igual para todos e preferem a lei da selva. Mas a questão central não é exclusivamente a guerra e a paz.

Existem também os problemas relativos ao meio ambiente (não há leis, nem autoridade que obriguem a preservá-lo, mas apenas uma série de convenções não-vinculadas que não prevêm sanções para aqueles que não as acatam); a questão do desemprego, das drogas e da Aids; as complexas relações Norte-Sul; e o tema do imperialismo cultural. Todos estes problemas são evidentemente transnacionais e para eles as soluções nacionais já não são suficientes.

Assembleia Popular Permanente – Destas questões se ocupam normalmente os governos e os diplomatas, fora da lógica democrática. As relações internacionais estão organizadas de tal modo que as pessoas e seus representantes diretos, os parlamentares, carecem de estruturas que lhes permitam incidir nos debates e contribuir para solucionar estes problemas.



Mogadíscio: mulheres somalianas pedem "ajuda contra a ameaça das forças da ONU"

Atualmente os partidos políticos e os governos conduzem a política externa como há 100 anos, sem que seja uma prioridade para ninguém, já que os temas transnacionais nem dão nem tiram votos. Assim concebida a política externa, é evidente que na hora de votar não importa a ninguém se seus representantes políticos se preocupam em deter o genocídio na Bósnia ou evitar os efeitos terríveis da desigualdade Norte-Sul.

Diante dessa situação, é necessário democratizar a ONU e propor a criação de uma Assembleia Parlamentar Permanente, ou seja, uma organização política internacional que, segundo as práticas democráticas, seja capaz de levar em consideração todos estes problemas com os governos de cada país e no âmbito internacional.

Crimes castigados – Em uma reunião realizada recentemente em Sofia, o Conselho Geral do Partido Radical Transnacional (PRT), integrado por pessoas de numerosas nacionalidades, aprovou concentrar seus esforços em alguns temas específicos. Por exemplo, decidiu gerar uma mobilização internacional que conduza a obter o respeito pelos compromissos e datas previstos para a criação por parte da ONU de um Tribunal Internacional contra os crimes cometidos na ex-Iugoslávia, como primeiro passo para a constituição de um Tribunal Permanente.

Outro tema que reivindicamos é o da democracia lingüística contra o imperialismo idiomático, que impõe o uso de línguas colonialistas nas rela-

ções internacionais, o que pode levar ao desuso das línguas nacionais e, conseqüentemente, à perda das raízes e da identidade cultural de milhões de pessoas.

Finalmente, uma terceira questão colocada pelo PRT é a de criar instrumentos adequados para eliminar o narcotráfico e reduzir o número de dependentes de drogas. A tese dominante continua sendo a da proibição, embora depois de 20 anos tenha se demonstrado pouco eficaz, já que aumentaram a quantidade de usuários, o tráfico de entorpecentes e a criminalidade associada a este problema.

A criminalidade surge do fato desse comércio ser ilegal. Mas, a dependência de drogas deveria ser encarada como um problema médico-social, não de código penal. Esta é a diferença. O narcotráfico se organiza em torno do dinheiro. O modo de combatê-lo é tirar o lucro oriundo dessa atividade, ou seja, a razão base de sua existência, não penalizando o consumo.

O Norte não proíbe suas próprias drogas – álcool, fumo, anfetaminas – mas aquelas que não produz, embora estatisticamente o alcoolismo provoque mais mortes que o vício da droga. E as proíbe inclusive nos países produtores. É absurdo que os Estados Unidos pretendam que os bolivianos não mastiguem folhas de coca, ameacem com um bloqueio a Venezuela e anunciem o envio de *marines* à Colômbia.

* Emma Bonino é deputada italiana e secretária do partido Radical Transnacional (PRT)

ENTREVISTA

Panamá

Omar Torrijos

Em 31 de julho de 1981, o general Omar Torrijos morreu em um acidente suspeito, dentro do território panamenho: o avião que o levava de Penonomé a Cocleito – um trajeto de apenas dez minutos, que ele estava acostumado a fazer constantemente – se chocou contra uma montanha. Embora nunca pôde ser provada, existe a suspeita de que os instrumentos do aparelho sofreram interferência ou, como sugere uma hipótese mais recente, que os controles de voo foram alterados por um computador que operava através de um satélite de comunicação.

O Panamá perdeu o homem que lhe devolveu a dignidade e as esperanças de alcançar sua plena soberania territorial, o chefe de Estado que negociou em 1977 com o presidente James Carter a assinatura dos célebres tratados visando à gradual recuperação da Zona do Canal até o ano 2000.

A América Latina, por sua vez, perdeu um de seus líderes mais lúcidos e pragmáticos, que em determinada ocasião afirmou: “Eu não quero entrar para a História, eu quero entrar no Canal.” A pergunta que desde então ficou no ar é: quem se beneficiou com sua morte?

Hoje, o pequeno país centro-americano transita por outros caminhos políticos, sobretudo a partir da

invasão militar norte-americana que em dezembro de 1989 derrubou do poder o general Manuel Antonio Noriega. Não está totalmente claro o que acontecerá com os tratados Torrijos-Carter, nem com a devolução do Canal e das mais de 15 instalações militares dos EUA, prevista originalmente para ocorrer no último dia de dezembro de 1999.

As vésperas das eleições no Panamá, ganha atualidade uma das últimas entrevistas públicas que concedeu o general Torrijos, em outubro de 1980, e que selecionamos para a seção “Grandes Reportagens”.

Naquela ocasião, o dirigente interrompeu um silêncio de dois anos e se referiu a temas que tinham – e ainda conservam – uma grande importância: a relação entre o Exército e os civis, o papel das Forças Armadas no poder, a soberania do Panamá e a situação na América Central, particularmente da Nicarágua, onde a revolução sandinista havia triunfado um ano antes.

Pouco depois da morte de Torrijos, dirigentes panamenhos próximos ao general consideraram que esta havia sido sua entrevista póstuma e nos pediram as fitas para conservar em um museu o depoimento do último líder panamenho deste século.



AS GRANDES REPORTAGENS

"Um país ocupado é um país ressentido"

Em entrevista exclusiva, o general Omar Torrijos revelou sua participação na guerra contra o ditador nicaragüense Anastacio Somoza. Uma avaliação política da América Central. O papel das Forças Armadas

Neiva Moreira



A assinatura dos acordos Torrijos-Carter, em 1977, permitirá que o Panamá recupere a soberania sobre o Canal no ano 2000

Poderia avaliar a situação no seu país desde que o sr. propiciou a entrega do governo aos civis? Como vê o momento atual?

— A revolução que lideramos no Panamá em 1968 tinha dois objetivos fundamentais. Primeiro, a recuperação do Canal e, segundo, transformar uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considerei que esses objetivos tinham sido atingidos.

Assim, quando o mundo político panamenho julgava, equivocadamente, que as Forças Armadas estavam elaborando uma Constituição para permanecerem no poder, nós nos afastamos. Em política, como em ginecologia, as coisas são ou não são. Não se pode ficar "ligeiramente grávida". Assim, nós decidimos não ficar.

Nenhuma sociedade suporta um governo setorial. Nem só de padres, nem só de jornalistas, professores ou militares. Porque nesses governos não há intercâmbio, não há confronto de idéias. Não há criatividade.

Atualmente, as Forças Armadas panamenhas garantem a vigência da Constituição para que uma nova

ordem política funcione. Introduzimos algo novo: os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — atuam com independência mas mantêm-se em comunicação com as Forças Armadas. Estabelecemos esse artigo constitucional para evitar que as Forças Armadas irrompam com armas, canhões e fuzis na vida pública.

Trata-se de um princípio constitucional novo e real. A América Latina está cheia de constituições que dizem que as Forças Armadas são essencialmente obedientes e alheias ao poder político respeitando a Carta e a independência dos Poderes. Mas, de fato... os militares estão dentro do cenário político. E quando entram em cena, fazem-no com botas e não com votos.

As Forças Armadas, em geral, estão despolitizadas. Usam o critério de que o país pode ser governado sob os parâmetros de uma Divisão e de um Regimento. No Panamá, lhes demos uma nova definição: as Forças Armadas são obedientes ao poder político, mas têm também uma missão, fazer parte de um plano de desenvolvimento.

Nesses anos, levantamos o Panamá. Levantamos

AS GRANDES REPORTAGENS

sua economia. Convertemos uma caricatura de país numa nação. Desenvolvemos um ambicioso plano de escolas. Damos ao povo um novo conceito de saúde. Colocamos a saúde não como a ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar geral.

Paralelamente a essa luta no plano interno para forjar uma nação, fizemos com que o Panamá tivesse voz a nível internacional. O Panamá apareceu. Demonstramos ao mundo que não íamos acrescentar mais uma estrela na bandeira dos Estados Unidos.

A recuperação do Canal

Comandante, e o Canal do Panamá? Como anda o cumprimento dos Tratados?

— Nós conseguimos incorporar a Zona do Canal à geografia da dignidade nacional, sem qualquer custo social. Mas, para isso, tínhamos que estar prontos para pagar um preço: o da paciência. No entanto, eu estava preparado para tirá-los todos a bomba.

Acha que podia fazê-lo?

— Não teria sido político, mas havia condições. O Canal é totalmente indefeso. Tão indefeso quanto um recém-nascido. É uma obra para a paz, para o comércio, para fins pacíficos. É indefensável. E nada teriam podido fazer contra a vontade dos panamenhos.

E os norte-americanos se conduziram corretamente no cumprimento dos Tratados? Criaram dificuldades?

— As dificuldades previstas. Ninguém perde com boa vontade tantos privilégios...

Além do problema em si da recuperação da soberania, existe o aspecto econômico. O que significou, nesse campo, o acordo do Canal?

— O objetivo da luta era a soberania. Mas a soberania também é rentável. Antes do Tratado, o Panamá recebia só dois milhões de dólares ao ano do total da renda do Canal. Nosso governo recusou-se a continuar recebendo esse dinheiro para mostrar ao mundo que não estávamos alugados, mas sim ocupados. Era uma ocupação *de fato* e não se paga a quem está sob ocupação. Mas, este ano, já recebemos 74 milhões de dólares em dinheiro pela renda do Canal, como consequência dos Tratados.



Manágua:
a população
comemora o
fim da ditadura
Somoza

A Escola das Américas

Existe um aspecto muito curioso nisso tudo. As Forças Armadas panamenhas que estão do lado da Zona do Canal optam por posições independentes com relação às escolas norte-americanas que ali funcionam. Como explica isso? Só pela presença de um líder carismático como o general Torrijos? Ou é algo mais do que a figura do líder o que impulsiona a mudança?

— Não, não é por personalismo. É pela ocupação. Um país ocupado é um país ressentido. E nós estávamos ressentidos porque o Comando Sul, que está na Zona do Canal, sempre nos utilizava como primeira linha de combate contra nosso povo. Foi-se criando uma outra mentalidade. Eles tentam *coca-colizar* as pessoas. Tirar-lhes a identidade. Mas agora estão vendo que a coisa está escapando de suas mãos.

A vitória da Nicarágua

Foi muito importante o papel do Panamá na luta do povo da Nicarágua. Como o descreveria, o sr. que esteve dentro dos momentos decisivos?

— A geografia política da América Central tinha chegado a uma hora de mudança. As Forças Armadas tinham estado no poder por muito tempo. Já não era possível manter essa situação. O Pentágono e a Casa Branca compreenderam isso e começaram a tirar o respaldo, a negar a paternidade dessas mesmas Forças Armadas. As mudanças vêm com mais violência onde há mais fascismo. A resposta ao fascismo é a violência.

A juventude da Nicarágua — que nunca renunciou à luta — organizou-se em três ou quatro frentes, conseguiu que Daniel Oduber (então presidente da Costa Rica) lhe desse um *santuário* (um área para utilizar), e deu-se a coincidência de que em três países da área estivessem convivendo no governo Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Daniel Oduber e eu.

Quer dizer, três presidentes com sensibilidade para identificar-se com a luta do povo nicaraguense.

— E também, depois, Rodrigo Carazo, quando mudou o governo na Costa Rica. Ele teve uma atitude corajosa. Viveu a fase culminante da luta.

E a contribuição do povo: 50 mil mortos. Apesar desse custo social, foi a Revolução mais serena e mais ajuizada. Quando todos pensavam que a juventude sandinista ia radicalizar, eles atuaram de forma totalmente diferente, fazendo uma revolução com *habeas corpus*. Você imagina isso?

Dizem que existem pressões fronteiriças sobre o governo da Nicarágua. É verdade?

— Sim, há pressões. A revolução nicaraguense não está sendo exportada. Mas é um exemplo. E os exemplos são imitados. A revolução, particularmente na Nicarágua, ainda corre um certo grau de perigo, se as coisas não mudarem em Honduras, em El Salvador e na Guatemala. Pode-se viver com um vizinho hostil, mas não se pode dormir tranqüilo.

AS GRANDES I

"Retiremos todos as mãos"

Houve alguns momentos, nos meses anteriores à tomada do poder pelos sandinistas, em que parecia iminente que o Pentágono e os amigos de Somoza poderiam provocar uma intervenção. E que essa intervenção poderia também estender-se ao Panamá. Existiu realmente esse perigo?

— Sim, houve esse perigo. O Comando Sul foi reforçado. Os vôos se intensificaram. O Panamá teve fortes e prolongadas discussões com o Departamento de Estado. Carlos Andrés Pérez, Carazo e nós, no Panamá, conseguimos que eles compreendessem que o processo era irreversível. O próprio presidente Jimmy Carter me chamou por telefone, dizendo-me que eu retirasse as mãos da América Central.

E o que sr. respondeu?

— Que todos nós as retirássemos.

Assim, com essas mesmas palavras?

— Assim mesmo. Mas ele não é prepotente. Depois, conversamos muito. Chamou-me uma vez às cinco da manhã. Carlos Andrés Pérez e eu tínhamos planejado uma operação. E, por causa dessas conversas, Carter ficou incluído no plano. E quando alguém faz um plano com a Casa Branca, a coisa tem que sair bem. Os aviões não precisam voar a 100 metros de altura. Não têm que voar rasante, os radares os guiam, isso é uma mudança.

Em suma, a revolução na Nicarágua teria sido feita com ou sem Carter. Mas acho que o número de mortos teria sido muito mais significativo sem Carter.

Houve momentos difíceis. Carazo me chamava e dizia: "Omar, a luta está perdida." Era impressionante o número de mortos que voltava da frente sul. Era impressionante a criminalidade da Guarda Nacional. Mas igualmente impressionante era a valentia dessa geração sandinista, sem armas, mal-equipada, mal-treinada.

Sabíamos que quando se desafia um ditador de 45 anos de poder e com tantos milhões de dólares, tem que ser para ganhá-lo. Se perdéssemos, as consequências poderiam ser fatais para a Costa Rica e para o Panamá.

Foi só quando Carlos Andrés Pérez colocou componentes da Força Aérea venezuelana na Costa Rica e no Panamá que nós nos sentimos mais tranquilos.

Uma reunião histórica

O Panamá também teve um papel ativo no processo de unificação interna das correntes sandinistas.

— Na casa de campo da Guarda, em Rio Hato, uma antiga base militar, poucos meses antes do triunfo na Nicarágua, reunimo-nos com todos os grupos sandinistas, para unificar os critérios. Terminamos com um jantar. Havia 14 comandantes. Destes, mataram quatro. Cada vez que um desses rapazes morria, minha alma se despedaçava.

Uma vez contei essa história a Gabriel García Márquez. Sentados, os dois à mesma mesa, eu lhe dizia: "Aqui estava sentado Dalton, aqui estava fulano, aqui



"O Canal é a área mais comercial do mundo"

estava sicrano..." E ele me respondeu: "Então, não a usemos mais." Ele é meio supersticioso e o fato de estar sentado onde antes tinham se reunido os sandinistas, alguns deles assassinados...

Quem estava na reunião?

— Estavam Tomás Borge, Eden Pastora, Dalton, os irmãos Ortega, Germán Pomares, Wheelock, Dora Maria, a comandante "Dois"; estava, também, o chefe da resistência em Manágua, que morreu em León.

"Estamos arriscando a vida"

Fora a cooperação do Panamá, que outra foi decisiva?

— A de Carlos Andrés Pérez. Eu me comunicava muito com ele. "Omar, vem para Orchilla", disse-me uma manhã. Orchilla é uma ilha que só tem um aeroporto. Ali mesmo traçamos o plano de ajuda à Nicarágua.

Eu lhe disse: "Espero que estejas consciente de que quando alguém entra num plano como este, não há regresso. Estamos desafiando a dinastia mais forte, melhor equipada monetariamente e mais criminosa da América. Indiretamente, estamos arriscando a vida." Ele me respondeu: "Estou consciente". E entramos. Esse plano foi concebido poucos meses antes da vitória.

É verdade que alguém muito próximo ao sr. participou da luta na Nicarágua?

— Tenho um filho, Martín, que tem suas próprias atividades políticas e sociais. Ele participava nas tarefas de abastecimento a partir do Panamá. Tinha 15 anos nessa época. Sua mãe, um dia, me perguntou: "Onde está Martín?" Respondi-lhe que não sabia. Faltavam três semanas para a vitória. Martín estava na frente sul, com Eden Pastora, o comandante "Zero".

Processo irreversível

Como vê o futuro da América Central nos anos 80?

— O processo de mudanças é irreversível, embora possa haver alguns retrocessos transitórios. A América Central muda todos os dias. E não há força capaz de deter esse processo. A força dos povos não pode ser contida. Temos que trabalhar para que os povos atuem com equilíbrio e maturidade no dia em que tomarem o poder. Que haja diálogo.

O outro lado da moeda

Os desastres naturais, a pobreza e a guerra atentam cruelmente contra crianças de uma vasta região da Ásia, onde, apesar das riquezas naturais, existem 300 milhões de seres esfomeados

Priya Powell

Enquanto os "tigres" e "dragões" asiáticos são apresentados ao mundo como modelos de desenvolvimento, pouco ou nada se tem noticiado sobre esse outro lado da moeda, o da Ásia subdesenvolvida e esquecida. Crianças de rua não existem só no Brasil.

Richard Arpon vive nas ruas da capital das Filipinas desde os 11 anos. Apanha copos de plástico para reciclar ou pede esmola aos transeuntes num centro comercial de Manila. Escapou da tuberculose e da pneumonia. Enquanto a imprensa centra a sua atenção nas depauperadas crianças somalis, do seco e poeirento país africano, os casos de fome e desnutrição na Ásia passam despercebidos.

No Pacífico asiático, Richard é um entre 300 milhões de pessoas diariamente afetadas pela fome. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostram que, proporcionalmente, a Ásia do Sul tem um contingente de crianças desnutridas 30% maior do que todo o continente africano, embora os casos de desnutrição possam ser menos graves.

Enquanto na África os alimentos são escassos, a Ásia tem comida suficiente para alimentar todos os seus famintos. Mas a pobreza, a guerra e os desastres naturais, comuns em toda a região, afetam esse abastecimento.

Nas Filipinas, o rendimento anual de US\$ 730 mal dá para alimentar uma família. Os estudos mostram que cinco em cada dez crianças nascidas em Manila são anêmicas, e que 34% dos menores de quatro anos têm um peso inferior ao estabelecido pelas normas internacionais de saúde. As Filipinas, no entanto, não são o pior caso, sendo classificado pelo Unicef como um país de "risco médio" em índices de saúde e nutrição.

Segundo dados desse mesmo organismo, o número de crianças de até quatro anos com peso considerado abaixo do normal atinge 63% na Índia e 66% em Bangladesh.

Os danos físicos e mentais nas crianças, provocados pela desnutrição, geram um mau desempenho escolar e uma conseqüente aspiração a empregos não-qualificados — quando existem — num ciclo de pobreza que se perpetua, de geração em geração. Os nutricionistas acrescentam que, embora a pobreza seja a causa da desnutrição nas áreas urbanas, em alguns casos essa deficiência se deve à falta de educação em relação a alimentos adequados para uma boa saúde.

Os casos de desnutrição também são numerosos na zona rural asiática, embora as pessoas possam ter acesso aos alimentos. Ali, a guerra e os desastres naturais cobram um preço igualmente elevado à terra e às pessoas.

As atuais ações guerrilheiras dos Khmers Vermelhos, no Camboja, do movimento separatista tamil, do Sri Lanka, e a guerrilha comunista que atua nas Filipinas há 22 anos têm agravado o quadro social e contribuído para criar desordens psicológicas, que também causam fome.

Campos e culturas são destruídos ou deixam de ser trabalhados à medida que homens e mulheres, fisicamente aptos, são recrutados para o esforço de guerra. A instável situação dificulta a busca, a disponibilidade e o acesso aos alimentos.

Além disso, os desastres naturais como inundações, tufões e sismos têm conseqüências talvez piores que as da guerra, já que podem apagar do mapa toda uma aldeia.

A curto prazo, governos e doadores de ajuda respondem bem às crises. No entanto, pouco fazem pela reabilitação a longo prazo. A fome pode estender-se por um longo período. Embora na opinião de especialistas a Ásia pareça resolver os seus problemas de fome mais rapidamente que os países africanos, os dados do Unicef indicam serem necessárias novas e drásticas medidas para reduzir pela metade os casos de desnutrição no continente asiático para o ano 2000.



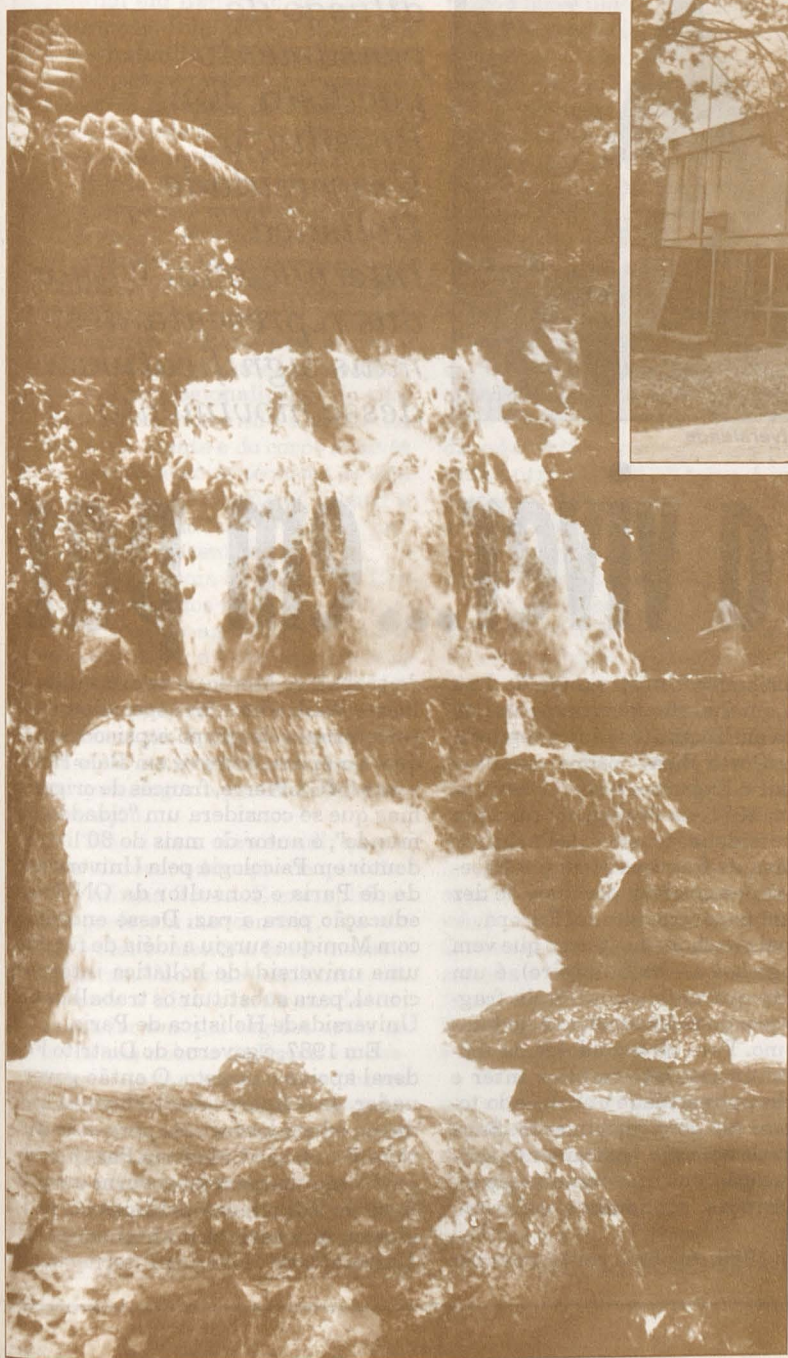
Bangcoc: cresce a população sem-teto

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

A UNIVESIDADE INTEGRADA

Página 2



Na granja do Ipê
estuda-se em meio
à natureza

SAÚDE

A volta da
peste bubônica

Página 6

CUBA

A reinserção social
dos aidéticos

Página 9

Fotos: Patrícia Costa



A casa de meditação da universidade

Entidades espalhadas pelo mundo desenvolvem estudos e disciplinas que estimulam a difusão do pensamento pacifista. Em Brasília, a Universidade Holística Internacional é uma das representantes mais significativas desse movimento

Ensina-me a viver... em paz

Patrícia Costa

Em meio à perda de valores éticos, violência, guerra, miséria, fome e tantos males contemporâneos, movimentos e sociedades estão surgindo em todo o mundo a partir da idéia de que a paz mundial pode ser obtida através da educação individual.

Criada na França em 1930 por Louise Weiss (atual co-diretor da revista francesa *Guerre et Paix*), a primeira Escola da Paz no mundo abriu seu ensino com uma série de 20 lições sobre a Sociedade das Nações (atual Organização das Nações Unidas - ONU). A escola registrou cerca de 11 mil matrículas e financiou 32 bolsas de viagem a Genebra. O desenvolvimento da iniciativa foi interrompido pela Segunda Guerra Mundial, em 1939.

A primeira Universidade da Paz criada em âmbito governamental se localiza em Tóquio (Japão); a segunda fica na Costa Rica - primeiro país a suprimir o Exército na sua Constituição. Em 1971, na França, foi fundada a Universidade Holística de Paris, por iniciativa da francesa Monique Thoenig, que desenvolveu por mais de dez anos um papel pioneiro na Europa.

A palavra holismo (termo que vem do grego *holos* - todo, inteiro), é um conceito que defende o fim da fragmentação, do reducionismo e do totalitarismo. Para os seguidores da filosofia holística, isso implica inter e transdisciplinaridade envolvendo todas as áreas do conhecimento. Seus campos de ação são, basicamente, saúde, educação, cultura, organização social, crenças, economia e meio ambiente.

Em 1985, esgotada por tantos anos

de trabalho, Monique pediu ajuda a Pierre Weil, educador especialista em psicoterapia de grupo e psicodrama, que, na época, morava em Belo Horizonte (MG). Pierre, francês de origem, mas que se considera um "cidadão do mundo", é autor de mais de 30 livros, doutor em Psicologia pela Universidade de Paris e consultor da ONU em educação para a paz. Desse encontro com Monique surgiu a idéia de fundar uma universidade holística internacional, para substituir os trabalhos da Universidade Holística de Paris.

Em 1987, o governo do Distrito Federal apoiou o projeto. O então governador, José Aparecido de Oliveira, pediu ao educador francês para estruturar a Fundação Cidade da Paz (Funcipaz), organização não-governamental livre de influências políticas ou religiosas, que seria a mantenedora da Universidade Holística Internacional

Da universidade para o mundo

O projeto Taba – Trabalho Artesanal em Benefício do Aperfeiçoamento, iniciado em março na Universidade Holística Internacional, visa à profissionalização de menores carentes do Distrito Federal através do desenvolvimento da sua criatividade e auto-estima.

Sonia Sanchez, responsável pelo projeto, é uruguaia e vive há 12 anos no Brasil. Morando na universidade há sete meses, esta estilista, decoradora, cenógrafa, taróloga e terapeuta alternativa afirma que “a filosofia do projeto é holística porque abarca a educação e a profissionalização de adolescentes, reunindo a parte da alma, da mente e do corpo através da apropriação de técnicas de alta qualidade”. O objetivo é incutir a consciência do “ser” e não do “ter” nestes adolescentes.

Iniciado com 30 alunos de 12 a 18 anos, vindos da escola agrourbana de uma agrovila próxima à universidade, o Taba tem oficinas de marcenaria, cerâmica, papel reciclado, padaria e de costura, cuja coordenação é dividida entre professores e orientadores apoiados por psicólogos e pessoal da administração.

“Não é uma obra social; queremos oferecer educação de qualidade”, afirma Sonia. E exemplifica: “Se preferem marcenaria, não vão aprender somente a fazer mesas e cadeiras. Vão criar esculturas, conhecer a história da madeira, aprender em que regiões estão as madeiras nobres do Brasil e a descobrir novas madeiras nobres. Para tanto, conseguimos educadores, escultores e arquitetos, que vão ensinar como a praticidade pode ter beleza, cor, história.”

Os cursos, com duração de dez meses, terão aulas teóricas e prá-

ticas. A diferença é o objetivo: tentar fazer um ser humano holístico, em nível pessoal e filosófico. “Cada um vê o mundo de um jeito, dependendo do lugar em que nasceu, onde vive. A educação holística é feita através da profissionalização porque estamos tratando de formar o homem do ano 2000”, diz a coordenadora.

Para ela, esses adolescentes podem ter mais chance de absorver a filosofia holística por estarem mais próximos uns dos outros, da terra, dos pais, do local onde vivem: “São mais puros, ainda não estão impregnados por uma outra cultura. A terra é importante, eles a conhecem, sabem que têm de respeitá-la para poder sobreviver. É uma mentalidade passada de pai para filho.”

Uma segunda fase do projeto Taba prevê a formação de grupos de especialização e de oficinas de produção para comercialização. “Nós não queremos educá-los, profissionalizá-los e depois deixá-los. A intenção é fazer dentro do espaço da universidade grandes galpões, de onde sairão as primeiras cooperativas holísticas, onde vamos ensiná-los a trabalhar com *marketing* e a administrar a cooperativa, para venderem seus produtos sozinhos. Queremos que sua mercadoria seja exposta e vendida não na praça da feira, mas nas melhores lojas de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e do mundo”, explica.

Para viabilizar esse sonho, Sonia está pedindo ajuda para empresários e instituições. “É uma maneira de aplicar o dinheiro com educação, ao mesmo tempo desenvolvendo a cultura popular em um nível mais alto.” (P. Costa)



Sonia Sanchez: educar mente e corpo

(UnHI), inaugurada em abril de 1989. Atualmente, Weil é presidente da Funcipaz e reitor da universidade, onde trabalha em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Espaço da paz – A UnHI fica num grande sítio de 250 hectares de cerrado nativo, cedido pelo governo federal: a Granja do Ipê. A granja fica a 17 quilômetros do Plano Piloto e a cinco minutos do Aeroporto Internacional de Brasília. O lugar, aparentemente inusitado para o funcionamento de uma universidade, é perfeito, na opinião de seus organizadores.

Em meio a muito verde, tudo foi adaptado. A casa principal virou a reitoria; a estrebaria é pré-escola e centro de formação de profissionais (Casa do Sol). A churrascaria, um grande chalé ao lado de uma cachoeira, transformou-se em local para meditação e palestras; a casa dos guardas virou pousada e restaurante natural. Entre a vegetação fechada foi construída uma pequena Casa da Meditação, e os campos têm hortas e oficinas de marcenaria.

Além da cachoeira, existem piscinas, um lago, estacionamento, biblioteca, uma sala com nove microcomputadores e uma loja – Gaia – que vende desde livros até pão integral e cristais.

A universidade tem propostas como promover e desenvolver projetos que despertem e sensibilizem a consciência de que a fonte de destruição, violência e guerra encontra-se dentro de nós mesmos, e que o potencial da paz é responsabilidade de cada um. Para isso, quer difundir planos de educação para a paz a curto, médio e longo prazos. Segundo o método da "Arte de viver em paz", criado por Pierre Weil e já aprovado pela 26ª Assembleia Geral da Unesco, o ser humano pode viver bem consigo mesmo (que Weil chama de ecologia interior), com a sociedade (ecologia social) e com a natureza (ecologia planetária).

Em fevereiro, Pierre Weil teve uma reunião com o presidente Itamar Franco, o ministro da Educação, Murílio Hingel, e o então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, na qual o governo se comprometeu a ajudar a implementar um projeto para incluir nos currículos escolares disciplinas que viabilizem a difusão concreta da paz. Além disso, Weil e sua equipe estão lançando o Projeto Beija-flor, um mutirão nacional de educação para a paz e não-violência, que pretende mobilizar cada cidadão e instituição.

Difícil tarefa – Roberto Crema, vice-presidente da Funcipaz e coordenador-geral dos cursos da universidade, explica que, embora não seja uma tarefa simples, "cabe a cada um fazer a sua parte". Ele conta que o Projeto Beija-flor nasceu da seguinte história:

Uma vez, num incêndio na floresta, enquanto todos os bichos fugiam, um pequeno beija-flor ia até o lago, enchia seu bico com gotas de água e jogava sobre as chamas. Um tatu, intrigado, perguntou:

"Você acha que vai apagar o incêndio com essas gotas?"

"Claro que não", respondeu o beija-flor, "mas eu faço a minha parte".

"É exatamente isso que estamos difundindo", diz Crema.

Ele afirma que a mesma ciência que foi colocada à disposição da destruição do ser humano pode servir à construção da paz. Não é pouco, pois deve-se lutar contra toda uma mentalidade condicionada não só pela propaganda hipnótica e massiva, que desliga o homem da sua realidade e cria a mentalidade do obsoleto, como também pela banalização de notícias de guerras, matanças, crimes, torturas coletivas, e pela falta de ética em todos

professores, diretores e colaboradores e até dão bolsas de estudo para filhos de funcionários da universidade. Ali desenvolvem um trabalho com a natureza, mostram a sua importância para a vida e aplicam a filosofia holística em todas as matérias, extrapolando o currículo normal.

Por enquanto, há somente a pré-escola, mas devem ser abertas vagas para o curso primário ainda este ano. O objetivo é abrir turmas de 1º e 2º graus.

Princípios – Recentemente, a Unesco publicou na sua revista internacional os dez princípios de educação para o desarmamento, extraídos do Relatório e Documentos Finais do Congresso Mundial sobre Educação, realizado em Paris, em junho de 1980.

Segundo o princípio que trata dos valores, "a educação para o desarmamento deve basear-se na compreensão internacional, tolerância relativa à diversidade ideológica e cultural, compromisso com a justiça social e a solidariedade humana".

Além dessa declaração de princípios, nota-se uma grande contribuição da literatura atual para o desenvolvimento de uma mentalidade de paz no mundo. São livros que explicam, ensinam, promovem e incentivam movimentos pela paz, através da formação de comitês nacionais e internacionais; da disseminação da não-violência (pregada por Mahatma Gandhi, que venceu pela resistência não-violenta as armas dos colonizadores ingleses); do incentivo e da divulgação de manifestações pacíficas e passeatas, sem cor político-partidária, apenas formadas por cidadãos que querem dar um basta à violência e às guerras.



Na granja do Ipê, crescem hortas naturais

os ramos e áreas do comportamento humano. O desequilíbrio da ecologia interna do ser humano é que o faz se arriscar a desaparecer por desrespeito à ecologia externa.

Dentre os cursos desenvolvidos pela UnHI estão os de xamanismo, astrologia, análise transacional, análise transpessoal e cromoterapia. Alguns são profissionalizantes. Além do Beija-Flor, os projetos desenvolvidos são o Taba (*ver quadro*), Agricultura Orgânica e Casa do Sol.

Este último é a prova de que a metodologia holística aplicada ao ensino não é coisa de "gente alternativa". As crianças pertencem à classe média de Brasília e são os pais que administram e sustentam a escola, participam do programa curricular junto com os

A toca efervescente

O Rio de Janeiro acaba de ganhar mais um núcleo cultural de peso. É a Toca da Uerj, um centro cultural espaçoso e cheio de novidades que promete movimentar a cultura carioca. Inaugurado no chamado prédio dos alunos (uma antiga construção de dois andares quase abandonada, onde funciona o ginásio de esportes), a Toca fica no segundo andar e tem várias salas para ensaios e apresentações de grupos de dança, canto e teatro, um bar com música ao vivo e um teatro com 270 lugares, o Noel Rosa. Ali há espaço, muito espaço.

André Lázaro, professor de Comunicação e diretor do Departamento Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), explica que a concha acústica, com 4 mil lugares, o teatro Odylo Costa Filho (1.500 lugares), as duas galerias de arte, 11 auditórios espalhados pelo campus e até o hall dos elevadores farão parte do centro cultural. "O objetivo fundamental da Toca da Uerj é tornar a universidade uma referência cultural, um lugar de produção, circulação, consumo e irradiação de bens culturais", diz.

Se depender da vontade dos coordenadores, Dino Carrera, jornalista

Universidade do Rio quer recuperar o papel de referência cultural da cidade, investindo na produção, circulação, consumo e irradiação da arte

cubano radicado no Brasil, Sérgio Machado, Rodrigo Resende, Gilberto Assemany e Sílvio Correia Lima, além de André, a Toca vai dar certo. A Uerj oferece também muitas vantagens, tais como segurança, grande estacionamento e um público consumidor certo: um contingente de 20 mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários.

Resgate cultural – Para André Lázaro, um dos problemas que a cultura brasileira enfrenta hoje é o pouco interesse do público. "A percepção da cultura na vida das pessoas mudou, ela deixou de ser tratada como elemento constitutivo da formação para se tornar um elemento que ocupa as horas vagas do indivíduo."

Segundo ele, isso é consequência da violenta mercantilização da cultura, da sua ausência no processo educacional e da falta de políticas públicas para sua propagação. "Cabe à universidade resgatar a dimensão do papel da cultura", afirma o professor.

No caso da Toca, esse resgate será feito através da organização de vários eventos no campus: apresentação de corais, exposições de artistas conhecidos e iniciantes, oficinas de arte e espaço para aqueles que quiserem ensaiar e se apresentar. É uma boa solução para a maioria dos grupos amadores que tentam fazer arte no Rio de Janeiro, pois espaço para ensaios e espetáculos é muito difícil.

Além de tudo isso, o bar da Toca sempre trará apresentações de música ao vivo e o que mais os artistas quiserem fazer. "O espaço é muito democrático", diz André Lázaro, acrescentando que a Uerj, hoje, é o maior parque cultural do país em âmbito universitário.

Lázaro lembra que o Rio sempre foi um centro de criação cultural, no qual as universidades tiveram um papel importante. Durante a ditadura, não só no Rio, mas em todo o Brasil, a cultura foi reprimida, e seus núcleos, destruídos. A intenção, agora, é recuperar esse papel.

O professor espera que todas as universidades brasileiras sigam por esse mesmo caminho: "A vida sem arte fica miserável. No entanto, a vida já está tão miserável que o indivíduo só se preocupa em sobreviver. O que queremos é alterar esse quadro, e colocar a cultura a serviço de todos, como elemento enriquecedor para a vida e, quem sabe, um fator de mudança social." (P. Costa)

Foto: A. C. Junior



André Lázaro: dinamizando a Uerj

A volta da peste bubônica

Erradicada em países desenvolvidos, a doença transmitida por ratos ressurge em regiões pobres, causada pelas más condições sócio-econômicas

Paulo Marinho

Responsável pela mais terrível epidemia registrada na história da humanidade, a peste bubônica ainda é uma ameaça real para as populações de diversos países. A peste bubônica é transmitida ao homem pelas pulgas, que, à procura de outros hospedeiros, deixam o pêlo dos ratos infectados com o micróbio *Yersinia pestis*.

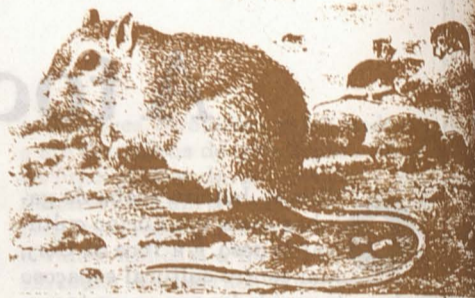
Com incidência em regiões onde o nível sócio-econômico da população é muito baixo, a chamada peste negra — que matou 1/4 da população européia no século XIV — ressurgiu na região oriental do Zaire e ameaça se expandir para o restante do país africano.

Apontado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um dos dez países com registro da doença, o Brasil mantém sob vigilância permanente regiões de nove estados.

A Fundação Nacional de Saúde (FNS), no entanto, trabalha com escassez de pessoal e um único laboratório no país especializado na análise do material coletado nas áreas de risco, o Agenor Magalhães, em Recife.

No telegrama encaminhado em março às autoridades sanitárias do Zaire, a OMS solicitou a adoção urgente de medidas capazes de conter a epidemia de peste bubônica que infectou 100 pessoas em 1993 e "que ameaça atingir todas as regiões do país". Divulgado pelas agências de notícias internacionais, o texto recolocou em discussão a vulnerabilidade dos países pobres em relação a doenças já erradicadas ou controladas em nações mais desenvolvidas.

Devido à falta do uso de antibióticos para o tratamento dos doentes e da aplicação de inseticidas para o extermínio de pulgas e ratos, a peste bubônica permanece em regiões rurais, exigindo medidas permanentes de vigilância e controle. As epidemias acontecem quando a mortalidade elevada dos roedores do campo, atingidos pela peste, faz



com que as pulgas procurem outros hospedeiros. Geralmente, os focos da doença localizam-se em zonas serranas e adjacências, com clima úmido e temperatura entre 20 e 25º graus.

"Antes de ser um mal causado pela ausência de saneamento básico, doenças como a peste bubônica ainda ameaçam a saúde pública por causa das condições sócio-econômicas das populações desfavorecidas. Como não foram à escola, essas pessoas não aprendem noções de higiene para se defender do perigo. Acabam virando vítimas de doenças medievais", alerta Raimundo Wilson Carvalho, coordenador de Programas de Controle da Leishmaniose e Peste Bubônica no estado do Rio de Janeiro.

Lotado na Fundação Nacional de Saúde, o médico veterinário percorre periodicamente as localidades atingi-

Focos da doença no Brasil



- * Serra da Ibiapava, Chapada do Araripe, Serra do Baturité
- * Serra da Pedra Branca e Serra do Machado — Ceará
- * Chapada do Araripe (vertente sul) e Serra do Triunfo — Pernambuco
- * Planalto Oriental, Belmont da Diamantina, Chapada da Diamantina, Serra do Formoso e Planalto da Conquista — Bahia
- * Borborema Potiguar e Agreste Potiguar — Rio Grande do Norte
- * Chapada do Araripe (parte ocidental) — Piauí
- * Planalto da Borborema (encosta leste) e Serra do Triunfo — Paraíba
- * Região do Agreste de Alagoas
- * Vale do Rio Doce e Médio Jequitinhonha — Minas Gerais
- * Serra dos Órgãos — Rio de Janeiro

das pela doença e relata que as condições necessárias ao contágio são as mesmas encontradas na África, no Brasil ou em qualquer outro dos países listados pela OMS.

No Zaire, a OMS e a organização não-governamental Médicos sem Fronteiras temem que a grande estocagem de alimentos, causada pela desvalorização da moeda, provoque uma epidemia nacional com o consumo de produtos contaminados. Segundo Raimundo Carvalho, o mesmo processo ocorreu na Paraíba em 1987, onde a última epidemia brasileira se desenvolveu por causa da convivência de agricultores e ratos no interior das casas.

Dormindo com o perigo

— Localizado entre os municípios de Teresópolis e Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, o lugarejo conhecido por Arraial do Barracão do Mendes tem um perfil semelhante ao encontrado em países como o Peru, Tanzânia, China, Mongólia, Myanmar (antiga Birmânia), Vietnã e Madagascar — onde a OMS também registra a presença da peste no sangue de roedores.

O mais antigo foco da doença no estado está numa região marcada pela pobreza. Convivendo com pouca ou nenhuma infra-estrutura, os moradores, na falta de local apropriado para a armazenagem da produção agrícola, estocam o milho embaixo das camas onde dormem. Há séculos transportando o micróbio causador da peste, o rato e as pulgas podem transmitir a doença a um núcleo familiar e dar início a um surto.

A presença do micróbio não se restringe à região de Arraial do Barracão do Mendes, afirma Raimundo Carvalho. No ano passado, a Fundação Nacional de Saúde registrou seis casos em que o *Yersinia pestis* foi encontrado no sangue de roedores e cães capturados em áreas próximas aos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Sumidouro.



No Zaire, a estocagem de alimentos causada pela desvalorização da moeda pode provocar uma epidemia, com o consumo de produtos contaminados

Falta de recursos — Circulando com mais rapidez do que a capacidade de ação do órgão responsável pelo controle da doença, a peste e o risco de sua disseminação aumentam na medida em que a região fluminense está distante do único laboratório brasileiro especializado no assunto: o Agenor Magalhães, em Recife.

Muito embora favoreça os estados do Nordeste, onde acontece a maioria dos focos no país, a localização pode ser fatal para um surto que venha a ocorrer no "distante" estado do Rio de Janeiro. "A coleta de material, seu envio para os exames e a volta dos resultados demandam pelo menos dois meses, enquanto as formas letais da doença se manifestam em períodos que vão de um a três dias, na forma pneumônica, e de poucas horas a dois dias na forma septicêmica. Um foco é considerado pequeno até o dia em que passa a gerar um grande número de casos."

Na opinião do coordenador do programa de controle da doença no Rio, apesar de carregar o estigma da peste, a forma bubônica é a mais branda,

sendo conhecida como íngua-de-frio, porque acontece durante o inverno e tem como sintomas febre moderada, dor de cabeça e inchaço nas axilas e virilha. As formas pneumônica e septicêmica, no entanto, são gravíssimas e contagiosas, podendo matar.

As voltas com a falta de recursos que atinge o setor de saúde e com a distância do centro de análise, o médico veterinário teme que o micróbio ressurgir em algum outro ponto do estado, como já ocorreu em Vassouras e Miguel Pereira.

Contando com apenas dez agentes de saúde para cobrir todo o estado, Carvalho enfrenta os efeitos da desastrosa reforma administrativa promovida pela gestão Fernando Collor. A seção Rio da Fundação Nacional de Saúde perdeu funcionários e ainda poderá ter seus quadros ainda mais reduzidos com a iminente aposentadoria de seis membros da equipe.

A seção Rio da Fundação Nacional de Saúde espera poder reciclar os atuais agentes de saúde e criar novos cargos em cada um dos três municípios por onde circula o micróbio da peste. A construção de um laboratório em terreno doado pela comunidade do Arraial do Mendes é outra reivindicação — única maneira de obter resultados dos exames com margem de segurança de duas semanas.

A peste medieval

"A crueldade do Céu, e talvez a dos homens, foi rigorosa (...) Quantos grandes palácios, quantas belas casas, quantas moradas, outrora repletos de criados, de senhores e de damas, viram afinal desaparecer até seu mais humilde servidor!"



Juliana Iotty

O texto acima, extraído de *O Decamerão*, obra do escritor italiano Boccaccio, descreve os horrores da grande epidemia que assolou a Europa em 1348. Conhecida no século XIV como Morte Negra, a peste bubônica foi um dos maiores pesadelos da Idade Média, tendo deixado registros impressionantes na literatura e artes plásticas.

Diante da impotência da medicina, a doença alastrou-se principalmente pelo território europeu. Em alguns pontos, ceifou um quarto da população. Foram aproximadamente 25 milhões de pessoas mortas em decorrência da praga durante a grande epidemia.

Já no século XVII, entre os anos 1664 e 1665, a chamada Grande Praga de Londres causou mais de 70 mil mortes em uma população estimada em 460 mil pessoas. Mas o continente europeu não foi o único atingido.

Uma explosão da peste em Hong Kong em 1894 deixou de 80 a 100 mil mortos, e em 20 anos a doença se espalhou dos portos do sul da

China para o mundo inteiro, resultando em 10 milhões de mortes.

Até o final do século XIX, ignoravam-se os agentes causadores da peste. Desorientados, os eruditos atribuíam o contágio e a disseminação a diversos fatores. A poluição do ar, causada por conjunções astrais desfavoráveis, a passagem de cometas, as "emanações pútridas vindas do solo ou do subsolo", ou ainda de cadáveres não-enterrados ou de depósitos de lixo, eram algumas das hipóteses levantadas para explicar as causas da doença.

Proliferavam teorias de caráter religioso e rumores. O pânico e o senso comum faziam brotar boatos de que havia semeadores voluntários da doença, sendo os mendigos e os forasteiros os maiores suspeitos, o que gerou ondas de perseguição a estrangeiros.

A Igreja, por sua vez, atribuía o contágio à cólera de Deus, que estaria decidido a vingar-se dos pecados de uma população inteira. Eram comuns gravuras e afrescos onde Deus e seus arcanjos lançavam, enfurecidos, chamas de flechas sobre o povo, enquanto a figura da Morte Negra arrastava para a cova mais uma vítima.

No imaginário medieval, as doenças apareciam ligadas a outros flagelos como fome e guerra. A peste seria uma praga comparável às dez que, no relato bíblico, atingiram o Egito. Era descrita ainda como um dos Cavaleiros do Apocalipse. Mas talvez a relação mais frequente fosse a que era feita entre a doença e o fogo, talvez devido à velocidade e à linearidade com que ela se alastrava, de casa em casa, de rua em rua, até abater vilas inteiras. A relação entre o verão e a endemia é um dos outros fundamentos desta comparação. Observava-se que a doença atacava sobretudo nesta estação.

Desorientada, a população reagia acendendo fogueiras purificadoras nas encruzilhadas das cidades contaminadas, desinfetando pessoas, roupas velhas e casas com perfumes violentos ou enxofre. A estas práticas, alternavam-se purgações e sangrias em pacientes contaminados. Inutilmente, abatiam-se animais que não tinham pulga – hoje sabidamente o principal agente transmissor da peste –, como cavalos e bois. Era costume também queimar os tecidos que envolviam os doentes, talvez a única precaução que surtisse efeito, pois eliminava os parasitas que poderiam vir a contaminar os sãos.

O contágio através da passagem da pulga do corpo de um homem morto ou agonizante para outro são era, segundo os relatos, a forma mais comum de contaminação. Desta forma, as devastações eram muito maiores nos bairros pobres, onde o parasitismo era mais denso.

Sem proteção ou cura prevista, a solução para não ser contaminado era a fuga ou o isolamento. O isolamento de doentes foi o mais eficaz na contenção do alastramento da Morte Negra.

Os que ficavam teriam que conviver com a cidade sitiada, algumas vezes sob a vigilância de tropas, com os incessantes despejos de corpos em enormes morgues e valas comuns, dada a rapidez das mortes e a ausência de estrutura em cidades acostumadas até então com óbitos esporádicos.

A reintegração dos aidéticos

Raquel Sierra

É como encontrar uma agulha no palheiro, mas pode acontecer: você pode andar em Havana e sem saber ter a seu lado um portador do vírus da Aids (HIV) que tenha se incorporado plenamente à vida social.

Desde o início deste ano, um pequeno grupo de soropositivos cubanos deixou o sanatório de Santiago de Las Vegas — na periferia de Havana, a capital — para morar com seus familiares e reincorporar-se à vida social e ao trabalho.

O sistema de prevenção do HIV em Cuba foi criado assim que surgiu o primeiro caso da Aids na ilha, em 1986. A princípio, a política teve como um de seus pilares o isolamento dos portadores assintomáticos e dos doentes para evitar a propagação da doença.

A quase oito anos da detecção do primeiro caso, em Cuba há apenas 998 pessoas infectadas, sendo 706 homens (70,7%) e 292 mulheres (29,3%). Desse total, 251 pessoas estão doentes e 154 faleceram em consequência da enfermidade, de acordo com as estatísticas do Departamento de Epidemiologia do sanatório De las Vegas.

Controle do sangue — Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), até o final do século haverá no mundo 40 milhões de pessoas portadoras do vírus, dos quais meio milhão morrerão a cada ano.

O programa cubano de prevenção da Aids inclui o controle de todas as transfusões de sangue e exames em todas as mulheres grávidas e pessoas portadoras de doenças sexualmente transmissíveis. Desde 1986 foram realizados mais de 14 milhões de exames para detectar a incidência da doença nesta ilha de 10,9 milhões de habitantes. O isolamento dos soropositivos se ampara no decreto-lei 54 de 1981 que atribui às autoridades de saúde pública o direito de tomar medidas excepcionais, como a quarentena, com o fim de proteger a população sã e evitar a propagação do chamado mal do século.

Com um dos mais bem-sucedidos programas de controle da Aids, o governo cubano decide flexibilizar o tratamento dos soropositivos, alterando o regime de internação obrigatória nos sanatórios da ilha

O regime de internação garante uma assistência médica altamente profissional, dietas de 5.400 calorias diárias, possibilidades de estudo, trabalho, moradia e os medicamentos mais modernos gratuitamente.

Segundo o dr. Jorge Perez Davila, diretor do sanatório de Santiago de Las Vegas, as facilidades do sistema de internação se mantêm, incluída a alimentação preferencial, apesar da crise econômica que a ilha vive.

O método cubano de contenção da propagação da Aids tem sido duramente criticado em todo o mundo devido à reclusão obrigatória dos doentes. "O sis-

tema de internação está muito longe de violar os direitos humanos; aqui somos educados e preparados para viver esta nova vida", assinala Luis Machado, de 32 anos, que mora no sanatório da província de Camagüey.

Sistema de passes — Em 1989 se iniciou nos 13 sanatórios da ilha o sistema de passes, sob a responsabilidade da família, o que permite saídas nos fins de semana, sem acompanhante. Para isso, é necessária a aprovação de uma comissão multidisciplinar, que estabelece que o paciente é cuidadoso com sua saúde e a segurança das demais pessoas. Esse foi o primeiro passo para a paulatina e total reintegração social dos portadores do HIV, iniciada este ano e cujo requisito primordial é ter sido considerado apto para as saídas sob responsabilidade de familiares.

Para o dr. Juan Carlos de la Concepción, soropositivo e membro do grupo de prevenção da Aids, "o sanatório é o refúgio de muitos pela segurança que proporciona. Quando chegar o momento, alguns dos que vão estar aptos para reintegrar-se à sociedade, vão preferir ficar aqui". Um casal de homossexuais que vive no sanatório disse preferir a reclusão à saída, pois ali recomeçou sua vida, tem moradia, possibilidades de passes para sair e garantias de assistência médica e alimentação.

Segundo um especialista, a reintegração poderá aumentar na medida em que se analisem os casos entre os pacientes que levam menos tempo no sanatório e tenham mais vínculos com a rua do que aqueles que se encontram ali desde o início. Alguns consideram que o sanatório "é indispensável como instituição médica, deve ser centro de educação para aqueles que não estão preparados para conviver com as pessoas saudáveis".

Os pacientes que optam pela assistência ambulatorial na cidade de Havana são atendidos pelo médico da família em sua área residencial, recebem cuidados especiais e devem submeter-se a um *check-up* no sanatório a cada seis meses.



Nesta vila, vivem aidéticos de Havana

Em nome dos nossos filhos

Sem se deixar abater pela adversidade, pais de crianças com deficiências mentais ou físicas se unem para buscar alternativas de tratamento e compartilhar suas experiências



A pobreza e a guerra contribuem para o aumento no número de deficientes

Lidia Hunter

Na Nicarágua, onde a população está mergulhada numa grave crise econômica após muitos anos de guerra civil, existem cerca de 400 mil crianças e adultos com diversos tipos de deficiência esperando uma mão amiga que lhes ajude a seguir em frente. No entanto, são muito poucas as chances que existem para eles neste país centro-americano, revelam organismos envolvidos no problema.

"Los Pipitos", instituição que presta assistência a 3.000 crianças deficientes, se converteu no ponto de referência para os pais de família cujos filhos nasceram com limitações físicas ou mentais. "Pipito" é o termo usado na Nicarágua para referir-se carinhosamente às crianças pequenas.

Fundada em agosto de 1987 por 21 pais, "Los Pipitos" é a única instituição não-governamental que dá assistência gratuita a menores com as mais diferentes deficiências, como paralisia cerebral, retardamento mental, Síndrome de Down e lesão cerebral.

Omar Cabezas, ex-funcionário do Ministério do Interior (1985- 1990)

durante o governo sandinista, é pai das duas únicas crianças gêmeas com Síndrome de Down na Nicarágua e, até o final de 1992, foi presidente da associação. Quando percebeu que seus filhos eram *mongolitos* – nome popular com que são conhecidos os portadores da Síndrome de Down – o choque foi tão forte que não podia acreditar.

Depois de ter três meninas, "tanto desejei um menino que foi um golpe muito duro ganhar dois com essa deficiência", disse Cabezas, um dos 21 fundadores de "Los Pipitos".

Entretanto, acostumado ao sofrimento desde cedo, pois se incorporou à guerrilha sandinista aos 17 anos, não permitiu que a adversidade o abatesse. Sobrepondo-se à dor, aproveitou sua posição de alto funcionário do governo e com outros 20 pais convocou uma entrevista com a imprensa para anunciar a fundação de "Los Pipitos". Esta atitude permitiu que a associação tivesse desde o começo uma ampla divulgação internacional.

Cabezas destaca que um dos grandes acertos foi que surgiram com vocação apartidária, apolítica, sem credo religioso e sem pré-condições de nenhum tipo, o que permitiu que pes-

soas, organismos e instituições das mais diversas posições políticas e econômicas os apoiassem.

Ajuda externa – "Los Pipitos" foi fundada com o objetivo de unir os pais de família "para buscar alternativas de solução e compartilhar a situação de deficiência de seus filhos", afirmou Aurora Zamora, uma das funcionárias da fundação.

Atualmente funciona como uma tábua de salvação para as crianças, cujos pais em sua maioria possuem poucos recursos, pois embora existam políticas de assistência aos deficientes "este governo não as executa", manifestou Zamora. A funcionária denunciou, ainda, que os serviços de educação especial do Ministério da Educação foram reduzidos e o Instituto de Bem-Estar Social "cortou a maior parte dos projetos sociais", enquanto que o Ministério da Saúde (Minsa) não conta com este tipo de atendimento.

Alejandra Narvaez, responsável pelo Programa Nacional de Reabilitação do Minsa, explicou que ele está dirigido apenas aos deficientes adultos. A especialista disse que, devido à precária situação econômica por que atra-

vessa a Nicarágua, a ajuda externa é de vital importância para que no futuro se possa estender a assistência à população infantil. "Na presente etapa só estamos estabelecendo as bases, já que são muitas as necessidades", assegurou.

Os responsáveis pelo programa, financiado pelo governo da Finlândia, têm dado prioridade entre outras coisas à formação de médicos especialistas em reabilitação pois neste país centro-americano até 1990 só existiam três especialistas neste assunto.

Aumenta o número de casos – Na Nicarágua, de um total de 3,8 milhões de habitantes, a metade é composta por menores de 16 anos. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 35% destas crianças e adolescentes padecem de sérios problemas físicos, sociais e psicológicos.

Situações como o terremoto de 1972, a guerra de libertação contra o regime somozista (1974-1979), o furacão Juana (1988) e mais recentemente o maremoto de 1992, somado às seqüelas do conflito bélico entre o governo sandinista e os líderes rebeldes até 1990, são causas evidentes do grande aumento de pessoas deficientes, de acordo com as autoridades de Saúde.

Com financiamento da Rede Bar-na (Noruega), Unicef, CBM (que reúne as Igrejas da Alemanha), e o Serviço Missionário (Misserior) da Alemanha, entre outros, a fundação desenvolve cinco projetos: Paralisia Cerebral Infantil (PCI), o auditivo, o de reabilitação com base na comunidade, a unidade móvel e o de organização e assistência aos pais.

Por outro lado, os filiados conseguiram motivar uma "Rede de Amigos", composta por personalidades, instituições e agentes da comunidade, que colaboram com o trabalho de "Los Pipitos". Por exemplo, uma atividade que tem dado excelente resultado é a natação. Algumas empresas locais, em conjunto com instituições desportivas, estão patrocinando essa recreação para que as crianças possam nadar.

Um dos beneficiários é Eddy Sanchez que tem quatro anos e nove meses e é um grande nadador. Nasceu com uma lesão cerebral provocada pelo parto, por falta grave de oxigênio. Este menino se arrasta, balbucia algumas palavras, utiliza suas mãozinhas e joga. Ele gosta que falem com ele, aplaude as músicas e começa a reconhecer os que estão à sua volta.

Unidade móvel – Os especialistas

calculam que na Nicarágua, de cada 600 crianças nascidas vivas, uma sofre da Síndrome de Down, revelou Gerardo Mejia, médico diretor de 21 filiais do projeto Unidade Móvel.

Clinicamente a idade materna é um fator de risco de deficiência, indicou o médico. Se uma mulher decide ter filhos pela primeira vez depois de 35 anos e além disso se expôs a radiações, emissões tóxicas ou outros fatores de contaminação, é bem provável que seus óvulos tenham sofrido alguma deterioração ou transformação. Em sua explicação, Mejia enfatizou que se trata de "um fator de risco", não significando que toda mulher mais velha concebe filhos anormais.

A Síndrome de Down se produz devido a um erro cromossômico chamado "Trisomia 21". Normalmente, as pessoas possuem 23 pares de cromossomos, mas por um erro no momento da fertilização, se aloja um extra no par 21. Ou seja, em vez de ter dois, têm três no par 21. Segundo o médico, se desconhecem as causas desses erros celulares, mas no momento sabe-se que não é hereditário e qualquer pessoa pode sofrer.

Outro dos projetos que tem dado excelentes resultados é o da Unidade Móvel, financiado pelo Unicef desde 1990 e que tem entre seus principais objetivos dar atenção especializada às crianças, principalmente àquelas que nunca tiveram acesso a esta. Com a Unidade Móvel se detectam novos casos de deficientes em todo o país e se mantém contato com a comunidade e os parentes das crianças.

Desta forma, a cada dia, os programas de "Los Pipitos" ajudam crianças como Monica Auxiliadora Borge, que nasceu com sua pele amarelada (ictêria) pois na hora do parto lhe faltou oxigênio. A menina, que atualmente está com 12 anos de idade, pôde movimentar sua cabecinha aos quatro anos; andou só aos seis, embora lentamente, devido aos movimentos involuntários de suas extremidades superiores. Hoje em dia, Mônica pronuncia seu nome, levanta a mãozinha para responder e já toma banho sozinha. O esforço de todos os que trabalham em "Los Pipitos", por seus filhos e os demais, tem dado frutos. ■



A fisioterapia é um importante instrumento no tratamento das crianças deficientes

RUANDA/BURUNDI

Violência em altas doses



Quigali: corpos jazem ao chão, enquanto um homem leva a cama da família assassinada

A esperança do retorno da paz ao coração da África sofreu um duro golpe no último dia 6 de abril, quando o avião que transportava os presidentes do Burundi, Cyprian Ntaryamira, e de Ruanda, Juvenal Habyarimana, foi derrubado por mísseis ao aterrissar na capital ruandesa, Quigali. Os dois retornavam de uma conferência na capital tanzaniana, junto com outros ministros de estado.

O objetivo da conferência, na qual participaram presidentes de vários países, entre eles a Tanzânia, Quênia e Uganda, era buscar soluções para os sangrentos conflitos entre as etnias tutsi e hutu, cuja rivalidade assola há décadas os dois países vizinhos.

As semelhanças entre Ruanda e Burundi são muitas. Ambos são ex-colônias belgas e os presidentes mortos pertenciam à etnia hutu, majoritária nos dois países.

A morte dos dois presidentes deu início a uma série de confrontos sangrentos, principalmente na capital de Ruanda, entre as duas etnias rivais. Soldados da guarda presidencial ruandesa, em aparente retaliação à morte de Habyarimana, que pertencia à etnia hutu, executaram a sangue-

frio a primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana, de origem tutsi. Ministros de estado foram seqüestrados e 13 soldados das forças de paz da ONU foram fuzilados pela guarda presidencial quando investigavam a queda da aeronave. Grupos de padres católicos e centenas de civis também não foram poupados. Até meados de abril, o número de mortos era estimado em mais de 100 mil.

Segundo as versões que circulavam em Quigali, imediatamente após a morte dos chefes de estado, os militares anunciaram na Rádio Nacional a formação de um Comitê de Emergência para restaurar a ordem no país des governado, mas a declaração caiu no vazio pois os próprios militares estão divididos entre tutsis e hutus.

Apesar de manter aproximadamente 2.500 soldados na região, a ONU esquivava-se de uma intervenção imediata em Ruanda até o fim de abril, ameaçando inclusive retirar a sua missão caso não haja um acordo de cessar-fogo a ser fiscalizado. O governo norte-americano limitou-se a condenar oficialmente os confrontos e a ordenar que os norte-americanos em Ruanda deixassem o país. A medida

foi similar à de outros países como a Bélgica (ex-potência colonial), que já evacuou os 420 soldados que tinha na Força de Paz das Nações Unidas, e a França; ambas empenham-se agora na retirada de seus cidadãos.

Tanto Ruanda quanto o Burundi atravessavam momentos políticos delicados na ocasião da morte simultânea de seus presidentes.

Em agosto de 1993, depois de três anos de combates, o governo do general Habyarimana firmou em Arusha, Tanzânia, um acordo de paz com a rival Frente Patriótica Ruandesa, dominada pela minoria tutsi. Mas a resistência de Habyarimana a reduzir os seus poderes, acatando os termos do acordo (ele governava desde 1973, quando deu um golpe de estado) e o peso his-

tórico das rivalidades entre as etnias frustraram a formação de um governo interino que durasse até a realização das eleições.

No Burundi, os hutus chegam a 85% da população total, mas apesar da superioridade numérica, foram dominados durante séculos pela minoria tutsi, de origem etíope. Em junho de 1993, o país realizou suas primeiras eleições democráticas. O pleito deu vitória a Melchior Ndadaye, também de origem hutu, que tomou medidas que restringiam os privilégios da minoria tutsi.

Primeiro presidente da etnia hutu na história do país, Ndadaye terminou sendo morto em um frustrado golpe de estado em outubro do ano passado. A tentativa golpista foi seguida por violentos massacres que vitimaram centenas de tutsis em todo o país e outro membro da etnia hutu, o presidente Ntaryamira (morto no atentado), foi empossado semanas depois pelo Parlamento.

A pobreza e a miséria alarmantes, mesmo para níveis africanos, também são comuns aos dois países centro-africanos. A renda *per capita* é de US\$ 310 em Ruanda e US\$ 216 no Burundi.

ANGOLA

Dificuldades cotidianas

As condições de vida em Angola estão chegando a níveis alarmantes de degradação. As dificuldades provocadas pela guerra civil, nos primeiros meses de 1994, se somaram as mais altas temperaturas dos últimos anos, a falta de água e luz e o colapso do atendimento médico.

Entre janeiro e março, o custo de vida aumentou cerca de 400% e, apesar dos salários terem recebido um reajuste de 100%, a medida foi insuficiente para restabelecer o poder de compra da população.

Nesse mesmo período, a moeda nacional, o *kwanza*, sofreu três desvalorizações e a cotação oficial do dólar passou de 12 mil para 37 mil *kwanzas*. Os alugueiros sofreram aumento de até 2.000% e os combustíveis, de quase 300%, da mesma forma que as passagens aéreas. E isso em um momento em que o avião é o único meio de transporte que chega a muitas regiões privadas de outras vias de acesso, por terra ou mar.

O êxodo em massa das zonas de conflito continua pressionando a já insuficiente infra-estrutura sanitária das áreas urbanas, com o conseqüente aumento de doenças como a diarreia, a malária etc. Para piorar, o abastecimento de água se reduziu em todo o país, especialmente em Luanda, a capital, que além disso sofre restrições de energia elétrica pela queda das torres de transmissão da represa hidrelétrica de Kambambe.



Luanda: a guerra torna a vida difícil também na capital

Lesoto

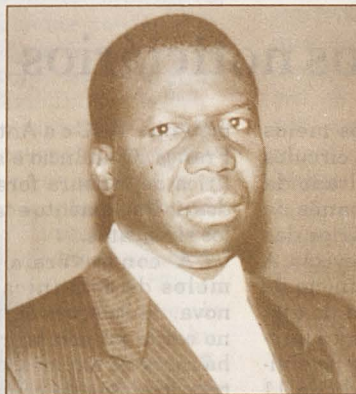
O vice-primeiro-ministro do Lesoto, Selometsi Baholo, foi assassinado por desconhecidos em 14 de abril, enquanto estava detido em sua residência em Matala, a dez quilômetros da capital. O primeiro-ministro Ntsu Mokhehle responsabilizou os protagonistas da revolta militar de janeiro, quando dois grupos rivais do Exército se enfrentaram com um saldo de cinco mortos. Além de Baholo, outros quatro ministros estavam sob prisão domiciliar.

GUINÉ-BISSAU

A um passo das eleições

Terminado em fins de abril o censo populacional, não existem mais obstáculos para a realização das primeiras eleições pluripartidárias da história de Guiné-Bissau, marcadas para o final de junho. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), no poder desde 1975 – quando Portugal foi derrotado militarmente por seus guerrilheiros mal armados –, aceitou submeter-se à prova de uma eleição democrática.

Os principais candidatos à presidência são o atual presidente Jogo Bernardo ("Nino") Vieira – herói da guerra anticolonialista, que governa o país desde 1980, quando depôs Luís Cabral – e seu primo e adversário político Jogo Monteiro da Costa, do Partido da Renovação Democrática (PRD), próximo à Internacional Socialista.



Nino Vieira: candidato à reeleição

Monteiro da Costa afirma que "não será revanchista", caso ganhe.

Guiné-Bissau faz parte do grupo dos 24 países menos desenvolvidos e tem 1,3 milhão de habitantes.

Monteiro da Costa, ex-alto dirigente do PAIGC, é o líder da oposição, que apresenta outras cinco candidaturas presidenciais, mas sem nenhuma expressão. Preso durante um mês por não ter apoiado o golpe de estado contra o ex-presidente Luís Cabral, detido novamente durante 17 meses em 1981 e por dois meses em 1993,

ARGÉLIA

À beira da guerra civil

A violência na Argélia está se propagando aos países vizinhos do Norte da África e poderá desestabilizar todo o Maghreb (que, além da Argélia, é formado pela Líbia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia). A situação também é perigosa para os Estados subsaarianos, onde o Islã é a principal religião.

O conflito argelino gira em torno da luta dos fundamentalistas islâmicos contra o governo militar e já causou mais de quatro mil mortes. Para muitos observadores, o único aspecto em que ainda se observa alguma unidade entre os diferentes países do Maghreb é na repressão aos extremistas islâmicos.

Em março passado, morreu em Argel em um confronto com as forças de segurança Ahmed el Afghani, líder do GIA (Grupo Islâmico Armado), um dos movimentos mais violentos e radicais. A Frente Islâmica de Salvação (FIS) e o GIA são as duas organizações armadas que lutam

para derrubar o governo. O GIA é o principal responsável pelos seqüestros e mortes de estrangeiros na Argélia, onde mais de 30 foram assassinados desde que expirou em novembro o prazo dado para que eles abandonassem o país.

Os grupos islâmicos argelinos estão em pé de guerra desde a anulação das eleições legislativas em janeiro de 1992 por parte dos militares golpistas, temerosos da vitória do FIS.



Protesto de seguidores da FIS

LÍBANO

Proibido os noticiários

Fortes protestos nos meios jornalísticos e nos círculos políticos foram o resultado da decisão do governo libanês de proibir todos os noticiários das rádios e das redes de televisão. A decisão foi tomada no início de abril devido à cobertura do ataque com explosivos contra a igreja Zouk Mikael, em 27 de fevereiro, que deixou um saldo de 11 mortes e 50 feridos.

A proibição de qualquer cobertura jornalística referente ao Líbano afetou também os noticiários das TVs estrangeiras, como a norte-americana CNN, a

britânica BBC e a Antenne 2, da França. O anúncio e a atual política de censura foram criticados no Parlamento e também pelos sindicatos.

A controvérsia sobre os meios de comunicação não é nova. As relações entre o governo e a imprensa ficaram tensas há cerca de um mês, quando outras medidas de censura começaram a ser adotadas. O governo libanês teme que uma divulgação ampla das ações terroristas possa reacender a animosidade entre as comunidades cristã e muçulmana.

PALESTINA/ISRAEL

Negociações na reta final

Apesar das dificuldades que ainda devem ser superadas, a negociação entre palestinos e israelenses sobre o autogoverno em Jericó e a Faixa de Gaza poderia estar na reta final. Quando o acordo de paz foi assinado em Washington, em 13 de setembro passado, se estipulou que as conversações deveriam ser concluídas em três meses. O prazo não foi cumprido pela complexidade dos temas a serem negociados e porque o episódio do massacre de palestinos por parte de um fanático judeu na cidade de Hebrón, em fevereiro, com a cumplicidade de soldados israelenses, desencadeou uma onda de violência que pôs em risco todo o processo de paz. Porém, em fins de abril, tanto do lado israelense quanto do palestino os porta-vozes voltaram a falar com otimismo, dando a entender que os setores mais radicais estariam sob controle. Entre os pontos que ainda falta negociar está a situação dos prisioneiros palestinos nos cárceres israelenses e a jurisdição sobre a lei penal.



Negociadores da OLP e Israel no Cairo

GUATEMALA

Acordo governo/URNG

Em 29 de março a Comissão de Paz e a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) assinaram no México um Acordo Global de Direitos Humanos e um calendário com as datas de discussão entre o governo e a guerrilha para alcançar a paz definitiva em dezembro. O acordo é o primeiro e mais importante tema dos 11 pontos que ambos os lados estão negociando, em tensas discussões, há três anos e poderia pôr um ponto final a um confronto que leva mais de três décadas e já custou mais de 150 mil vidas.

O presidente Ramiro de León Carpio, ex-procurador de direitos humanos, qualificou como "um fato histórico" a assinatura desse controverso ponto, que deixa o governo no compromisso de garantir sua plena vigência e combater a impunidade. O general Marco González, chefe do estado-maior da Defesa, qualificou o acordo como "quase um sonho" e seu colega Mario Enríquez, ministro da Defesa, atribuiu o fato de ter se chegado a um bom termo à "vontade política" da URNG.

Porém, organismos de defesa dos direitos humanos temem que o diálogo previsto para os próximos meses

caia no vazio devido à ausência de uma Comissão da Verdade, que investigue os crimes de lesa-humanidade durante a guerra de 34 anos.

Segundo o calendário previsto por ambas as partes, nos próximos meses se discutirão os pontos pendentes, em setembro o cessar-fogo e, em dezembro, a desmobilização dos efetivos da URNG e a assinatura da paz.



As negociações levaram à assinatura de um primeiro acordo

OEA

Eleição questionada

Mais de um mês depois da eleição do novo secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual saiu eleito o ex-presidente da Colômbia, Cesar Gaviria, em algumas chancelarias latino-americanas continuavam circulando denúncias acerca das pressões que os Estados Unidos teriam exercido sobre alguns países, que mudaram seu voto 48 horas antes da escolha.

Este foi o caso da delegação equatoriana, que havia se comprometido a apoiar o chanceler da Costa Rica, Bernd Niehaus, mas mudou de posição no último momento e arastrou outros



Gaviria, com a esposa, logo após sua escolha

países na mesma direção.

Considerado decisivo para o triunfo do colombiano, o voto do Equador foi agradecido pessoalmente por Gaviria, que viajou a Quito durante os primeiros dias de abril para manifestar sua gratidão ao presidente Sixto Durán-Ballén.

Gaviria aproveitou a visita ao Equador para desmentir as acusações de pressão dos Estados Unidos e que as mesmas te-

nham provocado uma divisão entre os países da região. "Estou certo de que não existe nenhuma divisão. Minha escolha se deu graças às gestões que realizou a chanceler da Colômbia, Nohemi Sannin", afirmou.

Suriname

Transcorridas várias semanas desde a frustrada ocupação da represa de Afo-bakka, a maior e mais importante desse pequeno país sul-americano, situada a cerca de 100 quilômetros ao sul de Paramaribo, a capital, analistas locais afirmam que a desconhecida Frente de Libertação do Suriname (FLS) teria raízes entre os descendentes de escravos fugidos (cimarrones), que moram no interior das selvas, junto com a população indígena.

Os rebeldes mantiveram 20 trabalhadores como reféns durante dois dias, exigindo a renúncia do governo sob a ameaça de deixar sem eletricidade grande parte do país.



Seul: jovens protestam contra a instalação dos mísseis "Patriot"

CORÉIA DO NORTE

Programa nuclear em questão

Dois navios dos Estados Unidos desembarcaram em fins de abril baterias de mísseis *Patriot* – de discutida atuação na Guerra do Golfo – no porto de Pusan, na Coréia do Sul. Cada bateria está composta de oito lançadores e 64 mísseis. A medida faz parte das pressões que a Casa Branca e o governo de Seul estão exercendo sobre o regime da Coréia do Norte para obrigá-lo a permitir a inspeção internacional de suas instalações nucleares.

Pouco antes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas havia aprovado uma declaração na qual exigia que o governo de Piongueianguê permitisse uma verificação completa de seu projeto atômico. O voto da China – um dos poucos aliados do presidente norte-coreano Kim Il Sung – evitou que se adotassem sanções ou medidas mais duras.

Em um dos seus recentes pronunciamentos, o presidente norte-coreano afirmou que realiza esforços importantes para unificar e desnuclearizar a península da Coréia, mas não modificou sua posição de negar a entrada no país de fiscais que teriam a missão de vistoriar as instalações nucleares.

O problema se agravou quando, em março passado, foram divulgadas pela imprensa britânica fotografias da usina nuclear de Yongbyon, tiradas pelo satélite comercial francês *Spot*.

Até esse momento as únicas fotos dessas instalações haviam sido tiradas por satélites militares norte-americanos, razão pela qual se tornavam suspeitas para alguns governos. Até agora não foi possível provar a acusação de Washington de que a Coréia do Norte está produzindo plutônio, elemento radiativo chave para a fabricação de armas atômicas.

A preocupação dos Estados Unidos com o suposto programa nuclear com fins bélicos do regime de Kim Il Sung aumentou as já tradicionais tensões na península coreana. Em 1993, depois de muitos anos, Washington retomou seus exercícios militares conjuntos com a Coréia do Sul e o presidente desse país, Kim Young Sam, afirmou recentemente que teme o reinício da guerra entre as Coreias.

SRI LANKA

Derrota governista

O Partido Nacional Unido (PNU), que está no governo há 17 anos, sofreu uma importante derrota nas eleições provinciais (estaduais) realizadas no sul do Sri Lanka, o primeiro teste nas urnas do presidente Dingiri Banda Wijetunge. O resultado – que deu 30 cadeiras à Aliança do Povo, liderada pelo Partido da Liberdade (PL), e apenas 23 ao PNU – foi considerado um indicador da baixa popularidade do governo.

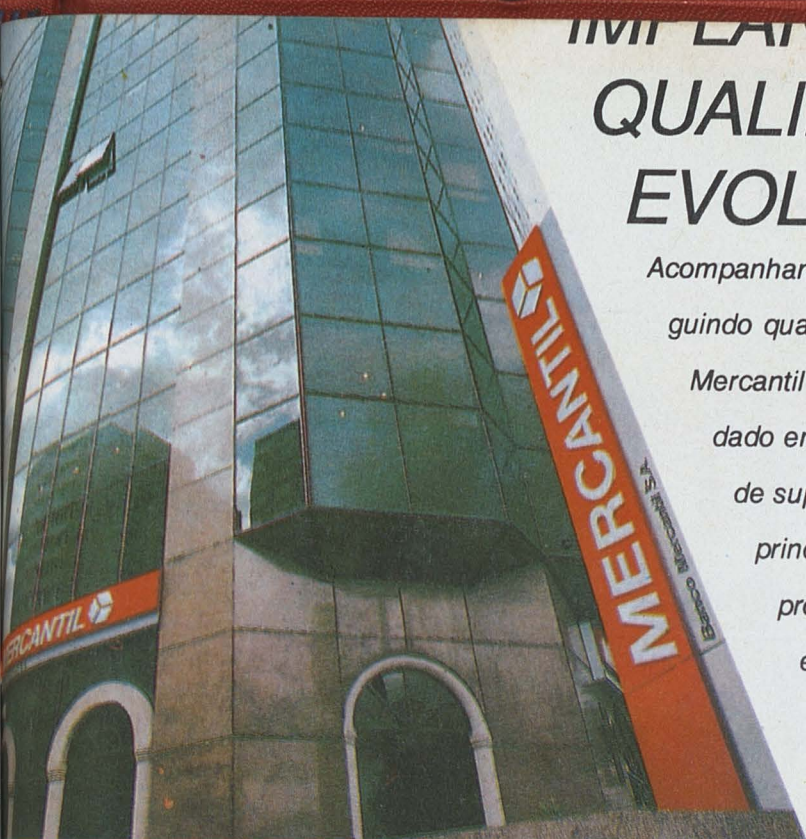
A eleição no sul é um termômetro do desempenho do governo e sua importância no contexto nacional explica o fato que tanto o governo como a oposição tenham lançado seus melhores quadros. O êxito do Partido da Liberdade teve um significado muito especial. A vitoriosa Chandika Kumaratunge, dirigente da aliança de oposição, é filha da ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike e se prepara para substituir sua mãe na direção do partido.

A decisão de Bandaranaike de deixar a liderança nas mãos de sua filha, em vez de seu filho Anura, provocou uma divisão na agrupação. Anura e seus seguidores passaram para o partido do governo. Os setores que permaneceram fiéis a Kumaratunge receberam a vitória como símbolo do surgimento de uma nova liderança política no país.

Sri Lanka viveu uma época de auge político durante as administrações progressistas de Bandaranaike e nos últimos 17 anos vem sofrendo as terríveis consequências da guerra civil, travada pelos separatistas tamis contra o governo federal. Os tamis lutam pela autonomia dos territórios do norte e leste da ilha.



Bandaranaike: vitória do seu partido consolida liderança da filha



IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.



BANERJ



BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE